

2011

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E CONTAS



ASCENDUM
GRUPO

2011

RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO E CONTAS

SEMPRE A QUERER CHEGAR MAIS ALTO E MAIS LONGE, EM 2012 CRIAMOS UM NOVO NOME E UMA NOVA IDENTIDADE. A NOVA MARCA ASCENDUM, O NOVO NOME DA HOLDING DO GRUPO, REFLETE A ATUAL DIMENSÃO DAS NOSSAS EMPRESAS, EM PORTUGAL, ESPANHA, EUA, TURQUIA E MÉXICO, A AMBIÇÃO DE SEMPRE E O EMPENHO DIÁRIO DE TODOS OS COLABORADORES.

CRESCEMOS, MELHORAMOS, ULTRAPASSAMOS DESAFIOS E FRONTEIRAS. MAS MANTEMO-NOS FIÉIS AOS MESMOS VALORES, À NOSSA HISTÓRIA DE MAIS DE 50 ANOS E À COMPETÊNCIA DOS NOSSOS SERVIÇOS.

ESTA MUDANÇA REPRESENTA A NOSSA AMBIÇÃO, ELEVANDO A EXIGÊNCIA E SATISFAZENDO MAIS E MELHOR OS NOSSOS CLIENTES E PARCEIROS.

UMA NOVA MARCA,
UM NOVO FUTURO

GRUPO ASCENDUM NO MUNDO

COM CERCA DE 1000 COLABORADORES, O GRUPO ASCENDUM OPERA DIRETAMENTE EM PORTUGAL, ESPANHA, ESTADOS UNIDOS, TURQUIA E MÉXICO.



MÉXICO DESDE 2012



EUA DESDE 2004

TURQUIA DESDE 2010

● ASC Turk Makina ○ Dealers



PORTUGAL



ESPAÑA DESDE 1999

● Volmaquinaria ○ Dealers

PORTUGAL

ASC MÁQUINAS E EQUIP. INDUSTRIAIS
ASC VEÍCULOS
VOLRENT

TRACTORRASTOS
AIR-RAIL PORTUGAL

Área de negócio:

**Equipamentos de construção e de
infraestruturas, automóveis e camiões**

N.º de colaboradores: **407**

Unidades de negócio: **10**



ESPAÑA

VOLMAQUINARIA DE CONSTRUCCIÓN
DE ESPAÑA, S.A
AIR-RAIL

Área de negócio: **Equipamentos de construção
e de infraestruturas**

N.º de colaboradores: **123**

Unidades de negócio: **17**



- Volmaquinaria
- Concessionários

ESTADOS UNIDOS

ASC CONSTRUCTION
EQUIPMENT USA, INC.

Área de negócio: **Equipamentos de construção
e de infraestruturas**

N.º de colaboradores: **231**

Unidades de negócio: **16**



TURQUIA

ASC TURK MAKINA
TRP
AIR-RAIL TURK

Área de negócio: **Equipamentos de construção e de infraestruturas**

N.º de colaboradores: **156**

Unidades de negócio: **15**



○ ASC Turk Makina
○ Concessionários

MÉXICO

ASCENDUM MAQUINARIA MÉXICO

Área de negócio: **Equipamentos de construcción e de infraestructuras**

N.º de colaboradores: **60**

Unidades de negócio: **3 (14 unidades até 2014)**



01 - MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA	013
02 - ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA DE GOVERNO	015
03 - HIGHLIGHTS	019
03.1 - Factos relevantes	021
03.2 - Principais Indicadores Económico-Financeiros e Operacionais	023
04 - A ORGANIZAÇÃO DO GRUPO ASC	025
04.1 - Visão	027
04.2 - Valores	028
04.3 - Caracterização e Estratégia do Grupo ASC	029
04.4 - Organigrama do Grupo ASC	031
04.5 - Recursos Humanos	033
04.6 - Principais Indicadores Consolidados	035
05 - ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	039
05.1 - Economia Global	041
05.2 - Portugal	045
05.3 - Espanha	046
05.4 - EUA	047
05.5 - Turquia	048
06 - ANÁLISE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO ASC	051
06.1 - Equipamentos de construção	055
06.2 - Automóveis	058
06.3 - Camiões	059

07 - PERFORMANCE FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO GRUPO ASC EM 2011	061
07.1 - ASC Portugal	063
07.2 - Espanha	071
07.3 - EUA (ASC USA)	079
07.4 - Turquia	083
08 - POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE	087
08.1 - Economia e Inovação	088
08.2 - Ambiente	089
08.3 - Qualidade	089
08.4 - Socialmente responsável	089
09 - RISCOS E INCERTEZAS	091
09.1 - Risco de liquidez	092
09.2 - Risco cambial	093
09.3 - Risco taxa de juro	094
09.4 - Risco país	095
10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	097
11 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	101
11.1 - Demonstração Consolidada da posição financeira	103
11.2 - Demonstração consolidada de Resultados por Naturezas	104
11.3 - Demonstração consolidada dos Fluxos de caixa	105
11.4 - Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio	106
11.5 - Demonstrações Consolidadas do Rendimento Integral	107
12 - ANEXOS	109
13 - CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	153



MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA

TODOS SEM EXCEÇÃO CONTRIBUÍRAM PARA UM GRUPO ASC MAIS FORTE E MELHOR PREPARADO PARA O FUTURO.

Caros acionistas,

A Comissão Executiva congratula-se com os resultados alcançados no exercício de 2011, resultados que foram na nossa opinião extremamente gratificantes.

A Comissão Executiva é hoje o fruto privilegiado de um processo de transformação societário que implicou uma forte motivação e empenho na sua construção, reconhecendo com responsabilidade e orgulho a confiança que nela foi depositada pelos acionistas.

O ano de 2011 foi sem surpresa um ano difícil, embora enfrentar as vicissitudes nos diferentes mercados em que estamos presentes é a realidade com que já fomos e continuaremos a ser confrontados.

Estamos ainda longe do objetivo a que nos propusemos de em 2015 atingirmos os mil milhões de euros de faturação. Para alcançar este propósito necessitamos (i) de crescer para novos mercados, com a ajuda da Volvo, nosso principal parceiro, (ii) do apoio incondicional dos nossos parceiros financeiros, (iii) de sorte para encontrar recursos humanos à altura dos que atualmente já contribuem de forma excepcional para o Grupo de forma a potenciarmos estas novas oportunidades e (iv) da vontade inequívoca dos acionistas em suportar o progresso societário.

Aspeto igualmente importante para levar a cabo este nosso projeto passa pela continuidade do nosso processo de diversificação através da procura de novos negócios e novos parceiros.

Para concluir, uma palavra final de agradecimento para os acionistas, pelo seu contributo sábio e construtivo para a estratégia do Grupo e para o Conselho de Administração pela solidariedade incondicional demonstrada ao longo deste ano.

Todos sem exceção contribuíram para um Grupo ASC mais forte e melhor preparado para o futuro.

Embora satisfeitos com o desempenho demonstrado em 2011, não descansaremos enquanto os objetivos que traçámos não forem alcançados.

11 de maio de 2012

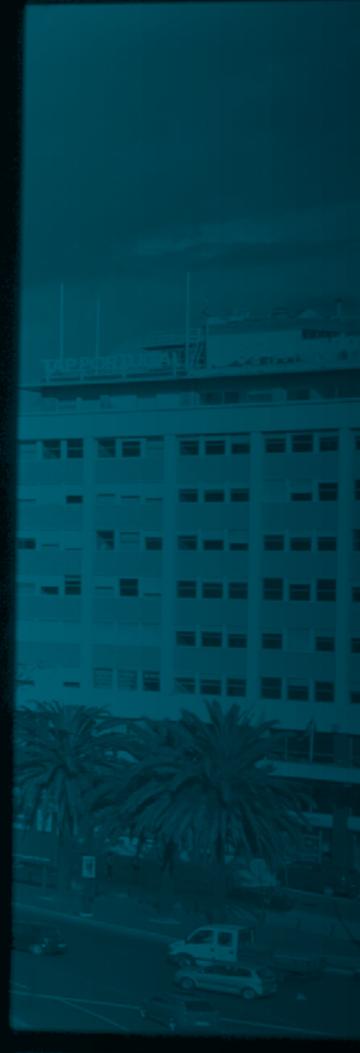
A Comissão Executiva do Grupo ASC

Ricardo José Pinho Mieiro (Presidente)
Angela Maria Silva Vieira Lança de Morais
João Manuel de Pinho Mieiro
Paulo Vieira do Nascimento Mieiro
Rui António Faustino

ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA DE GOVERNO

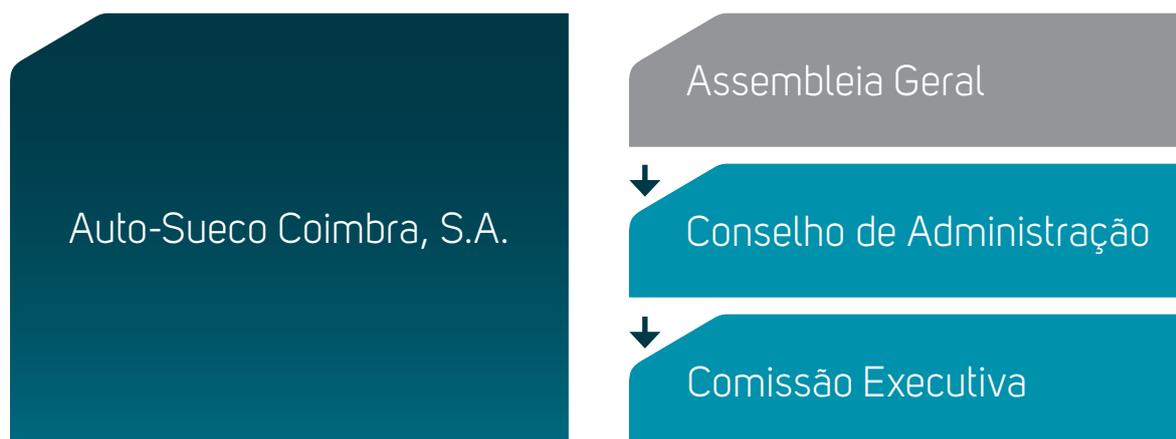


02



ÓRGÃOS SOCIAIS E ESTRUTURA DE GOVERNO

ATUALMENTE A GESTÃO DO GRUPO ASC ESTÁ SEPARADA EM FUNÇÕES EXECUTIVAS E NÃO EXECUTIVAS, SENDO A MESMA DESEMPENHADA PELOS SEGUINTESS ÓRGÃOS:



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

- Ernesto Gomes Vieira - **Presidente CA Chairman**
- Ricardo José de Pinho Mieiro
- Angela Maria Silva Vieira Lança de Morais
- Carlos José Gomes Vieira
- João Manuel de Pinho Mieiro
- José Manuel Bessa Leite de Faria
- Paulo Jervell
- Paulo Vieira do Nascimento Mieiro
- Rui António Faustino
- Tomás Jervell

COMISSÃO EXECUTIVA:

- Ricardo José de Pinho Mieiro - **Presidente CE**
- Angela Maria Silva Vieira Lança de Morais
- João Manuel de Pinho Mieiro
- Paulo Vieira do Nascimento Mieiro
- Rui António Faustino

ASSEMBLEIA GERAL:

- Francisco Manuel Coelho do Sameiro Espregueira Mendes - **Presidente**
- Vítor Sérgio de Castro Nunes - **Vice-Presidente**

FISCAL ÚNICO:

PriceWaterHouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Limitada

Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, n.º 1, 3.º andar
1069-316 Lisboa

Representada por José Pereira Alves (R.O.C.) ou por Hermínio António Paulo Afonso (R.O.C.)

Fiscal Suplente: António Joaquim Brochado Correia (R.O.C.)



Ernesto G. Vieira



Ricardo Meiro



Angela Vieira Lança de Morais



Carlos Vieira



João Meiro



José Leite de Faria



Paulo Jervell



Paulo Meiro



Rui Faustino



Tomás Jervell



HIGHLIGHTS





03

VOLVO

VOLVO

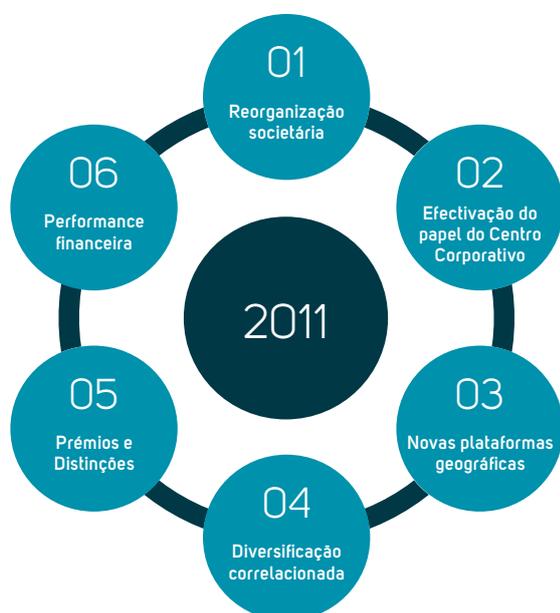
VOLVO

VOLVO

VOLVO

O ANO DE 2011 FOI UM ANO HISTÓRICO E REPLETO DE EVENTOS MARCANTES PARA O GRUPO ASC, DESDE LOGO DO PONTO DE VISTA OPERACIONAL E ECONÓMICO-FINANCEIRO COM RESULTADOS PRÓXIMOS DO MELHOR ANO DO GRUPO ASC, TUDO ISTO NUM CONTEXTO MACROECONÓMICO E ORGANIZACIONAL CLARAMENTE DESAFIADOR.

ASSIM, DENTRO DOS ASPETOS MAIS RELEVANTES NA VIDA DO GRUPO NO ANO DE 2011 GOSTARÍAMOS DE DESTACAR 6 ASPETOS:



03.1.1 - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

A reorganização societária compreendeu duas dimensões:

- Reorganização das participações societárias do Grupo ASC e,
- Adoção de um novo modelo de governance que (i) se encaixasse na cultura do Grupo ASC, e (ii) pudesse ser aplicado de forma transversal a todas as empresas que compõem o Grupo ASC, (iii) fosse compatível com a crescente complexidade de gestão do Grupo.

Reorganização societária

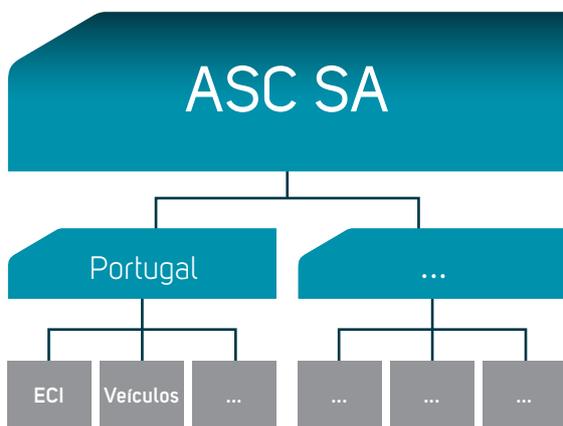
No que concerne à primeira vertente da reorganização societária, o processo mais complexo situa-se em Portugal, passando pela separação entre as funções de gestão estratégica de todo o Grupo ASC, agora concentradas na empresa Auto-Sueco Coimbra S.A. e os diferentes negócios da plataforma geográfica Portuguesa - equipamentos de construção e Industriais e veículos (automóveis e camiões). Assim, a reorganização das participações no Grupo passa pelas seguintes etapas:

- **Portugal:**
 - Transformação da sociedade mãe do Grupo ASC (ASC SA) em sociedade anónima;
 - Concentração das participações nas plataformas geográficas na ASC SA (aspeto a concluir em 2012);
 - Rearranjo das participações em Portugal de modo a que a cada unidade de negócio (equipamentos Industriais e de construção e veículos) corresponda uma sociedade;
 - Concentração de todas as sociedades / unidades de negócio em Portugal anteriormente detidas pela ASC SA na plataforma geográfica de Portugal.
- **Espanha:**
 - Concentração de todas as sociedades / unidades de negócio em Espanha anteriormente detidas pela VMCE na plataforma geográfica de Espanha (aspeto a concluir em 2012).
- **Turquia:**
 - Colocação de todas as sociedades / unidades de negócio na Turquia anteriormente detidas pela ASC SA na plataforma geográfica da Turquia.

Novo modelo de governo

O crescimento do Grupo ASC, com a presença em 5 plataformas geográficas tem incrementado o grau de complexidade da gestão, gerando a necessidade de criação de uma sociedade que concentre toda a coordenação estratégica do Grupo de modo a permitir a separação de funções executivas e não executivas, fomentando uma maior lógica de reporte hierárquico aumentando simultaneamente o enfoque e responsabilização dos gestores, conforme explicitado na figura do ponto 03.1.

03.1 - FACTOS RELEVANTES



- Coordenação estratégica;
- Sinergias - Grupo;
- Intervenção operacional limitada;
- Apoio à gestão numa perspetiva de Grupo;
- Desenvolvimento estratégico.

1º nível

- Plataformas geográficas;
- Sociedades agregadoras de um conjunto de negócios;
- Estrutura de apoio para disseminação dos negócios.

2º nível

- Lógica operacional;
- Enfoque no negócio;
- Profissionalização da gestão.

3º nível

Assim, o Grupo ASC procedeu à adoção de um novo modelo de governo - o modelo dualista - o que permitirá a separação do exercício da supervisão e de gestão do Grupo ASC maximizando o interesse de todos os *stakeholders*. Esta separação de funções (gestão e supervisão) consubstanciou-se na

criação de uma Comissão Executiva encarregue da gestão estratégica integrada dos negócios nas várias plataformas geográficas e de um Conselho de Administração, responsável último pela mesma função.

03.1.2 - EFETIVAÇÃO DO PAPEL DO CENTRO CORPORATIVO DO GRUPO ASC

Como corolário da crescente complexidade e de modo a suportar as funções de gestão da ASC SA foi concluída a criação do Centro Corporativo cujas principais funções são promover a criação de valor e desenvolvimento do negócio, as aptidões e competências do Grupo ASC através de duas alavancas fundamentais:



Assim, a estrutura do Centro Corporativo procurou agregar um conjunto de funções complementares que funcionarão de forma integrada e de acordo com a realidade específica do Grupo ASC:



03.1.3 - NOVAS PLATAFORMAS GEOGRÁFICAS

No que concerne ao processo de internacionalização, 2011 revelou-se um ano importante na medida em que foi efetuada a preparação para mais uma vaga de internacionalizações, com especial enfoque no continente Americano através da negociação da distribuição de máquinas e equipamentos Industriais da Volvo Construction Equipment para todo o território do México (operação que teve o seu início em março de 2012).

De facto a atribuição da distribuição da VCE para o território Mexicano representa uma excelente oportunidade:

- **Perspetiva macroeconómica:**
 - Segunda maior economia da América Latina (14ª economia mundial) com expectativas de crescimento do PIB para os próximos 5 anos na ordem do 5,5%;
 - Economia apresenta reduzidos níveis de endividamento (41,5% do PIB em 2010) existindo um ambicioso plano de investimento para desenvolvimento da fraca rede de infra estruturas por parte do governo Mexicano;
 - Mercado financeiro estável e resiliente e reduzidas taxas de inflação;
- **Mercado de equipamentos de construção:**
 - Mercado com dimensão relevante para unidades novas e usadas;
 - *Upside* associado à potencial melhoria das quotas de mercado atuais do produto Volvo (média de 4%) e ao gap de unidades vendidas por milhão de habitantes face a outros mercados mais desenvolvidos onde o Grupo se encontra presente (3,9X versus 10X nos EUA);
 - Sinergias com operação do Grupo nos EUA.

Todos estes aspetos levam o Grupo a considerar que o investimento no México representará a médio-prazo um importante ativo do Grupo em termos consolidados. Paralelamente, o Grupo ASC e a VCENA (Volvo Construction Equipment North America) estão a desenvolver um projeto conjunto que visa potenciar a estrutura do Grupo ASC no mercado Norte – Americano (atualmente a ASC USA é o maior e melhor *dealer* da VCE nos EUA). Este projeto que teve como primeira etapa a venda de parte do território do Grupo ASC no Alabama, culminará na extensão das operações do Grupo ASC nos EUA no decurso de 2012 para Estados mais relevantes e com maior interesse estratégico para ambas as partes.

03.1.4 - DIVERSIFICAÇÃO CORRELACIONADA

Apesar do enfoque na extensão da presença do Grupo ASC no mercado Norte-Americano e do desenvolvimento do mercado Mexicano, o Grupo ASC prosseguiu a sua estratégia de diversificação do seu portefólio de produtos e serviços nas diversas geografias onde atua, tendo nesta vertente procedido ao lançamento (i) da operação de comercialização de equipamentos para infra estruturas portuárias, ferroviárias e aeroportuárias em Portugal e na Turquia e na (ii) extensão da operação da Tractorrastos no mercado Africano.

03.1.5 - PRÉMIOS E DISTINÇÕES

Em 2010 e 2011, a ASC foi distinguida pela Volvo International em dois mercados: (i) EUA – obtenção de prémio de melhor *dealer* em diversas categorias (ii) Turquia – distinção de melhor *dealer* da Volvo International.

Paralelamente, em 2011, o Grupo ASC foi considerado pelo Diário de Notícias, uma das dez melhores empresas ao nível da Gestão Executiva, tendo sido também distinguido no âmbito dos Prémios de Internacionalização e Exportação organizados pelos BES e pelo Jornal de Negócios em parceria com a Coface e a McKinsey&Company, através da atribuição de uma menção honrosa na categoria Prémios Internacionalização - Grande Empresa.

03.1.6 - PERFORMANCE FINANCEIRA

Por último não gostaríamos de deixar de assinalar os resultados económico-financeiros (Volume de Negócios próximo de 500 milhões de euros e Resultado Líquido na ordem dos 27 milhões de euros) alcançados pelo Grupo em 2011 num contexto internacional particularmente duro, isto sem comprometer a solidez financeira do Grupo (Autonomia Financeira de 34% e Net Debt /EBITDA de 2,0x)

03.2 - PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS E OPERACIONAIS

OS PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS DO GRUPO SÃO OS SEGUINTE:

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICOS FINANCEIROS E OPERACIONAIS	2011	2010	Δ
VOLUME DE NEGÓCIOS	487.826	350.942	39%
EBITDA ⁽¹⁾	60.391	30.733	97%
MARGEM EBITDA	12%	9%	3,0 pp
EBIT ⁽²⁾	42.733	12.589	3,4 x
RESULTADO LÍQUIDO COM INTERESSES NÃO CONTROLADOS	27.130	7.303	3,7 x
CAPITAIS PRÓPRIOS COM INTERESSES NÃO CONTROLADOS	139.811	125.578	11%
NET DEBT / EBITDA ⁽³⁾	2,0 x	3,7 x	-
NET DEBT / EQUITY ⁽³⁾	0,9 x	0,9 x	-
AUTONOMIA FINANCEIRA ⁽⁴⁾	34%	40%	-6,0 pp
NÚMERO DE COLABORADORES	1.096	1.051	4%

Valores expressos em milhares de euros

(1) Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

(2) Resultado antes de gastos de financiamento e impostos

(3) Dívida financeira líquida não inclui montantes relativos ao passivo financeiro não remunerado

(4) Quociente entre a média dos capitais próprios com interesses não controlados e a média do ativo líquido

Do ponto de vista económico-financeiro e num contexto extremamente difícil, o Grupo ASC atingiu um desempenho assinalável, ficando muito próximo dos resultados registados em 2007 (resultado líquido de 27,6 milhões de euros):

- Performance operacional - em 2011, o Grupo ASC, aumentou o seu volume de negócios em 39%, duplicando o seu EBITDA para cerca de 60 milhões de euros e aumentando 3,7X o seu Resultado Líquido. Paralelamente, a implementação de medidas para otimização da estrutura permitiu a obtenção de melhorias ao nível de eficiência, facto que se refletiu no aumento da margem de EBITDA de 9% para 12%.
- Solidez financeira - paralelamente ao esforço de crescimento, o Grupo ASC tem pautado a sua atuação pela salvaguarda da sua situação financeira, melhorando o rácio de Net Debt / EBITDA de 3,7X para 2,0X e mantendo a autonomia financeira na ordem dos 34%. Importa salientar o impacto ao nível da redução dos capitais próprios decorrente da (i) desvalorização da lira turca (-18% face a 31 de dezembro de 2010), e da (ii) desvalorização das ações do Banco BPI (-65% face a 31 de dezembro de 2010), e dos (iii) ajustamentos de IFRS, cujo impacto conjunto de cerca de 12 milhões de euros influenciou os valores de capitais próprios e concomitantemente os níveis de autonomia financeira.

A ORGANIZAÇÃO DO GRUPO ASC



04





04.1 - VISÃO

SER UM DOS MAIORES
FORNECEDORES MUNDIAIS
DE SOLUÇÕES GLOBAIS
DE EQUIPAMENTOS PARA
INFRAESTRUTURAS
E CONSTRUÇÃO.

04.2 - VALORES

A EVOLUÇÃO DO GRUPO ASC AO LONGO DE 2011 PASSOU TAMBÉM PELO PROCESSO DE SISTEMATIZAÇÃO DOS VALORES CORPORATIVOS CAPAZES DE EXPRESSAR A NATUREZA E MISSÃO QUE GUIAM O GRUPO QUOTIDIANAMENTE. COMO TAL, O GRUPO DEFINIU TRÊS VALORES CORPORATIVOS ESSENCIAIS QUE MELHOR REFLETEM A SUA REALIDADE:



- Capacidade para executar e entregar resultados, com excelência e qualidade;
- Atitude de exigência e de melhoria contínua, revelando sentido de responsabilidade e profissionalismo em tudo o que fazemos;
- Espírito empreendedor, antecipando oportunidades, inovando nas soluções e atuando com iniciativa e pro atividade;
- Determinação na tomada de decisões e resiliência perante a adversidade;
- Ambição e vontade de crescer, procurando novos desafios para continuamente construir um futuro melhor.



- Visão de longo prazo assente na procura incessante pelo crescimento sustentado;
- Criação de valor para todos os *stakeholders* (acionistas, clientes, parceiros, colaboradores e sociedade);
- Solidez financeira dos nossos negócios;
- Atuação pautada pelos princípios mais rigorosos de ética, transparência e cidadania;
- Respeito pela nossa história e pela diversidade multicultural que nos caracteriza.



- Compromisso com os clientes, atuando para maximizar a sua satisfação;
- Compromisso com os fornecedores e parceiros, desenvolvendo sólidas relações de confiança e ganho mútuo;
- Compromisso com o Acionista, criando valor na entrega e na melhoria contínua dos resultados do negócio;
- Compromisso entre todos, marcado pelas relações de confiança, respeito e espírito de equipa que nos une;
- Compromisso com a Organização, manifestado na dedicação, orgulho e sentido de pertença a um Grupo multinacional que ambiciona crescer.

04.3 - CARATERIZAÇÃO E ESTRATÉGIA DO GRUPO ASC

04.3.1 - CARATERIZAÇÃO

Constituído em 1959, o Grupo ASC é uma referência internacional no setor *Automotive*, atuando no fornecimento de Equipamentos de Construção e Industriais, Automóveis, Camiões e Peças, bem como na respetiva assistência técnica, complementando a sua oferta com o aluguer de equipamentos e logística. Adicionalmente, as linhas de negócio do Grupo estendem-se também aos equipamentos para portos, aeroportos e ferrovias, e também ao segmento de peças multimarca para aplicações Industriais. Contando atualmente com mais de 1.000 colaboradores, o Grupo ASC assume-se hoje como um dos maiores distribuidores da Volvo Construction Equipment a nível mundial, estando diretamente presente em mercados como Portugal, Espanha, EUA, Turquia, África e, mais recentemente, México.

Paralelamente o Grupo desenvolveu uma solução *follow the customer* que permite efetuar o acompanhamento dos seus clientes, alargando deste modo a sua presença ao continente Africano e Europa de Leste e que, face aos seus bons resultados, está neste momento em evolução para um nível ainda mais reforçado que se traduz num novo conceito a que chamamos: *to be with the customer*. Estando presente ao longo de toda a cadeia de valor do setor *Automotive*, a ASC apresenta um portefólio de produtos / marcas extenso e de qualidade superior com aplicações para indústrias tão diversas como construção e obras públicas, indústria extrativa, logística, etc. .

A excelência de desempenho do Grupo ASC nos mercados onde atua levou-o a uma posição de destaque no universo de *dealers* da Volvo CE, sendo atualmente reconhecido como um dos maiores e melhores *dealers* mundiais. Paralelamente, a ASC tem alcançado, de forma recorrente, *performances* superiores – traduzida em termos de reconhecimento, faturação e quotas de mercado – às da própria Volvo CE enquanto *dealer* nos mercados onde se estabeleceu. Este desempenho permitiu que o mercado internacional represente atualmente cerca de 97% dos resultados da ASC.

04.3.2 - ESTRATÉGIA

Em 2009 e 2010, a Empresa levou a cabo um profundo processo de reflexão estratégica tendo definido dois pilares de crescimento fundamentais – por um lado consolidar e expandir o segmento de negócio de equipamentos de construção e Industriais, camiões e automóveis por forma a manter a liderança nos mercados onde está presente, procurando por outro lado diversificar a sua atividade através da participação em novas linhas de negócio e do alargamento do portefólio de produtos:

1. CONSOLIDAÇÃO E EXPANSÃO DO NEGÓCIO (EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO INDUSTRIAIS, AUTOMÓVEIS E CAMIÕES)

- Otimizar o negócio atual;
- Lançar o negócio em outras geografias / mercados emergentes, e
- Alargar portefólio de produtos *core* a outras marcas.

2. DIVERSIFICAÇÃO DO NEGÓCIO PELA PARTICIPAÇÃO EM NOVOS NEGÓCIOS / ALARGAMENTO DO PORTEFÓLIO DE PRODUTOS

- Alargar portefólio de produtos através da inclusão de equipamentos de infra estruturas em máquinas agrícolas;
- Reforçar presença no segmento de equipamentos de logísticos;
- Dinamizar negócio de peças e SAV multimarca, e
- Alargar serviço a clientes tipo “chave na mão”.

Em 2010, já foram dados importantes passos para a concretização destes objetivos, através da aquisição da ASC Türk e das empresas Air-Rail e Zephir, e, em 2011, o Grupo ASC iniciou mais uma importante internacionalização, para o México, um mercado com dimensão e potencial de crescimento.

No futuro, o Grupo ASC irá prosseguir com o processo de internacionalização, tendo em vista os dois pilares de crescimento acima referidos, representando mercados como a América Latina, África e outros mercados emergentes alvos preferenciais para o Grupo, por poderem funcionar em contraciclo face a mercados mais maduros onde o Grupo já está presente.

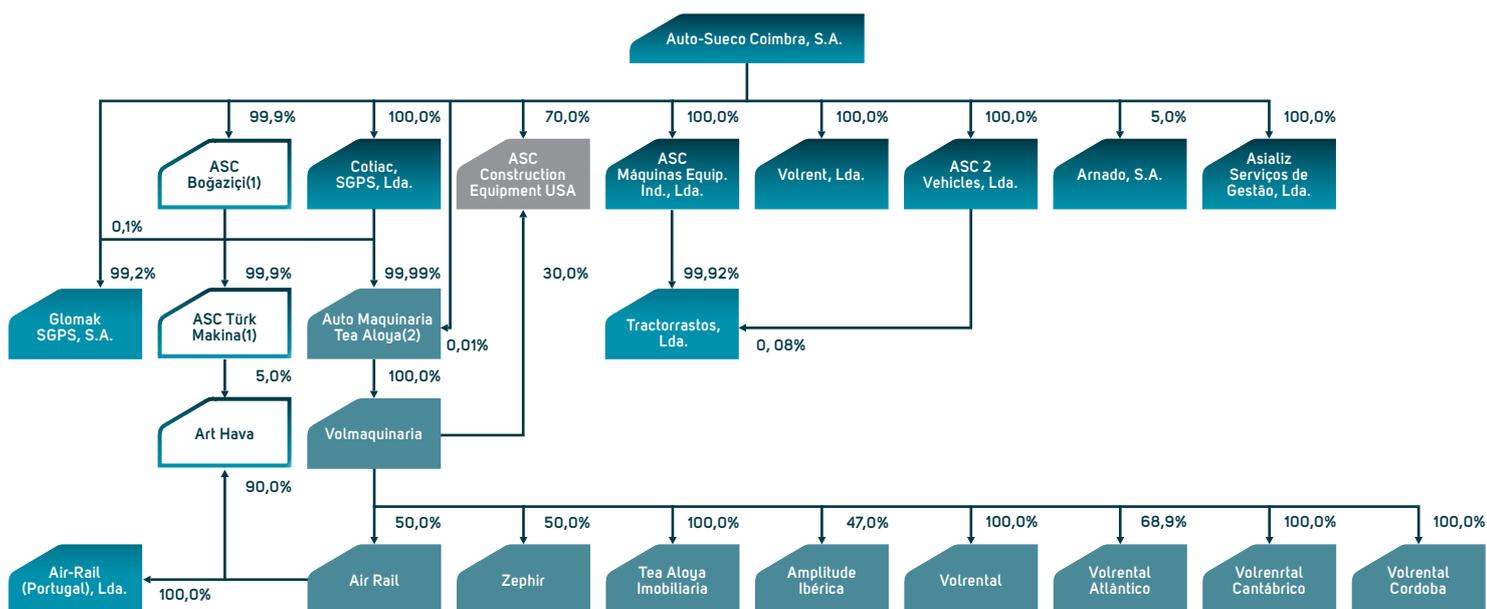
04.3.3 - PORTEFÓLIO DE PRODUTOS

O Grupo ASC opera com diversas marcas, nas diferentes áreas de negócio (equipamentos de construção e de infra estruturas, camiões e automóveis), com a seguinte matriz:

		IMPORTAÇÃO	RETALHO	RENTING	AFTERMARKET	REMARKETING
PORTUGAL	Equipamentos de Construção	 Thwaites Visa Gomaco Yale Tremix Ponsse Perlini Sennebogen Rubble Master	 Thwaites Visa Gomaco Yale Tremix Ponsse Perlini Sennebogen Rubble Master ASC presente diretamente em todo o país (4 locais)	 Volvo Rents Estações de aluguer Volvo em Lisboa, Porto e Pombal	Tractorrastos	ASC Máquinas
	Camiões		 Mitsubishi ASC presente diretamente em 6 locais			
	Automóveis		 Land Rover Jaguar Mazda Mitsubishi ASC presente diretamente em 6 locais			
	Equipamentos de Infra estruturas	Air-Rail	Air-Rail	Air-Rail		
ESPANHA	Equipamentos de Construção	 Sandvik Lännen	 Sandvik Lännen Através da VMCE para 12 sub-concessionárias e diretamente em Madrid, Catalunha, Galiza, Andaluzia e Valladolid	 Volmaquinaria Estações de aluguer Volvo em Madr, Barcelona e outros 6 lugares		VMCE Multi marca
	Equipamentos de Infra estruturas	Air-Rail Zephir	Air-Rail Zephir	Air-Rail Zephir		
EUA	Equipamentos de Construção		 Sennebogen Champion Bomag Hypac Doosan Konecranes Blawknox by LeeBoy Sandvik ASC USA em 5 Estados, através de 16 sucursais próprias	ASC USA em 5 Estações de aluguer	ASC USA em 5 Estados, através de 15 sucursais próprias	ASC USA
TURQUIA	Equipamentos de Construção	 	 	 		
	Equipamentos de Infra estruturas	Air-Rail	Air-Rail	Air-Rail		

04.4 - ORGANIGRAMA DO GRUPO ASC

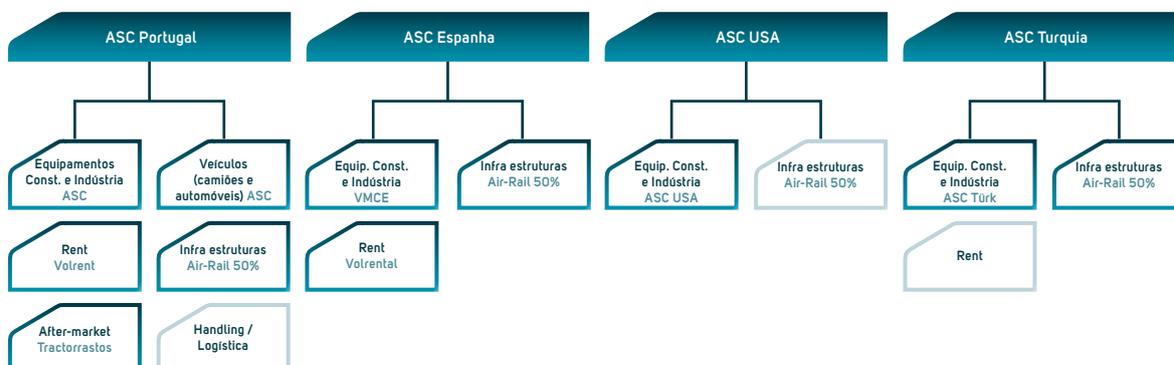
04.4.1 - ORGANIGRAMA SOCIETÁRIO



(1) Sociedades com 5 sócios. Os sócios com participação residual são sociedades do Grupo ASC (Cotiac, SGPS, S.A.; Asializ – Serviços de Gestão, Lda.; Volrent, Lda.; Tractorrastos, Lda.);
 (2) Detêm uma participação de 0,8% no BPI.

04.4.2 - ORGANIGRAMA DE NEGÓCIO

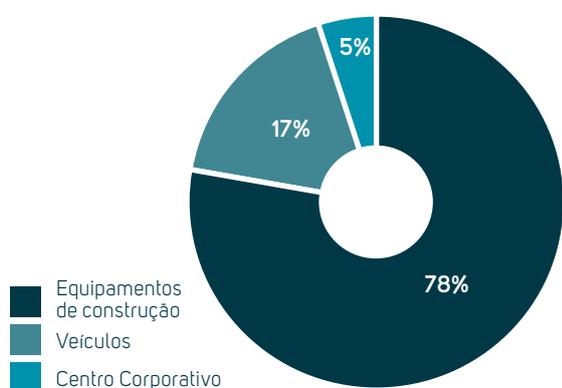
Paralelamente, numa ótica organizacional, o Grupo desenvolveu um modelo de gestão com base num conceito de plataforma geográfica, que visa maximizar as sinergias existentes entre os diferentes negócios:



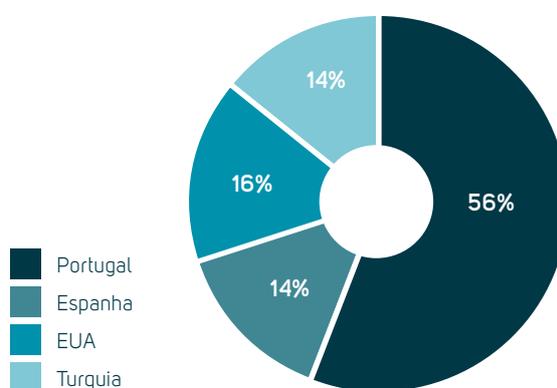
Em desenvolvimento

EM 2011, A ESTRUTURA DE RECURSOS HUMANOS DO GRUPO ASC ERA COMPOSTA POR 1.096 COLABORADORES COM UMA IDADE MÉDIA DE APROXIMADAMENTE 41 ANOS.

TOTAL COLABORADORES (2011) - 1.096



TOTAL COLABORADORES (2011) - 1.096



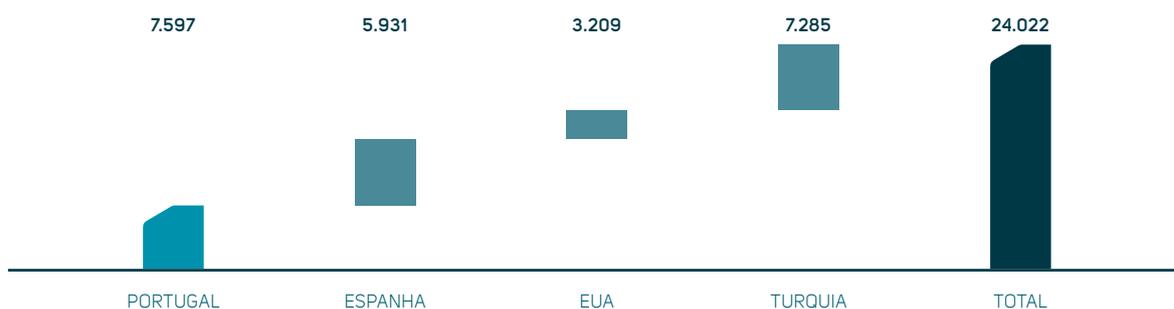
A área de negócio de equipamentos de construção manteve a preponderância nas operações da ASC, englobando cerca de 78% do total de colaboradores do Grupo.

Em face da presença no retalho nas 3 áreas de negócio – automóveis, camiões e equipamentos de construção e Industriais – Portugal conta com cerca de 56% dos colaboradores do Grupo ASC.

Em termos de formação, importa destacar o plano posto em prática em cada uma das plataformas geográficas, que totalizou, em termos consolidados, cerca de 24 mil horas de formação, perfazendo uma média de 22h/ano por colaborador. Esta aposta na formação decorre, essencialmente, da qualificação exigida aos colaboradores do Grupo ASC ao nível dos serviços prestados ao cliente final, e reflete-se no reconhecimento sistemático da empresa, através da atribuição de inúmeros prémios aos colaboradores da empresa a nível internacional, nomeadamente na categoria de melhores mecânicos da Volvo CE - “Volvo Masters Cup”.

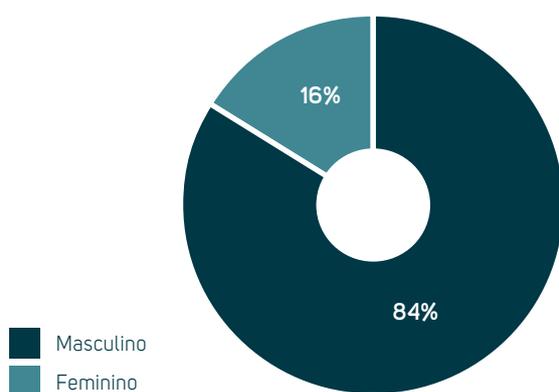
04.5 - RECURSOS HUMANOS

Total de horas de formação Grupo ASC

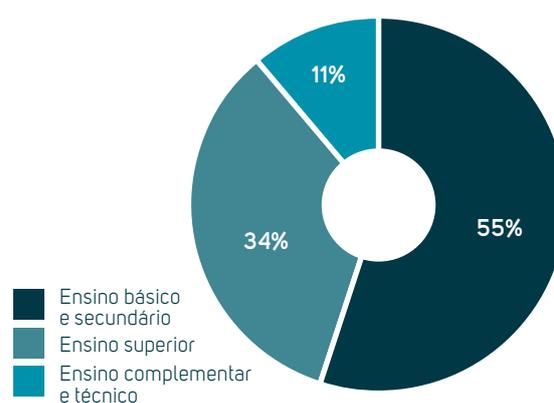


Em termos de repartição por género, a 31 de dezembro de 2011, a estrutura de recursos humanos do Grupo ASC era composta na sua maioria por colaboradores do género masculino, os quais representavam cerca de 84% do total da estrutura.

TOTAL COLABORADORES 2011 (1.096)
- POR GÉNERO



TOTAL COLABORADORES 2011 (1096)
- POR HABILITAÇÕES LITERÁRIAS



No que concerne às habilitações literárias dos colaboradores do Grupo, cerca de 55% finalizaram o ensino básico e secundário, 34% frequentaram o ensino superior e 11% completaram o ensino complementar e técnico.

SÍNTESE DE INDICADORES	2011	2010	Δ
VOLUME DE NEGÓCIOS	487.826	350.942	39%
EBITDA ⁽¹⁾	60.391	30.733	96,5%
EBIT ⁽²⁾	42.733	12.589	3,4 x
RESULTADO LÍQUIDO COM INTERESSES NÃO CONTROLADOS	27.130	7.303	3,7 x
RENDIBILIDADE DAS VENDAS	5,6%	2,1%	3,5 pp
CASH FLOW ⁽³⁾	45.648	24.851	84%
CASH FLOW S/ VENDAS	9,4%	7,1%	2,3 pp
Ativo LÍQUIDO	410.091	362.827	13%
PASSIVO FINANCEIRO ⁽⁴⁾	150.458	139.351	8%
CAPITAL INVESTIDO ⁽⁵⁾	290.269	264.929	9,6%
CAPITAIS PRÓPRIOS MAIS INTERESSES NÃO CONTROLADOS	139.811	125.578	11,3%
RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS ⁽⁶⁾	19%	6%	14 pp
AUTONOMIA FINANCEIRA ⁽⁷⁾	34%	40%	-6 pp
RETORNO DO CAPITAL ⁽⁸⁾	15%	5%	10 pp
NÚMERO DE COLABORADORES	1.096	1.051	4,3%

Valores expressos em milhares de euros

⁽¹⁾ Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

⁽²⁾ Resultado antes de gastos de financiamento e impostos

⁽³⁾ Resultado líquido com interesses não controlados, amortizações e depreciações do exercício e variação das provisões

⁽⁴⁾ Total passivo financeiro excluindo passivo financeiro não remunerado. No balanço apresentado em anexo, os valores relativos a 2010 incluem o montante de passivo financeiro não remunerado (cerca de 20 milhões de euros)

⁽⁵⁾ Capitais próprios com interesses minoritários, passivo financeiro e responsabilidades fora de balanço

⁽⁶⁾ Quociente entre o resultado líquido com interesses não controlados e os capitais próprios com interesses não controlados

⁽⁷⁾ Quociente entre a média dos capitais próprios com interesses não controlados e a média do ativo líquido

⁽⁸⁾ Quociente entre EBIT e o capital investido médio

Em termos de desempenho, apesar das condições adversas do mercado, o Grupo apresentou uma performance positiva que se traduziu num Volume de Negócios de 488 milhões de euros, um resultado operacional (EBITDA) de 60 milhões de euros (margem EBITDA de 12% face a uma margem de 9% registada em 2010) e um resultado líquido de 27 milhões de euros.

O desempenho positivo demonstrado pelo Grupo ASC ao longo de 2011, resulta, não só de todos os seus esforços em consolidar a sua posição nos mercados onde atua, mas também da consideração de 12 meses da operação da Turquia (em 2010 apenas foram considerados 6 meses de atividade), a qual, em conjunto com os EUA, foi uma forte contribuidora para os resultados apresentados pelo Grupo ASC.

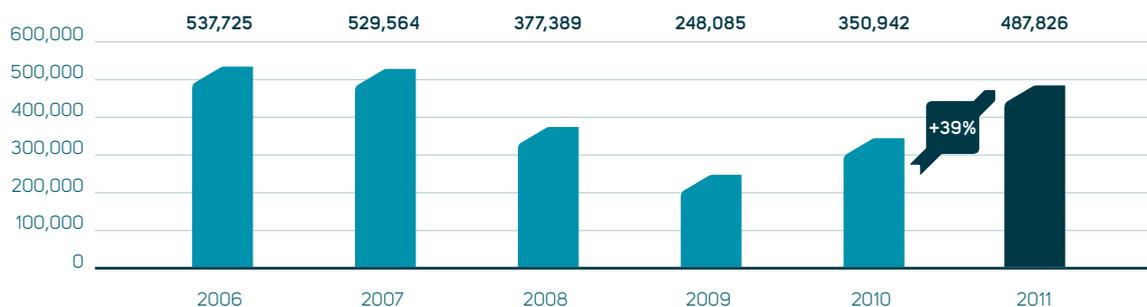
04.6.1 - VOLUME DE NEGÓCIOS

Em 2011, o Volume de Negócios do Grupo ASC aumentou 39% face a 2010, para cerca de 488 milhões de euros, em resultado, essencialmente, da contribuição das receitas provenientes das operações internacionais da Turquia e dos EUA.

04.6 - PRINCIPAIS INDICADORES CONSOLIDADOS

Evolução do Volume de Negócios

Milhares de euros

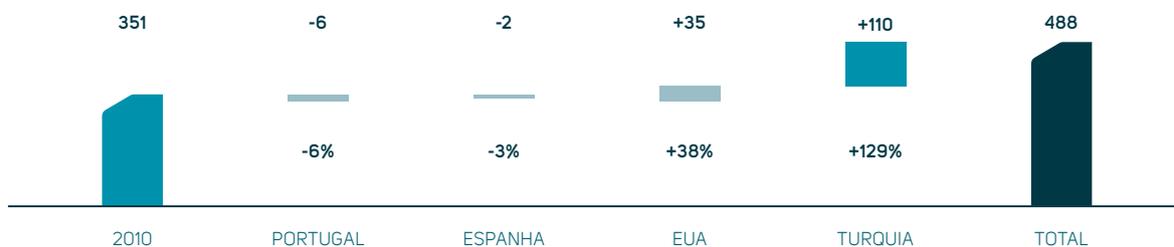


Em termos individuais, os contributos positivos da Turquia e dos EUA compensaram o impacto negativo do mercado Ibérico, que derivou, essencialmente, da conjuntura econó-

mica adversa que se fez sentir e que condicionou fortemente a atividade em Portugal e Espanha.

Contribuição para o crescimento do Volume de Negócios

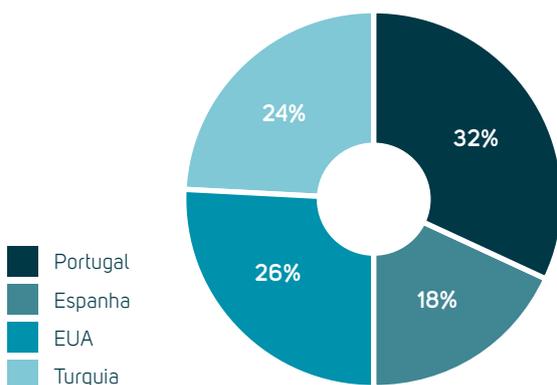
milhões de euros / % crescimento face a 2010



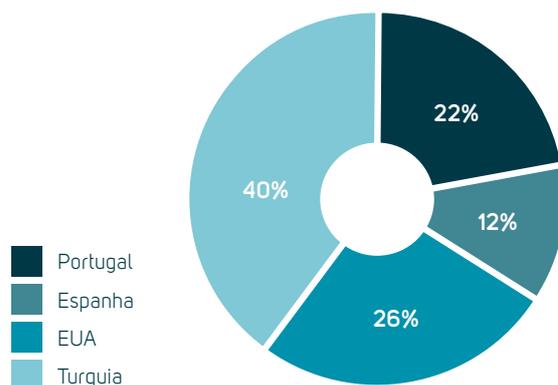
Tendo a operação da Turquia representado um ano de atividade completo em 2011, a contribuição relativa dos

mercados exteriores no Volume de Negócios do Grupo (Espanha, EUA e Turquia) ascende a 78%.

Volume de Negócios (2010) - 351 Milhões Euros



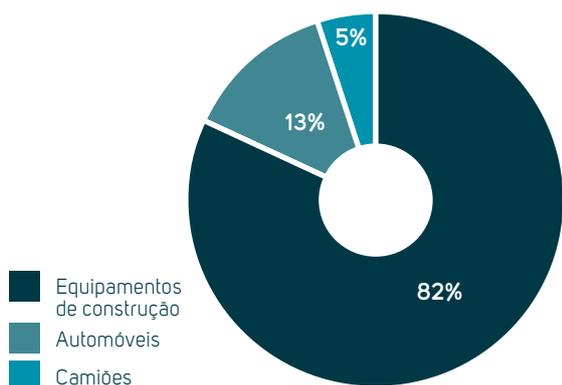
Volume de Negócios (2011) - 488 Milhões Euros



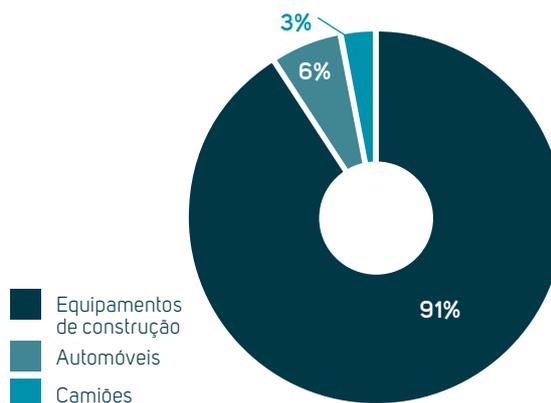
No que concerne às áreas de negócio, o segmento de Equipamentos de Construção, a área preponderante nas operações da ASC, aumentou o seu peso comparativamente com 2010, representando, no final de 2011, 91% do Volume de Negócios do Grupo ASC. A área de negócio de Automóveis viu a sua importância relativa diminuir face a 2010

em virtude do forte decréscimo do mercado em função do aumento do IVA e do fim do programa de incentivo fiscal ao abate de veículos em fim de vida, situando-se assim nos 6%. Também a área de Camiões viu diminuir o seu peso no Volume de Negócios do Grupo ASC, representando 3% do mesmo, face aos 5% registados em 2010.

Volume de Negócios (2010) - 351 Milhões Euros



Volume de Negócios (2011) - 488 Milhões Euros

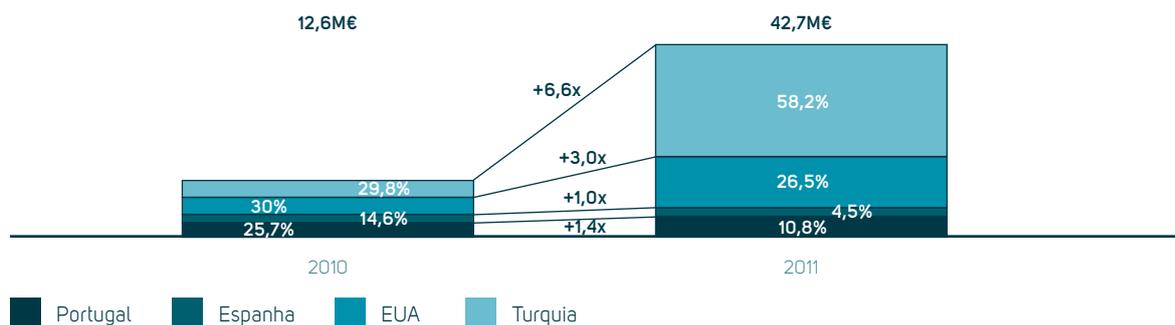


04.6.2 - EBIT

Em 2011, o EBIT do Grupo ASC ascendeu a 42,7 milhões de euros, apresentando um forte crescimento face a 2010 de 3,4x, explicado em parte (i) pela contribuição da Turquia, a qual em 2010 apenas contribuiu com 6 meses de atividade

(20 milhões de euros), e (ii) pelo crescimento do EBIT dos EUA motivado, não só pela melhoria da margem bruta (3 milhões de euros), mas também pela venda da operação no Estado do Alabama (aproximadamente 5 milhões de euros).

Crescimento EBIT (2011/2010)



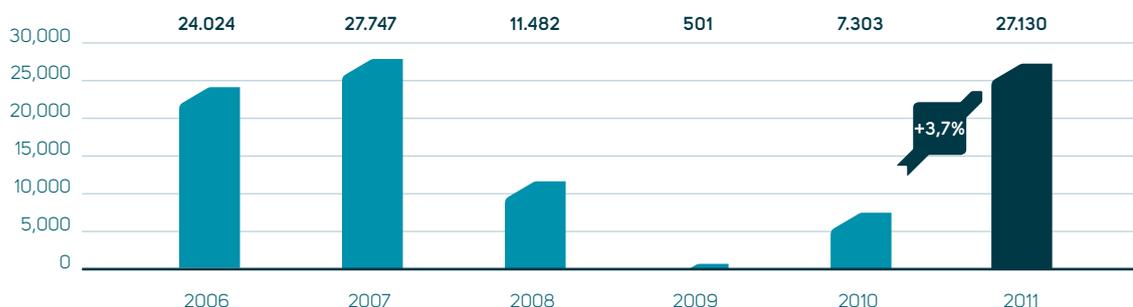
04.6.3 - RESULTADO LÍQUIDO

Em 2011, o resultado líquido (com interesses não controlados) aumentou para 27,1 milhões de euros, face a 7,3 milhões de euros alcançados em 2010, refletindo, essencialmente, (i) a ligeira recuperação dos mercados, (ii)

o ganho obtido com a inclusão de 12 meses da operação na Turquia, a qual contribuiu, para 74% do resultado líquido do Grupo, e (iii) os ganhos obtidos com a venda da operação no Estado do Alabama.

Evolução do Resultado Líquido

Milhares de euros



04.6.4 - DÍVIDA LÍQUIDA CONSOLIDADA

A 31 de dezembro de 2011, a dívida líquida consolidada ascendeu a 121 milhões de euros face a 114 milhões de euros verificados a 31 de dezembro de 2010.

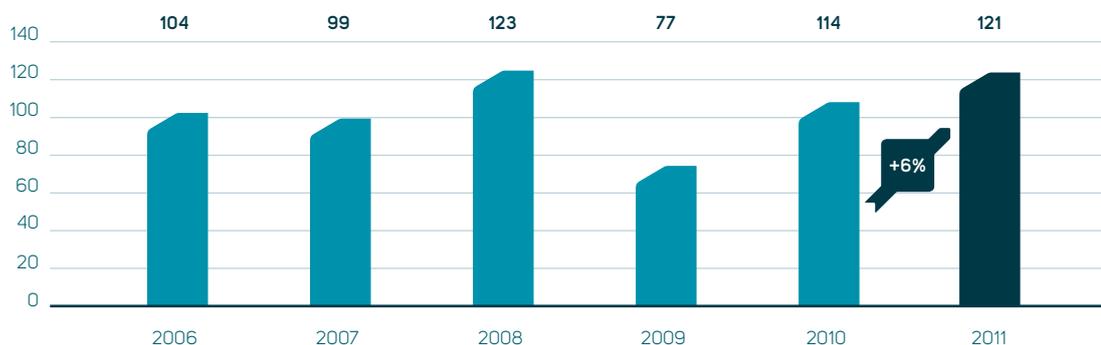
Por sua vez, a dívida bruta consolidada ascendeu a 150 milhões de euros, dos quais 47% são de médio e longo prazo (equivalente a 71 milhões de euros) e 53% de curto

prazo (equivalente a 79 milhões de euros).

No final do ano o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida foi de 2,0x, enquanto o rácio de cobertura dos Capitais Próprios pela dívida líquida se situou em 0,9x.

Evolução da Dívida Líquida

Milhões de euros



Nota: Valores relativos a 2010 apresentados no balanço em anexo incluem montantes referentes a passivo financeiro não remunerado

04.6.5 - ATIVO LÍQUIDO E CAPITAL PRÓPRIO

Em 2011, o Ativo Líquido do Grupo ASC totalizou 410 milhões de euros, representando um acréscimo de aproximadamente 47 milhões de euros face a 2010, essencialmente nas seguintes rubricas:

- **Ativo fixos tangíveis (+10,0 M€)**
A incorporação da Glomak no Grupo ASC resultou num aumento desta rubrica ao nível consolidado no valor de 10,8 milhões de euros.
- **Inventários (+35,7 M€)**
O aumento dos inventários face a 2010 prende-se, essencialmente, com a incorporação da Glomak a 100% no perímetro de consolidação do Grupo ASC (21,3 milhões de euros) e com o acréscimo da atividade nos EUA e na Turquia (20,5 milhões de euros).

Por sua vez, o Capital Próprio (com interesses não controlados) ascendeu a 140 milhões de euros em 2011, representando um acréscimo de 11% face a 2010, equivalente a 14 milhões de euros.

Importa salientar o impacto ao nível da redução dos capitais próprios decorrente da (i) desvalorização da lira turca (-18% face a 31 de dezembro de 2010), e da (ii) desvalorização das ações do Banco BPI (-65% face a 31 de dezembro de 2010), cujo impacto conjunto de cerca de 12 milhões de euros influenciou fortemente os valores de capitais próprios e concomitantemente os níveis de autonomia financeira.

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



05





05.1 - ECONOMIA GLOBAL

EM 2011, A ECONOMIA GLOBAL APRESENTOU UM RITMO DE CRESCIMENTO INFERIOR AO VERIFICADO EM 2010, ESTIMANDO-SE QUE A TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB TENHA SIDO DE 3,9% EM 2011, EM COMPARAÇÃO COM 5,3% EM 2010.

A par dos anos anteriores, os países com economias emergentes reafirmam a sua importância à escala global, ao contribuir em média com um ritmo de crescimento superior ao dos países com economias avançadas. No entanto, o ano de 2011 ficou também marcado por um conjunto de acontecimentos com impacto negativo à escala global, tais

como a crise de dívida soberana na Zona Euro, o tsunami no Japão e a desaceleração da economia norte-americana, provocando uma desaceleração do crescimento das economias avançadas, passando de 3,2% em 2010 para 1,6% em 2011, bem como das economias emergentes, passando de 7,5% em 2010 para 6,2% em 2011.

DADOS MACROECONÓMICOS					
TAXA DE CRESCIMENTO REAL DO PIB	2007	2008	2009	2010	2011E
MUNDO	5,4%	2,8%	-0,6%	5,3%	3,9%
ECONOMIAS AVANÇADAS	2,8%	0,0%	-3,6%	3,2%	1,6%
ECONOMIAS EMERGENTES	8,7%	6,0%	2,8%	7,5%	6,2%
ZONA EURO	3,0%	0,4%	-4,3%	1,9%	1,4%
EUA	1,9%	-0,3%	-3,5%	3,0%	1,7%
ÁSIA (EXCLUINDO O JAPÃO)	11,4%	7,8%	7,1%	9,7%	7,8%
CHINA	14,2%	9,6%	9,2%	10,4%	9,2%
JAPÃO	2,2%	-1,0%	-5,5%	4,4%	-0,7%
PORTUGAL	2,4%	0,0%	-2,9%	1,4%	-1,5%
ESPAÑA	3,5%	0,9%	-3,7%	-0,1%	-0,7%
TURQUIA	4,7%	0,7%	-4,8%	9,0%	8,5%

Fonte: FMI (Economic Outlook - abril 2012)
Taxas de variação real, em %

No que concerne a Zona Euro, apesar do crescimento verificado em alguns países do Norte da Europa, os países do Sul da Europa foram significativamente afetados pelo agravamento do risco das suas dívidas soberanas, esforço de consolidação orçamental e implementação de medidas de austeridade, desalavancagem do setor financeiro e dificuldades no acesso ao financiamento por parte das empresas e particulares, contribuindo para uma desaceleração da economia na Zona Euro. Adicionalmente, à semelhança do que havia acontecido com a Grécia e Irlanda em 2010, Portugal solicitou o apoio financeiro por parte da União Europeia e do Fundo Monetário Internacional, implicando um receio de contágio a outras economias da Zona Euro, em particular, Espanha e Itália.

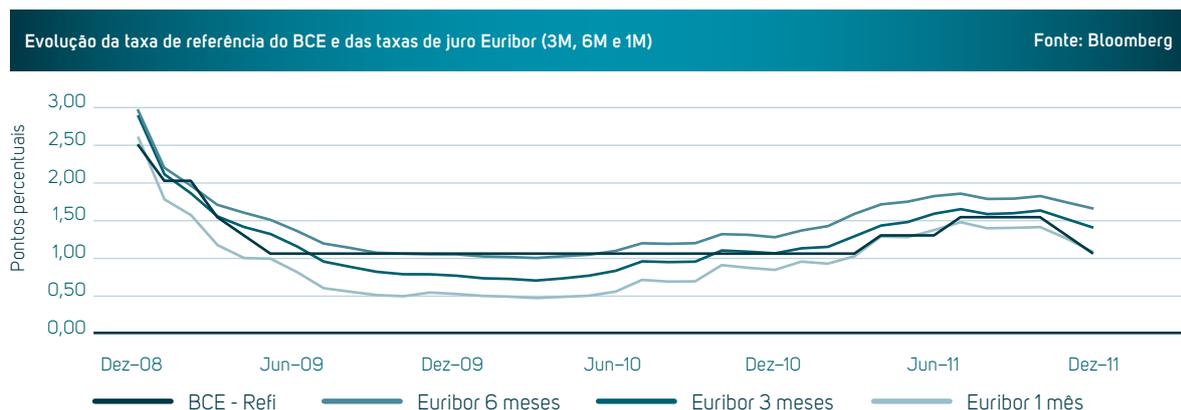
Neste enquadramento, assistimos à revisão em baixa dos *ratings* dos países da periferia da Zona Euro juntamente com os receios sobre o agravamento das condições de financiamento e o respetivo acesso para o Governo, as empresas e o setor financeiro, os quais se refletiram na quebra de confiança dos investidores internacionais. Em resultado, as *yields* da dívida soberana a 10 anos e a variação do *spread* de dívida soberana ao longo de 2011 dos países mais afetados pela situação macroeconómica atual foram as seguintes:

	GRÉCIA	PORTUGAL	ITÁLIA	ESPANHA	IRLANDA
YIELD DÍVIDA SOBERANA 10 ANOS (%)	35%	13,4%	7,1%	5,1%	8,4%
VARIAÇÃO DE SPREADS (p.b.) ⁽¹⁾	2.363 p.b.	789 p.b.	343 p.b.	77 p.b.	70 p.b.

(1) Corresponde à variação da diferença entre a *yield* da dívida soberana a 10 anos de cada país e a dívida soberana a 10 anos da Alemanha em 2011, cujo valor ascendia a 1,829%.



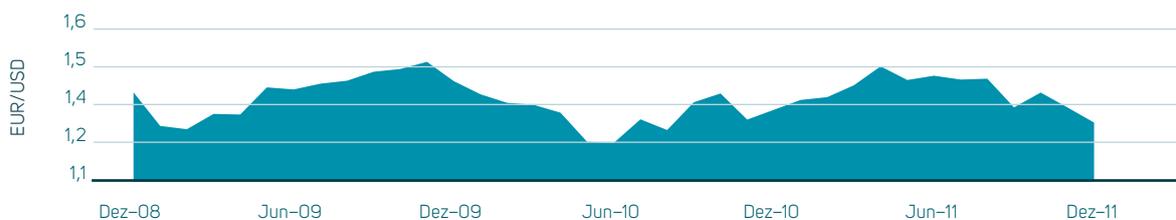
Ao longo de 2011, o Banco Central Europeu aumentou a sua taxa de referência (Refi) em abril de 1% para 1,25% e em julho para 1,5%, embora tendo regressado, em dezembro, à taxa de referência verificada no primeiro semestre do ano (1%), por forma a fornecer liquidez ao sistema bancário e a reduzir as tensões observadas nos mercados mais periféricos.



Paralelamente, o Euro registou uma depreciação de aproximadamente 3,2% face ao dólar e uma apreciação de cerca de 18,5% face à lira turca, cotando-se em EUR/USD 1,2939 e EUR/TRL 2,4432, respetivamente a 30 de dezembro de 2011.

Evolução da taxa de câmbio EUR/USD

Fonte: Bloomberg



Evolução da taxa de câmbio EUR/TRL

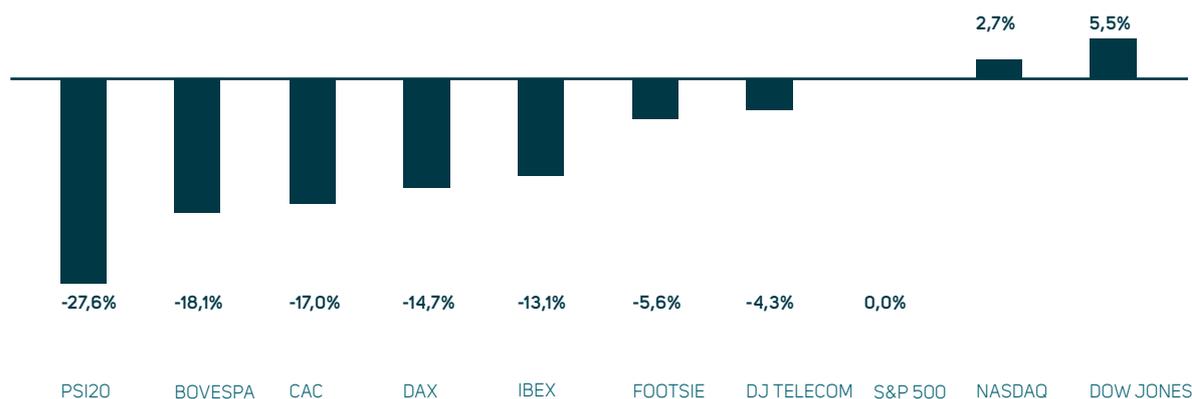
Fonte: Bloomberg



Os mercados de capitais da Zona Euro também estiveram sobre pressão, tendo apresentado desvalorizações mais acentuadas (PSI20, CAC, DAX e IBEX desvalorizaram 27,6%, 17,0%, 14,7% e 13,1%, respetivamente) em contraste com os principais índices nos EUA, DOW JONES e NASDAQ, com valorizações de 5,5% e 2,7%, respetivamente.

Evolução dos principais índices bolsistas em 2011

Fonte: Bloomberg



De acordo com a estimativa do Fundo Monetário Internacional, Portugal registou em 2011 uma redução do PIB em cerca de 1,5%, devido essencialmente ao agravamento do risco país e a medidas com efeitos contracionistas, nomeadamente (i) o esforço de consolidação orçamental e implementação de medidas de austeridade, bem como (ii)

a desalavancagem do setor financeiro português e dificuldades no acesso a financiamento por parte das empresas e particulares. No entanto, Portugal apresentou uma forte recuperação da sua balança comercial em 2011, com um aumento das exportações em cerca de 8,5% e uma redução das importações em cerca de 5,7%.

PORTUGAL					
TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	2,4%	0,0%	-2,9%	1,4%	-1,5%
CONSUMO PRIVADO	2,5%	1,3%	-1,1%	2,3%	-4,2%
CONSUMO PÚBLICO	0,5%	0,4%	3,7%	1,3%	-3,2%
FBCF	2,6%	-0,3%	-11,3%	-4,9%	-11,6%
EXPORTAÇÕES	11,5%	3,0%	-12,4%	-0,7%	8,5%
IMPORTAÇÕES	7,2%	5,2%	-12,7%	-5,4%	-5,7%
INFLAÇÃO (IPC)	2,4%	2,7%	-0,9%	1,4%	3,6%
TAXA DE DESEMPREGO (% POPULAÇÃO ATIVA)	8,0%	7,6%	9,5%	10,8%	12,7%
DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)	68,3%	71,6%	83,1%	93,4%	106,8%

Fonte: FMI (Economic Outlook - abril 2012), AMECO (Novembro 2011)

INÍCIO DO ANO		
MOODY'S	S&P	FITCH
A1	A-	A+

ALTERAÇÕES					
MOODY'S	DATA DE MUDANÇA	S&P	DATA DE MUDANÇA	FITCH	DATA DE MUDANÇA
A3	15-03-2011	BBB-	24-03-2011	A-	24-03-2011
Baa1	05-04-2011			BBB-	01-04-2011
Ba2	05-07-2011			BB+	24-11-2011

Fonte: Bloomberg

Em consequência, o *spread* (diferença entre *yields*) dos títulos de dívida pública a 10 anos face à Alemanha ascendeu a 1.153 pontos base registando assim um acréscimo de aproximadamente 789 pontos base face a 2010.

05.2 - PORTUGAL

Spreads das yields dos títulos de dívida pública a 10 anos vs Alemanha (%)

Fonte: Bloomberg



No contexto do risco soberano da Zona Euro, importa ainda referir as principais medidas restritivas adotadas em Portugal tendo em vista o cumprimento do *deficit* de 4,6% em 2011: (i) aumento da carga fiscal, nomeadamente no que respeita ao IRS, IVA e imposto extraordinário sobre o rendimento, (ii) redução dos salários na função pública nomeadamente ao nível do 13º e 14º mês, (iii) congelamento das admissões na administração pública, (iv) corte nas despesas sociais e (v) cortes no investimento.

Em 2011, a dívida pública portuguesa ascendeu a 106,8% do PIB, mantendo-se acima da média verificada na Zona Euro (88,1% do PIB).

Em termos médios anuais, a taxa de inflação fixou-se nos 3,6% refletindo a melhoria do enquadramento externo da economia portuguesa e a subida dos preços da energia (sobretudo do preço do petróleo) que em termos médios foi superior em cerca de 20% face a 2010. Por outro lado, devido aos níveis de incerteza e às condições mais restritas de financiamento, o investimento das empresas, administração pública e famílias, sofreu um decréscimo de cerca de 12%.

O aumento da taxa de desemprego de 10,8% para 12,7% também penalizou o índice de confiança dos consumidores, levando a uma desaceleração da procura interna.

05.3 - ESPANHA

Em Espanha, estima-se que o PIB tenha registado um crescimento positivo na ordem dos 0,7% em 2011, tendo contribuído positivamente o aumento do consumo privado em 0,7%, aumento das exportações em 9,0% e redução das

importações em 0,1%. Por outro lado, a redução do consumo público em 0,9% e a redução do investimento das empresas, administração pública e famílias em 5,4% penalizaram o crescimento da economia espanhola.

ESPANHA					
TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	3,5%	0,9%	-3,7%	-0,1%	0,7%
CONSUMO PRIVADO	3,5%	-0,6%	-4,3%	0,8%	0,7%
CONSUMO PÚBLICO	5,6%	5,9%	3,7%	0,2%	-0,9%
FBCF	4,5%	-4,7%	-16,6%	-6,3%	-5,4%
EXPORTAÇÕES	6,7%	-1,0%	-10,4%	13,5%	9,0%
IMPORTAÇÕES	8,0%	-5,2%	-17,2%	8,9%	-0,1%
INFLAÇÃO (IPC)	2,8%	4,1%	-0,2%	2,0%	3,1%
TAXA DE DESEMPREGO (% POPULAÇÃO ATIVA)	8,3%	11,3%	18,0%	20,1%	21,6%
DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)	36,3%	40,2%	53,9%	61,2%	68,5%

Fonte: FMI (Economic Outlook - abril 2012), AMECO (Novembro 2011)

Fruto da desaceleração das economias mundiais mais avançadas, impacto da crise da dívida soberana da Zona Euro, aumento significativo da dívida pública e do agravamento das condições de financiamento a empresas e particulares, o Governo Espanhol viu-se obrigado a reforçar as medidas de austeridade fiscais capazes de assegurar a consolidação orçamental em curso, apesar do impacto negativo na procura interna e no aumento da taxa de desemprego (cerca de 22% em 2011).

Neste contexto, as agências de *rating* reviram em baixa o *rating* da dívida soberana espanhola ao longo do ano de 2011, tendo o custo de financiamento aumentado significativamente, com o *spread* dos títulos de dívida pública a 10 anos face à Alemanha, a ascender a 326 pontos base, registando assim um acréscimo de aproximadamente 77 pontos base face a 2010.

INÍCIO DO ANO		
MOODY'S	S&P	FITCH
Aa1	AA-	AA+

ALTERAÇÕES					
MOODY'S	DATA DE MUDANÇA	S&P	DATA DE MUDANÇA	FITCH	DATA DE MUDANÇA
Aa2	10-03-2011			AA-	07-10-2011
A1	18-10-2011				

Fonte: Bloomberg

Spreads das yields dos títulos de dívida pública a 10 anos vs Alemanha (%)

Fonte: Bloomberg



Adicionalmente, em termos médios anuais, a taxa de inflação aumentou ligeiramente face a 2010, fixando-se nos 3,1%, em resultado, essencialmente, do aumento do preço da energia.

A melhoria da procura externa compensou parcialmente os baixos índices de confiança dos consumidores, perante uma taxa de desemprego que se manteve em níveis muito elevados em torno dos 22%.

O investimento permaneceu em terreno negativo, em consequência, essencialmente, da queda registada no setor da construção.

Em 2010, a dívida pública de Espanha situava-se em torno aos 68,5% do PIB.

05.4 - EUA

Em 2011, a economia dos EUA foi marcada por um crescimento lento com receios de uma segunda recessão, apesar de alguns sinais positivos observados no final do ano. Segundo dados do Fundo Monetário Internacional, estima-se que o PIB tenha registado um crescimento positivo na ordem dos 1,7% em 2011, tendo contribuído positivamente

o aumento do consumo privado em 2,1%, investimento das empresas, administração pública e famílias em 3,3% e das exportações em 6,7%. Por outro lado, a redução do consumo público em 0,8% e o aumento das importações em 4,9% penalizaram o crescimento da economia Norte-Americana.

EUA		2007	2008	2009	2010	2011
TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)						
PIB		1,9%	-0,3%	-3,5%	3,0%	1,7%
CONSUMO PRIVADO		2,3%	-0,6%	-1,9%	2,0%	2,1%
CONSUMO PÚBLICO		1,4%	2,6%	2,0%	1,0%	-0,8%
FBCF		-1,6%	-5,8%	-16,0%	1,8%	3,3%
EXPORTAÇÕES		9,3%	6,1%	-9,4%	11,3%	6,7%
IMPORTAÇÕES		2,4%	-2,7%	-13,6%	12,5%	4,9%
INFLAÇÃO (IPC)		2,9%	3,8%	-0,3%	1,6%	3,1%
TAXA DE DESEMPREGO (% POPULAÇÃO ATIVA)		4,6%	5,8%	9,3%	9,6%	9,0%
DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)		67,2%	76,1%	89,9%	98,5%	102,9%

Fonte: FMI (Economic Outlook - abril 2012), AMECO (Novembro2011)

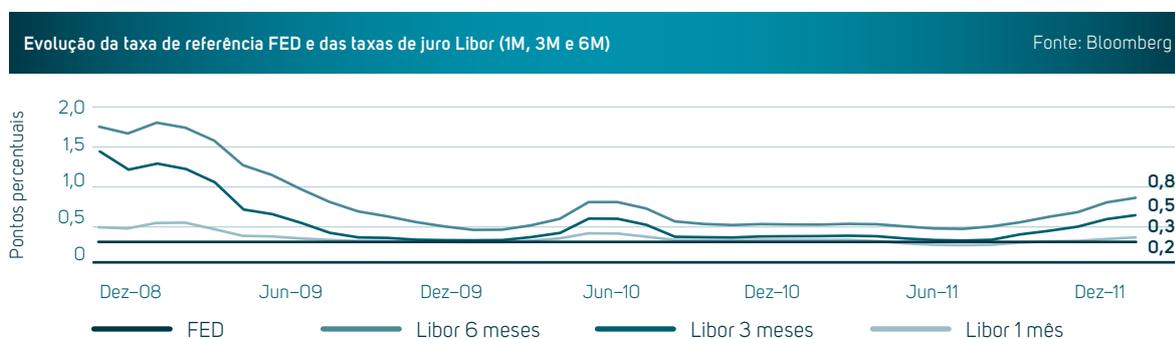
O ano de 2011 ficou também marcado pela crise do teto de dívida nos EUA. Após meses de disputas, em agosto de 2011, o Presidente Obama e os líderes do Congresso chegaram a acordo no que diz respeito ao aumento do teto de dívida pelos EUA em USD 400 biliões com efeitos imediatos, em paralelo com um conjunto de medidas

a implementar durante a próxima década para reduzir significativamente os gastos do governo. Neste contexto de impasse no que concerne a uma decisão política, no Verão de 2011, a agência de notação S&P reviu em baixa o rating da dívida soberana dos EUA pela primeira vez de AAA para AA+.

INÍCIO DO ANO		
MOODY'S	S&P	FITCH
Aaa	AAA	AAA

ALTERAÇÕES					
MOODY'S	DATA DE MUDANÇA	S&P	DATA DE MUDANÇA	FITCH	DATA DE MUDANÇA
		AAAu	24-02-2011		
		AA+u	05-08-2011		

Fonte: Bloomberg



O Presidente da Reserva Federal, Ben Bernanke, anunciou uma nova política monetária em setembro de 2011 - *Twist Operation* - envolvendo a reestruturação do portefólio de dívida do Fed através da venda de dívida de curto-prazo e aquisição de dívida de longo-prazo, com o objetivo de estimular a descida das taxas de juro de longo-prazo, incentivando a contratação de mais hipotecas e empréstimos empresariais. No entanto, a confiança dos consumidores e empresas não tem correspondido ao estímulo da Reserva Federal, contribuindo assim para uma contenção do investimento.

Em relação à taxa de desemprego, os EUA mantiveram uma taxa de desemprego elevada em 2011, em torno dos 9%, levando o Presidente Obama a lançar um ambicioso plano para estimular a criação de emprego nos EUA - o *American Jobs Act*.

Adicionalmente, o aumento da taxa de inflação de 1,6% em 2010 para 3,1% em 2011 foi significativamente influenciado pelo aumento dos preços dos combustíveis. De destacar também o aumento acentuado da dívida pública em função do PIB, a qual se situou na ordem dos 103%.

05.5 - TURQUIA

Apesar da crise da dívida soberana vivida nos países vizinhos da Zona Euro, estima-se que a Turquia tenha registado um crescimento económico de 8,5% em 2011, para o qual contribuiu significativamente o setor da construção, indústria e retalho. De acordo com o Fundo Monetário Internacional, estima-se que o crescimento do PIB verificado em 2011 tenha sido fortemente influenciado pelo

aumento do consumo privado de 8,7%, consumo público de 6,0% e investimento das empresas, administração pública e famílias de 22,8%. Por outro lado, as trocas comerciais com o exterior penalizaram o crescimento da economia Turca, com as exportações a diminuírem 1,4% contra um aumento das importações de 11,6%.

TURQUIA					
TAXA DE CRESCIMENTO REAL (%)	2007	2008	2009	2010	2011
PIB	4,7%	0,7%	-4,8%	9,0%	8,5%
CONSUMO PRIVADO	5,5%	-0,3%	-2,3%	6,6%	8,7%
CONSUMO PÚBLICO	6,5%	1,7%	7,8%	2,0%	6,0%
FBCF	3,1%	-6,2%	-19,0%	29,9%	22,8%
EXPORTAÇÕES	10,5%	7,2%	-8,1%	5,1%	-1,4%
IMPORTAÇÕES	14,2%	-1,4%	-12,4%	20,9%	11,6%
INFLAÇÃO (IPC)	8,8%	10,4%	6,3%	8,6%	6,5%
TAXA DE DESEMPREGO (% POPULAÇÃO ATIVA)	10,2%	10,9%	14,0%	11,9%	9,9%
DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)	39,9%	40,0%	46,1%	42,2%	39,4%

Fonte: FMI (Economic Outlook - abril 2012), AMECO (Novembro 2011)

O ano de 2011 ficou marcado pelo elevado consumo público por parte do governo turco, por forma a potenciar o crescimento económico. Apesar da elevada despesa pública em 2011, o *deficit* orçamental foi menor em 2011 face ao de 2010, em função de um aumento significativo das receitas fiscais, com uma expansão da base tributável.

O elevado desequilíbrio externo continua a representar um risco elevado para a economia turca, levando o Banco Central da Turquia a anunciar medidas controversas,

incluindo uma maior flexibilidade na política monetária em conjunto com a manutenção de taxas de juro reduzidas, por forma a desencorajar a entrada de capital na Turquia e o investimento externo no país.

Em setembro de 2011, a S&P anunciou um *upgrade* do *rating* da dívida soberana turca para *investment grade* (em moeda local), em função da resiliência da economia turca perante a crise de dívida soberana nos países da Zona Euro e do forte desenvolvimento do setor financeiro turco.

INÍCIO DO ANO		
MOODY'S	S&P	FITCH
Ba2	BB+	BB+

ALTERAÇÕES					
MOODY'S	DATA DE MUDANÇA	S&P	DATA DE MUDANÇA	FITCH	DATA DE MUDANÇA
		BBB-	20-09-2011		

Fonte: Bloomberg

Adicionalmente, importa salientar os seguintes aspetos:

- Taxa de desemprego e investimento – decréscimo da taxa de desemprego de 11,9% em 2010, para 9,9% em 2011;
- Inflação – em termos médios anuais, a taxa de inflação registou um decréscimo de 2,1 pontos percentuais face a 2010, situando-se nos 6,5%;
- Dívida pública – em 2011 a dívida pública da Turquia representava 39,4% do PIB.

ANÁLISES DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO ASC



06



O GRUPO ASC ATUA EM TRÊS GRANDES ÁREAS DE NEGÓCIO, AS QUAIS APRESENTARAM, EM 2011, OS SEGUINTE VOLUMES DE NEGÓCIO:

ÁREA DE NEGÓCIO	PORTUGAL	ESPAÑA	EUA	TURQUIA*	TOTAL
EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO	59 097	59 266	127 241	195 699	441 302
AUTOMÓVEIS	31 214	n.a.	n.a.	n.a.	31 214
CAMIÕES	15 310	n.a.	n.a.	n.a.	15 310
TOTAL	105 621	59 266	127 241	195 699	487 826

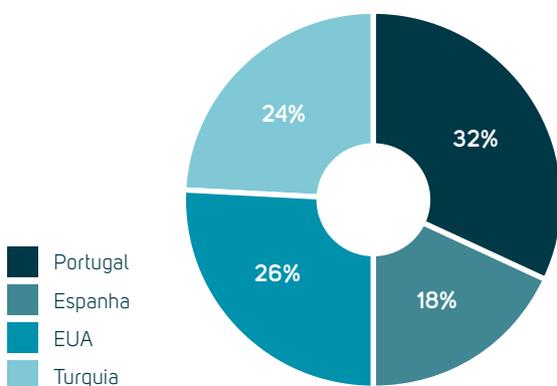
Unidade: Milhares de Euros

(*) Inclui ASC Türk, ASC Bogazici, Art Hava e ASC Türk - Freezone

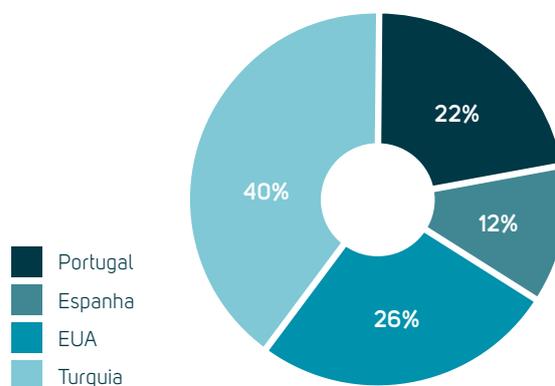
06 - ANÁLISE DAS ÁREAS DE NEGÓCIO DO GRUPO ASC

O PESO DE CADA PLATAFORMA GEOGRÁFICA NO UNIVERSO DO GRUPO ASC PODE SER OBSERVADO NOS SEGUINTE GRÁFICOS:

Volume de Negócios (2010) - 351 Milhões Euros



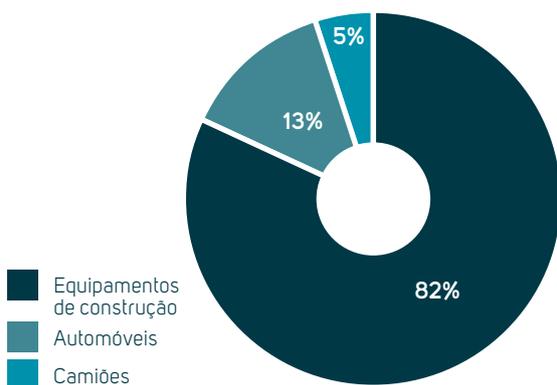
Volume de Negócios (2011) - 488 Milhões Euros



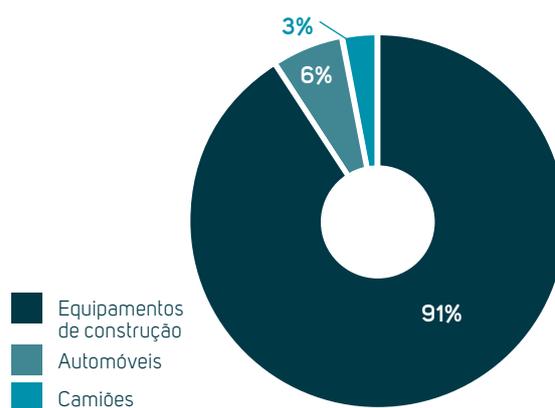
No que concerne às áreas de negócio, o segmento de Equipamentos de Construção assume-se novamente como a área de negócio preponderante nas operações da ASC

(91%), seguido da área de Automóveis (6%) e do segmento de Camiões (3%).

Volume de Negócios (2009) - 351 Milhões Euros



Volume de Negócios (2010) - 488 Milhões Euros



Em 2011, a área de negócios de equipamentos de construção manteve-se como a mais expressiva no Volume de Negócios do Grupo ASC, representando cerca de 91% do Volume de Negócios consolidado (equivalente a 441 milhões de euros). Em Portugal o seu peso passou de 45%, registados em 2010, para 50%, fruto, essencialmente, da diminuição do peso da área de negócio de Automóveis.

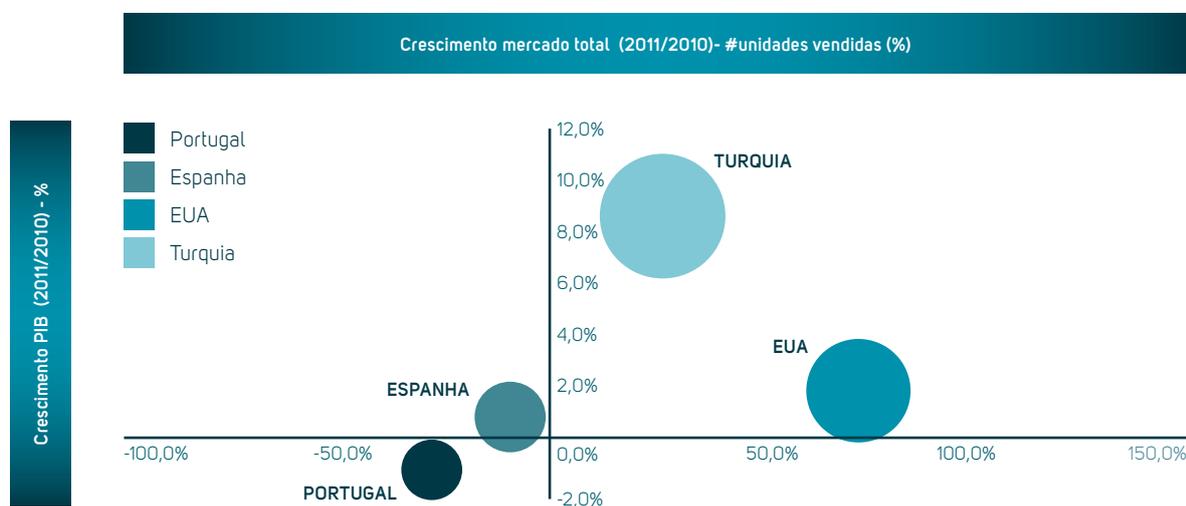
Em termos de volumes, e no que respeita aos segmentos GPE, CSE e Road Machinery, o Grupo Auto-Sueco Coimbra apresentou o seguinte número de unidades vendidas e respetivas quotas de mercado em 2011, em cada uma das plataformas geográficas:

	PORTUGAL	ESPAÑA ⁽¹⁾	EUA	TURQUIA	Total ⁽²⁾
TOTAL MERCADO	798	1 412	6 711	8 436	17 357
UNIDADES VENDIDAS ASC	114	157	523	1 087	1 881
GPE	81	93	245	765	1 184
CSE	25	56	149	167	397
ROAD MACHINERY	8	8	129	155	300
QUOTA DE MERCADO	14,0%	11,1%	7,8%	12,9%	10,8%
GPE	25,0%	18,0%	15,3%	17,6%	19,0%
CSE	7,0%	7,0%	3,2%	5,1%	5,6%
ROAD MACHINERY	9,0%	6,0%	29,9%	20,6%	16,4%

Nota: valores apresentados referem-se, essencialmente, a máquinas novas.
(1) Dados relativos à Volmaquinaria
(2) Valores médios no caso da quota de mercado por segmento

Em comparação com o ano de 2010, o mercado Ibérico apresentou um número de unidades vendidas inferior, devido, essencialmente, à forte correlação existente entre

o crescimento do PIB e o crescimento da procura de equipamentos de construção (coeficiente de correlação ~98%, excluindo os EUA).



Nota: tamanho das bolhas corresponde ao Volume de Negócios do segmento de equipamentos de construção em 2011

06.1 - EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO

06.1.1 - PORTUGAL

Em 2011, o setor da construção registou uma “quebra acentuada no volume de produção (-9,4% face a 2010), no número de empresas em atividade (-2,4% quando comparado com 2010) e no emprego a elas associadas” (aumento do desemprego de 12,5% face a 2010), de acordo com a análise da Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas – AECOPS.

As várias regiões do país foram atingidas, verificando-se, no entanto, especial incidência na região do Algarve, onde se registou (i) um decréscimo de 56% no que diz respeito ao licenciamento de novos fogos para habitação, e, no que concerne ao setor das obras públicas, (ii) uma quebra no número de concursos abertos (61%) e adjudicados (87%) (a nível nacional o decréscimo foi de 29% e 15%, respetivamente).

Neste contexto de elevada restrição ao nível do investimento, o mercado nacional de movimentação de terras registou, em 2011, um decréscimo de 38% em relação a 2010, num total de 846 unidades (1.361 unidades em 2010). Com uma evolução igualmente negativa e influenciada pela conjuntura económica adversa, o mercado de pavimentação e compactação registou também uma redução de cerca de 53%.

Como principal operador em Portugal neste setor, a ASC, particularmente através da marca Volvo, ressentiu-se na dinâmica da sua atividade, sofrendo a conseqüente contração ao nível das vendas. O volume de negócios sofreu uma quebra de 6% relativamente a 2010, situando-se, no final do ano, em torno aos 38,6 milhões de euros.

No que diz respeito ao volume de negócios da área comercial, a empresa faturou cerca de 23 milhões de euros, registando um ligeiro decréscimo face ao ano anterior (-13%). Ainda assim, é de assinalar que a redução do volume de negócios de máquinas e equipamentos foi inferior à registada pelo mercado.

Quanto ao segmento de negócio de máquinas novas, excluindo equipamentos ligeiros e de movimentação de cargas, foram vendidas 114 unidades (menos 23% face a 2010).

Contrariamente ao ano de 2010, as principais quedas de mercado foram nos *dumpers* e nas escavadoras (34% e 37%, respetivamente), tendo a ASC atingido quotas de mercado de 58% e 15%, respetivamente (57% e 8%, respetivamente, em 2010).

O mercado de pás carregadoras registou uma manutenção face ao ano anterior, tendo a ASC obtido uma quota de mercado de 32% (37% em 2010).

Destaca-se ainda a quota de mercado obtida no segmento das retroescavadoras, marca Volvo, em que a ASC quase triplicou a sua quota de mercado, passando de 4% em 2010 para 11% em 2011, num mercado que registou um decréscimo de 50%.

Adicionalmente, e de forma a complementar a sua gama de produtos nos segmentos de negócio tradicionais, a ASC incluiu no seu portefólio de produtos os mini *dumpers* da marca Thwaites e britadeiras da marca Ruble Master. Não obstante ser o ano de lançamento destes novos produtos, a ASC faturou 17 equipamentos da marca Thwaites.

Em relação ao após-venda, o desempenho foi positivo, tendo este segmento apresentado um crescimento de 7% face a 2010, equivalente a um volume de negócios de 15,5 milhões de euros. Este crescimento resultou, essencialmente, da consolidação do plano de ação *follow the customer* e da crescente opção de adiamento de compra de novos equipamentos, por parte de alguns clientes, os quais optam pela reparação/recondicionamento da frota atual.

Em resumo, no quadro seguinte apresenta-se o desempenho em termos de faturação da ASC em Portugal:

EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO	2010	2011	% (2011/2010)
MÁQUINAS NOVAS	23,3	16,2	-30%
MÁQUINAS USADAS	3,3	6,9	109%
SAV	14,5	15,5	7%
TOTAL FATURAÇÃO	41,1	38,6	-6%

Unidade: Milhões de Euros

06.1.2 - ESPANHA

Em Espanha, o setor da construção civil e de obras públicas viu-se afetado negativamente pelo cenário macroeconómico adverso que se prolonga há quatro anos no País,

registrando uma queda de 71% do número de equipamentos de construção vendidos face a 2008 (1.412 máquinas em 2011 vs 4.831 máquinas em 2008).

N.º DE UNIDADES VENDIDAS	2008	2009	2010	2011
GPE	1 711	625	595	510
CSE	2 296	1 183	1 036	757
ROAD MACHINERY	824	299	212	145
TOTAL	4 831	2 107	1 843	1 412

Num enquadramento de negócio tão difícil, a Volmaquinaria centrou os seus esforços em três grandes linhas de atuação:

1. MANUTENÇÃO DAS QUOTAS DE MERCADO;

2. REDUÇÃO DOS GASTOS OPERACIONAIS, E

3. CONTROLO SOBRE O RISCO FINANCEIRO.

No que concerne às quotas de mercado, a Volmaquinaria conseguiu manter os níveis de penetração de mercado em linha com o histórico registado pela empresa:

QUOTA DE MERCADO	2011
GPE	18%
CSE	7%
ROAD MACHINERY	6%

Ainda assim, o comportamento do mercado no território espanhol não foi homogéneo, tendo apresentado diferenças notáveis. Como zonas mais ativas destacamos Madrid e a zona norte do país, e como zonas menos ativas a Andaluzia, Levante, Baleares e Canárias.

Em resultado, o Volume de Negócios da Volmaquinaria sofreu uma quebra de 10,4% face a 2010, de 52 para 46 milhões de euros.

06.1.3 - EUA

Em 2011, o mercado de construção Norte-Americano viu-se afetado pela (i) ausência de linhas de financiamento destinadas à construção de novas infra estruturas, (ii) um fraco crescimento do setor de housing, (iii) dificuldades no acesso ao crédito e (iv) orçamentos estaduais e municipais reduzidos. Por outro lado, assistimos a um fortalecimento da atividade relacionada com a construção de habitações multifamiliares, fábricas e unidades de produção, infra estruturas de eletricidade e algumas construções do tipo comercial, tais como hotéis e armazéns.

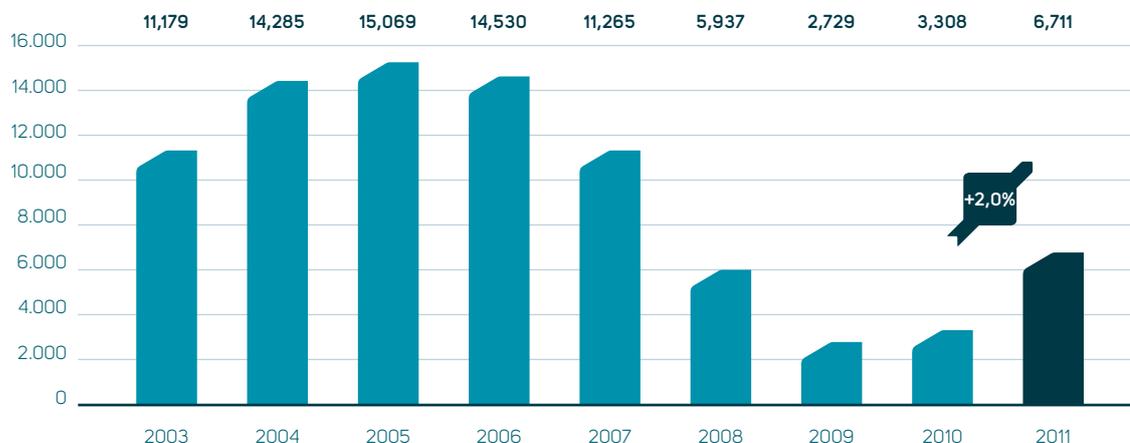
Apesar do referido anteriormente, o balanço global da indústria da construção no mercado Norte-Americano não é satisfatório.

No que concerne ao território onde a ASC opera, o número de unidades vendidas em 2011 duplicou comparativamente com 2010, tendo a procura ascendido a cerca de 6.711 unidades, devido essencialmente ao (i) aumento de confiança dos consumidores, ao (ii) acréscimo da procura por parte das empresas de aluguer as quais, encorajadas pelo aumento global da atividade de aluguer, decidiram repor a sua frota de aluguer e à (iii) antecipação das compras por parte de alguns clientes por forma a usufruir da vantagem do bônus de 100% do valor da depreciação do equipamento, o qual expirava no final de 2011.

Apesar do crescimento verificado, o mercado permanece distante dos níveis de vendas registados no período entre 2004 e 2007, representando o número de unidades vendidas em 2011 apenas 45% do valor alcançado em 2005 (*peak year*).

Evolução do mercado Norte-Americano onde a ASC USA atua

Unidades



06.1.4 - TURQUIA

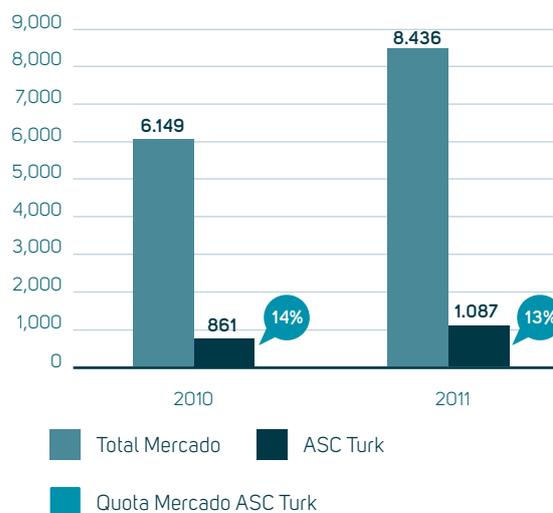
O mercado turco continua a apresentar potencial de crescimento, tendo a procura por equipamentos de construção, equiparáveis ao portefólio de produtos comercializados pela ASC neste mercado, ascendido a 8.436 unidades vendidas, representando um crescimento de aproximadamente 37% face a 2010.

Com uma quota de mercado de aproximadamente 12,9% (equivalente a 1.087 máquinas vendidas ao longo do ano), a ASC Türk Makina posiciona-se hoje no 4º lugar do *ranking* dos *dealers* presentes no setor.

Em 2011, venderam-se, no total, 4.841 máquinas no segmento GPE, mais 37% do que o número de unidades vendidas em 2010. Dentro deste segmento, destacam-se, em termos de crescimento, as motoniveladoras, os quais apresentaram um crescimento de aproximadamente 71% face a 2010, e, em termos de volume, as retroescavadoras que, à semelhança do constatado em 2010, mantiveram-se em primeiro lugar no *ranking* de vendas por produto, com 3.078 unidades vendidas (+35% face a 2010).

Quota de Mercado ASC Turk

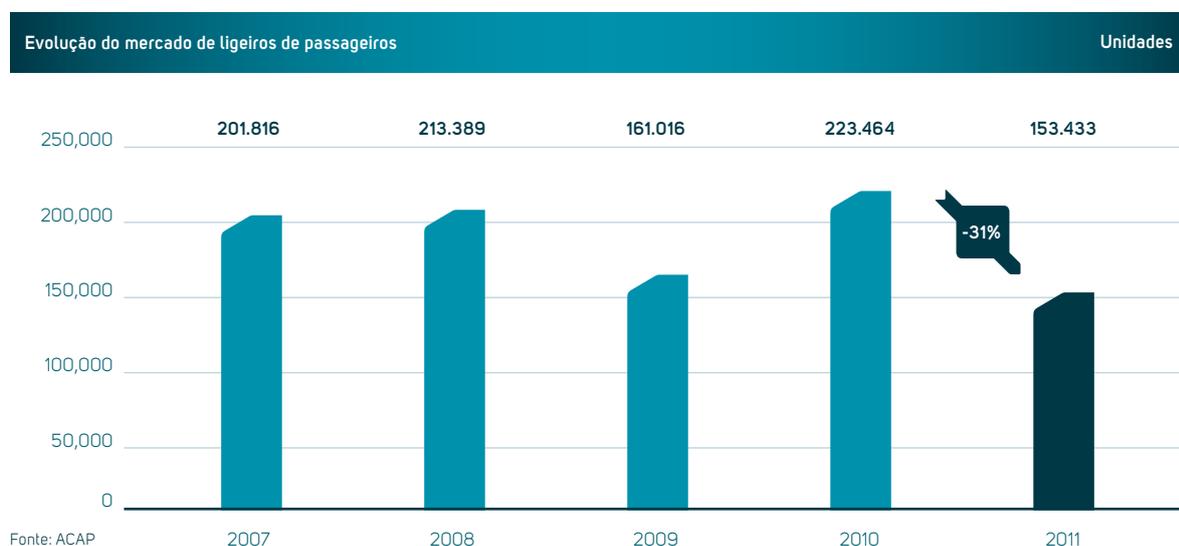
Unidades



06.2 - AUTOMÓVEIS

O mercado nacional de ligeiros de passageiros finalizou o ano com 153.433 unidades matriculadas (-31% face a 2010), colocando 2011 como o pior ano desde 1998 – ano em que terminaram as limitações às importações de veículos. A extinção do programa de incentivos ao abate de veículos

em fim de vida e do aumento da taxa normal de IVA de 21% para 23%, estão na origem, por um lado, do acréscimo do mercado verificado em 2010 (principalmente em dezembro) e, por outro, do decréscimo verificado em 2011.



A retração evidente na procura interna e as limitações na concessão de crédito agudizaram os resultados, tendo afetado significativamente a generalidade das marcas.

Em resultado, o negócio automóvel da Auto Sueco Coimbra registou em 2011 um Volume de Negócios de 31.214 milhares de euros, representando um decréscimo de 31% face ao ano anterior. A atividade comercial, à semelhança do mercado, sofreu uma quebra de 36%. Em termos de volumes, a ASC faturou 655 unidades novas (1.094 em 2010), tendo acompanhado muito de perto a evolução das marcas representadas.

No serviço de após-venda automóvel – componentes e assistência – o volume de negócios apresentou um decréscimo de 7% face a 2010, situando-se em torno aos 6,9 milhões de euros.

Globalmente, a área de negócios de Automóveis representou, em 2011, 30% do Volume de Negócios em Portugal (40% em 2010) e, em termos consolidados, 6% do volume de negócios do Grupo ASC (13% em 2010).

Em resumo, no quadro seguinte apresenta-se o desempenho em termos de faturação da área de negócios de Automóveis da ASC em Portugal:

AUTOMÓVEIS	2010	2011	% (2011/2010)
AUTOMÓVEIS NOVOS	31,7	19,2	-39%
AUTOMÓVEIS USADOS	6,1	5,1	-16%
SAV	7,4	6,9	-7%
TOTAL FATURAÇÃO	45,2	31,2	-31%

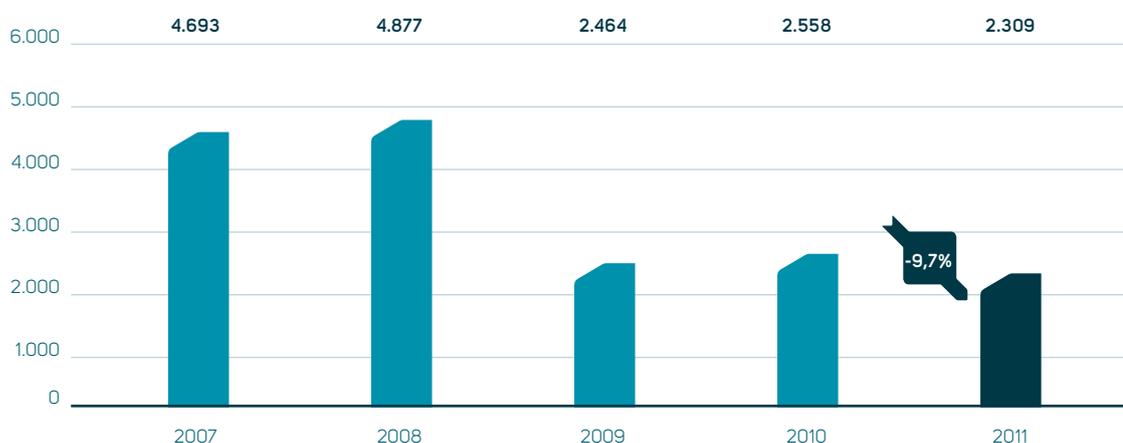
Unidade: Milhões de Euros

06.3 - CAMIÕES

O mercado nacional de veículos pesados de mercadorias – peso bruto superior a 10 toneladas – registou uma quebra de 10% em 2011 face a 2010. Em 2011, ambos os segmentos, tratores e rígidos, registaram um decréscimo de, respetivamente, 10,7% e 13,6%, mantendo os pesos no mercado de 78% e 22%.

Evolução do mercado nacional de camiões (peso bruto > 10 ton.)

Unidades



O mercado da gama alta (p. b. > 16 ton.) registou um decréscimo de 11,4% e o mercado da gama média cresceu 6,3%.

A *performance* da área comercial de camiões foi penalizada pela forte redução da atividade económica, a qual resultou na diminuição da atividade transportadora, nomeadamente no que respeita à importação de mercadorias, e da construção civil e obras públicas. A marca Volvo matriculou 365 unidades novas ao cliente final, equivalente a uma taxa de penetração de 16%, sendo que 74 das quais foram vendidas pela ASC SA.

O Volume de Negócios total da área de negócio de Camiões foi de 15.310 milhares de euros, representando um decréscimo de 5,5% quando comparado com 2010.

Em termos globais, a área de negócios de Camiões representou, em 2011, 14% do Volume de Negócios em Portugal (14% em 2010) e, em termos consolidados, 3% do volume de negócios do Grupo ASC (5% em 2010).

Em resumo, no quadro seguinte apresenta-se o desempenho em termos de faturação da área de negócios de Camiões da ASC em Portugal:

CAMIÕES	2010	2011	% (2011/2010)
CAMIÕES NOVOS	5,6	6,2	11%
CAMIÕES USADOS	0,8	0,4	-50%
SAV	9,8	8,7	-11%
TOTAL FATURAÇÃO	16,2	15,3	-6%

Unidade: Milhões de Euros

PERFORMANCE FINANCEIRA DAS EMPRESAS DO GRUPO ASC EM 2011



07





07.1 - ASC PORTUGAL

07.1.1 - ASC PORTUGAL

EM PORTUGAL, A AUTO SUECO COIMBRA DISTRIBUI E COMERCIALIZA EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO E MÁQUINAS INDÚSTRIAS VOLVO DIRETAMENTE EM TODO O PAÍS, PARA SETORES TÃO DIVERSOS COMO A CONSTRUÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, FLORESTAS, RECICLAGEM, MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS, ETC.. PARALELAMENTE, A ASC DISPONIBILIZA TAMBÉM AOS SEUS CLIENTES, SERVIÇOS DE ALUGUER E ASSISTÊNCIA PÓS-VENDA.

Adicionalmente, a Auto Sueco Coimbra está também presente nas áreas de negócio de comercialização e assistência pós-venda de Camiões e Automóveis ligeiros. Em 2011, a ASC voltou a operar num contexto económico difícil, com o seu principal mercado alvo - setor da construção e obras públicas – a registar uma queda acentuada no volume de produção, no número de empresas em atividade e no emprego a elas associado, tendo, no entanto, esta realidade sido agravada com o decréscimo verificado ao nível dos mercados automóvel e de camiões, de 31% e 10%, respetivamente.

Em resultado, o Volume de Negócios registou uma diminuição de 16,9% (correspondente a 17,3 milhões de euros) situando-se nos 85 milhões de euros, tendo o Resultado Líquido ascendido a 27,2 milhões de euros (face a resultados líquidos positivos de 7,8 milhões de euros registados em 2010). Este crescimento assume particular importância num ano muito exigente e traduz a confiança demonstrada pelos clientes nos produtos e serviços da Empresa, num período em que o mercado sofreu uma severa contração. As principais variações ao nível das diferentes áreas de negócio são as seguintes:

EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO:

O Volume de Negócios de equipamentos de construção e máquinas Industriais da ASC registou um decréscimo de 6,1% face a 2010, situando-se nos 38,6 milhões de euros. A retração sentida no setor da construção civil e obras públicas resultou num decréscimo do número de máquinas novas vendidas (excluindo equipamentos ligeiros e de movimentação de cargas) de 23% face a 2010, correspondendo a 114 unidades faturadas (comparado com 148 unidades faturadas em 2010). As principais quedas de mercado verificaram-se nos segmentos de negócios dos *dumpers* e das escavadoras, respetivamente de 34% e 37%, tendo, no entanto, a ASC aumentado as suas quotas de mercado nestes segmentos de 57% em 2010 para 58% em 2011, e de 8% em 2010 para 15% em 2011, respetivamente.

Destaca-se ainda a quota de mercado obtida no produto retroescavadoras, marca Volvo, em que a ASC quase triplicou a sua quota de mercado, passando de 4% em 2010 para 11% em 2011, num mercado que quebrou 50%. Apesar das condicionantes do setor, o desempenho da área de negócio do após-venda foi positivo, tendo apresentado um crescimento de 7% face a 2010, correspondente a um volume de negócios de 15,5 milhões de euros. Este desempenho deveu-se, por um lado, à capacidade da ASC para reforçar a sua oferta e competitividade ao nível do serviço *follow the customer*, e, por outro lado, à crescente opção de adiamento de compra de novos equipamentos por parte de alguns clientes, que optam, alternativamente, pela reparação/recondicionamento da frota atual.

AUTOMÓVEIS:

Em 2011, o volume de negócios dos Automóveis apresentou um decréscimo face a 2010 na ordem dos 31%, situando-se nos 31,2 milhões de euros. A extinção do programa de incentivos ao abate de veículos em fim de vida e o aumento da taxa normal de IVA de 21% para 23%, estão na origem da evidente retração na procura interna e na quebra verificada nas vendas da ASC.

Em termos de volumes, a ASC faturou 655 unidades novas (1.094 em 2010), tendo acompanhado muito de perto a evolução das marcas representadas.

No serviço após-venda o volume de negócios foi de 6,9 milhões de euros, registando um decréscimo de 7% face a 2010. Esta diminuição deveu-se essencialmente à sucessiva redução da faturação da marca Land Rover, a qual foi parcialmente compensada pelos crescimentos registados na faturação das marcas Jaguar e Mitsubishi, de 18% e 73%, respetivamente.

CAMIÕES:

Num ano marcado pela contração da atividade económica global, com impacto negativo na atividade transportadora, a *performance* comercial da área de negócio de Camiões da ASC foi positiva, registando um volume de negócios de 6,6 milhões de euros, correspondente a 74 unidades Volvo novas faturadas (equivalente a um aumento de 19% face a 2010). Por outro lado, o após-venda da ASC viu-se condicionado pelas condições adversas da economia, tendo registado um volume de negócios de 8,7 milhões de euros (-10,8% face a 2010).

No global, a ASC registou um decréscimo da sua atividade relativa aos Camiões de aproximadamente 5,5%, situando-se o volume de negócios em torno aos 15,3 milhões de euros.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	13 349	13 208
ATIVO INTANGÍVEIS	2	2
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	2 576	2 576
OUTROS ATIVO	137 101	171 030
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	18 035	21 497
DÍVIDAS DE TERCEIROS	60 098	33 653
OUTROS ATIVO	22 380	3 294
TOTAL ATIVO	253 541	245 260
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	136 768	124 792
PASSIVO NÃO CORRENTE	45 335	58 682
PASSIVO CORRENTE	71 439	61 786
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	253 541	245 260

Milhares Euro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	85 158	102 507
RESULTADOS OPERACIONAIS	30 511	9 651
RESULTADOS FINANCEIROS	-2 873	-1 237
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	27 638	8 414
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-462	-628
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	27 176	7 786

Milhares Euro

No que concerne à estrutura de capitais, o valor de balanço evidenciou um crescimento pouco expressivo face a 2010 em cerca de 3% (correspondente a 8 milhões de euros).

071.2 - VOLRENT

A Volrent iniciou a sua atividade em 2004 e é a empresa do Grupo ASC especializada no negócio de aluguer de equipamentos para a construção civil e obras públicas em Portugal. A 31 de dezembro de 2011, a frota de aluguer da Volrent, representava 6,5 milhões de euros em valor de aquisição, correspondente a 258 unidades, essencialmente da marca Volvo apesar de a Volrent oferecer também equipamentos de outras marcas nos segmentos em que a Volvo não opera. O ano de 2011 assumiu-se como o ano mais difícil e com resultados menos favoráveis desde o início da atividade da Volrent. Estes resultados estão estreitamente conotados com a situação que o setor da construção e obras públicas atravessa, uma vez que a frota de aluguer da Volrent está essencialmente direcionada para as empresas que atuam neste setor de atividade.

Paralelamente, em 2011 mantiveram-se todos os concorrentes em atividade, sendo de destacar o reforço da posição da Liebherr, situação que provocou uma forte disputa por clientes, com impacto nos preços praticados e nas condições de pagamento. Adicionalmente, face à ausência de obras e à baixa taxa de ocupação dos equipamentos, cada vez mais empresas de construção passaram a alugar a outras empresas os equipamentos que tinham disponíveis na sua frota. Como resultado dos graves problemas de liquidez que a economia atravessa, especialmente no setor da construção, verificou-se também o aumento dos prazos de pagamento no setor, os quais já eram extremamente dilatados, o que agravou ainda mais a situação financeira das empresas do setor.

Relativamente à atividade operacional da Volrent, é de destacar a contração das rendas de aluguer, em harmonia com o contexto económico em geral, e com o setor da construção e obras públicas em particular. Sendo este o setor do qual mais diretamente depende a fonte de receitas da Volrent, e aquele que tem sido mais atingido pela crise que o país atravessa, a exposição a este cenário conduziu a uma assinalável quebra na performance da Volrent, quer nas receitas quer ao nível de créditos incobráveis

Dado o atual contexto macroeconómico, o Volume de Negócios da Volrent diminuiu cerca de 27,8% face a 2010, situando-se nos 3.030 milhares de euros.

O já referido abrandamento do mercado conduziu a uma readaptação da despesa por parte da Volrent e à adoção de um conjunto de medidas de contenção, as quais se mostraram insuficientes para compensar a redução da receita de alugueres da frota acima referida, assim como o reforço de imparidades de dívidas a receber (890 milhares de euros). Neste sentido, a Empresa registou um resultado líquido negativo de 669 milhares de euros.

BALANÇO		
	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	2 922	5 246
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0	0
OUTROS ATIVO	116	59
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	2 712	3 520
OUTROS ATIVO	397	242
TOTAL ATIVO	6 147	9 067
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	1 656	2 324
PASSIVO NÃO CORRENTE	2 117	3 690
PASSIVO CORRENTE	2 374	3 052
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	6 147	9 067

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	3 030	4 198
RESULTADOS OPERACIONAIS	-796	283
RESULTADOS FINANCEIROS	-118	-98
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-915	184
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	246	-14
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-669	170

Milhares Euro

No que concerne à estrutura de capital, o total do Ativo decresceu cerca de 32% (2,9 milhões de euros face a 2010) devido à necessidade de redução da frota de aluguer da Volrent, por forma a acompanhar a tendência de mercado. Em resultado, o Passivo Financeiro da Empresa diminuiu também cerca 1,8 milhões de euros (-33% face ao ano anterior).

Para o ano de 2012, e em face (i) do excesso de equipamentos no mercado face à procura atual, o que resulta numa baixa de preços, e (ii) do risco de incumprimento, o que força a Empresa a implementar uma política de crédito mais restritiva, prevê-se ainda uma diminuição do volume de negócios, nomeadamente dos proveitos de aluguer.

07.1.3 - TRACTORRASTOS

Constituída em 1985, a Tractorrastos é uma empresa que se dedica à comercialização de peças e serviços para equipamentos de construção, Industriais e agrícolas. Garantindo uma cobertura geográfica em alinhamento com os objetivos de proximidade e serviço ao cliente, a empresa dispõe de 4 unidades de negócio - Porto, Leiria, Lisboa e Açores.

A gestão da empresa está orientada pelos seguintes eixos de desenvolvimento dos negócios: (i) aumento de quota de mercado e diversificação de segmentos alvo, (ii) aumento do portefólio de representações e (iii) internacionalização.

O volume de negócios da Tractorrastos aumentou cerca de 13,6% face ao ano anterior, superando os 6 milhões de euros. Os negócios para mercados externos cresceram consideravelmente, tendo-se atingido um volume de negócios de 623 milhares de euros, o que permitiu compensar a quebra de mercado em Portugal. De destacar a contribuição da operação de Angola, a qual, tendo permitido triplicar os negócios para mercados externos, foi fundamental para a *performance* comercial apresentada pela Tractorrastos ao longo do ano de 2011.

Na segmentação de vendas por marca OEM, foram comercializados produtos de mais de 70 marcas, com destaque para a importância das representações ESCO e ITR que, no seu conjunto, representaram 27% do volume de negócios de peças e componentes.

Em termos de aplicação, os produtos para aplicação Caterpillar, Komatsu e JCB representaram grande parte do volume de negócios de peças e componentes.

Em 2011, a Tractorrastos apresentou um resultado líquido negativo na ordem dos 249 milhares de euros, em resultado, essencialmente, dos seguintes aspetos: (i) custos extraordinários associados à reestruturação da Empresa, (ii) "investimento" efetuado ao nível da prospeção de novos mercados e (iii) invulgar nível de imparidades de dívidas a receber.

O ano de 2011 foi também caracterizado por um considerável aumento dos gastos de financiamento (quase que triplicaram face a 2010), provocado pelo aumento do investimento – sobretudo suportado nas necessidades de reforço do fundo de maneo, decorrentes do *start-up* da operação em Angola – e pelo aumento generalizado dos *spreads* pelos operadores financeiros.

No que respeita à situação financeira da Tractorrastos, o ativo total aumentou 9,5%, para 6.323 milhares de euros, estando grande parte desta variação associada ao aumento do valor em inventários.

Por sua vez o Capital Próprio sofreu uma variação negativa de 248 milhares de euros, refletindo os resultados líquidos do exercício. Em 2011, assistimos também a um aumento de

BALANÇO		
	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	334	375
ATIVO INTANGÍVEIS	199	67
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	12	12
OUTROS ATIVO	98	33
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	2 631	2 177
DÍVIDAS DE TERCEIROS	2 588	2 503
OUTROS ATIVO	460	607
TOTAL ATIVO	6 323	5 775
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	2 054	2 302
PASSIVO NÃO CORRENTE	2 422	1 310
PASSIVO CORRENTE	1 847	2 163
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	6 323	5 775

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	6 048	5 325
RESULTADOS OPERACIONAIS	-253	70
RESULTADOS FINANCEIROS	-82	-29
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-335	41
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	86	-24
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-249	17

Milhares Euro

23% do passivo da Empresa, em resultado do aumento dos financiamentos obtidos, da redução do crédito de fornecedores e da diminuição de outros passivos.

Para o ano de 2012, a Tractorrastos pretende continuar a implementar o seu processo de reestruturação em Portugal, o qual se espera que permita obter, em ano de cruzeiro, uma redução de custos em cerca de 340 milhares de euros (-14% face a 2011), em paralelo com a dinamização dos projetos de internacionalização.

No que concerne ao mercado Angolano, e uma vez que o potencial de crescimento associado a este projeto é elevado, a Tractorrastos considerou que esta operação assumirá, em 2012, um importante papel na *performance* global da Empresa. Em suma, a Tractorrastos considera que os impactos

negativos que poderão decorrer do decréscimo do mercado português serão compensados pelas operações no mercado Angolano. Paralelamente, continuará a desenvolver a atividade de acompanhamento dos clientes portugueses que têm deslocado as suas operações para outros mercados, tais como a Guiné Equatorial, o Congo Brazzaville e a Costa do Marfim.

07.1.4 - ASC MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDÚSTRIAS

A ASC Máquinas e Equipamentos Industriais (ex. - Hard Máquinas) foi constituída em 2003 e desenvolve, no seio do Grupo ASC, a atividade relacionada com o segmento de mercado de Equipamentos de Construção usados.

BALANÇO			
	2011	2010	
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	40	49	
ATIVO INTANGÍVEIS	1	131	
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	3 051	3 306	
OUTROS ATIVO	256	263	
ATIVO CORRENTE			
INVENTÁRIOS	0	782	
DÍVIDAS DE TERCEIROS	2 063	777	
OUTROS ATIVO	26	26	
TOTAL ATIVO	5 438	5 333	
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO			
CAPITAL PRÓPRIO	152	409	
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	0	
PASSIVO CORRENTE	5 286	4 923	
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	5 438	5 333	

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS			
	2011	2010	
VOLUME DE NEGÓCIOS	1 170	516	
RESULTADOS OPERACIONAIS	-169	-39	
RESULTADOS FINANCEIROS	-74	-41	
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-243	-80	
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-16	26	
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-258	-54	

Milhares Euro

A Empresa encerrou o exercício com um Volume de Negócios de 1.170 milhares de euros, correspondente a um acréscimo de aproximadamente 127% face ao valor alcançado no exercício anterior (516 milhares de euros). Este aumento no volume de negócios ficou a dever-se, fundamentalmente, ao escoamento total do *stock* de máquinas e equipamentos usados de construção civil.

O resultado líquido negativo antes de impostos ascendeu a 243 milhares de euros, refletindo, essencialmente, a imputação contabilística do prejuízo apresentado pela participada Tractorrastros na ordem dos 248 milhares de euros.

A 31 de dezembro 2011, o Ativo Total da empresa apresentou um crescimento de 2% face ao ano anterior, situando-se nos 5.438 milhares de euros, em resultado do aumento substancial da rubrica de clientes fruto da venda das máquinas usadas fundamentalmente no mês de dezembro.

O Passivo totalizou 5.286 milhares de euros, face aos 4.923 milhares de euros verificados em 2010 (+7%). As principais variações ocorreram nos financiamentos obtidos junto de instituições de crédito (+27%) e na concessão de apoio de tesouraria à Tractorrastros.

No que concerne ao Capital Próprio, este ascendeu a 152 milhares de euros, contra 409 milhares de euros do ano anterior. A redução verificada deveu-se exclusivamente aos resultados negativos apurados no próprio exercício, no montante de 258 milhares de euros.

O ano de 2012 continuará a ser um ano de dificuldades acrescidas e consequentemente novos desafios. Todavia, o facto de, a partir do início de 2012, a empresa passar a trabalhar o negócio de importação e venda de equipamentos de construção como resultado da operação de aumento de capital social realizada no início de 2012 (referida anteriormente), permite justificadamente perspetivar que o ano de 2012 será totalmente diferente do que se verificou no corrente exercício com reflexos muito positivos nos resultados e na posição financeira da empresa.

07.1.5 - ASC 2 VEHICLES

A ASC 2 Vehicles (ex. - Hard Car) desenvolve, no seio do Grupo ASC, a atividade relacionada com o segmento de mercado de Camiões e Automóveis.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	0	0
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	2	2
OUTROS ATIVO	1	1
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	47	47
OUTROS ATIVO	34	11
TOTAL ATIVO	83	60
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	50	57
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	0
PASSIVO CORRENTE	33	3
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	83	60

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	24	0
RESULTADOS OPERACIONAIS	-10	-1
RESULTADOS FINANCEIROS	-0	-0
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-10	-1
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	2	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-7	-1

Milhares Euro

Em 2011, o montante dos capitais investidos na atividade da ASC 2 Vehicles aumentou de 59,7 milhares de euros em 2010 para 82,7 milhares de euros em 31 de dezembro de 2011, devido fundamentalmente ao aumento da rubrica Fornecedores (ASC) e consequentemente nas rubricas de Clientes e Depósitos bancários. Isto deveu-se à prestação de serviços efetuada ao Município de Viseu com início em maio de 2011.

O exercício de 2011 fechou com um resultado líquido negativo antes de impostos no valor de € 9.725,02. A imputação contabilística dos impostos diferidos originou que o resultado líquido negativo tivesse sido reduzido para € 7.343,50, em virtude do lançamento efetuado no montante de € 2.381,52 apurado sobre o prejuízo fiscal de 2011, e que foi transferido, no próprio exercício, para a sociedade mãe no âmbito da aplicação do RETGS.

07.1.6 - AIR RAIL (PORTUGAL)

A Air Rail Portugal, é a empresa do Grupo ASC dedicada à comercialização de equipamentos para infra estruturas em Portugal.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	19	1
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	0	0
OUTROS ATIVO	0	0
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	18	0
OUTROS ATIVO	27	50
TOTAL ATIVO	64	51
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	-39	49
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	0
PASSIVO CORRENTE	103	2
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	64	51

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	229	0
RESULTADOS OPERACIONAIS	-98	-1
RESULTADOS FINANCEIROS	-3	0
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-101	-1
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-2	0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-102	-1

Milhares Euro

Em 2011 a Air Rail Portugal registou um Volume de Negócios de 229 milhares de euros e fechou o exercício com um resultado líquido negativo de 102 milhares de euros. Os principais objetivos da Air Rail Portugal para 2012 prendem-se com o reforço da presença no setor Aeroportuário e a entrada nos setores Portuário e Ferroviário em Portugal, Angola e Moçambique.

071.7 - COTIAC

A Cotiac é uma sociedade gestora de participações financeiras e sociais e desenvolveu, ao longo do ano 2011, atividades diretamente relacionadas com o seu objeto social.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	0	0
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	64 547	72 151
OUTROS ATIVO	11	2 541
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	9 743	3 065
OUTROS ATIVO	171	6
TOTAL ATIVO	74 473	77 763
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	68 303	75 193
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	2 500
PASSIVO CORRENTE	6 169	71
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	74 473	77 763

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	0	0
RESULTADOS OPERACIONAIS	2 375	1 226
RESULTADOS FINANCEIROS	193	75
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	2 568	1 301
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-48	-12
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2 519	1 289

Milhares Euro

Em março de 2011 o investimento na participada ASC Turk Makina reduziu-se em cerca de 27 mil euros, como resultado da redução no capital social daquela participada, no montante total de 6.000.000 Liras Turcas. Paralelamente, em agosto, a Cotiac assumiu uma participação no capital da ASC Bogazici Makina Yatirim Holding AS, a Holding na Turquia, no valor de 0,41 euros (1 Lira Turca).

No final do exercício, a COTIAC vendeu à ASC Bogazici Makina Yatirim Holding 68.600 ações das 68.650 que detinha na ASC Turk Makina, pelo montante de 485 mil euros.

Esta operação de venda correspondeu à concretização da intenção de colocar esta participada dentro de uma holding sediada na Turquia, subjacente à compra da ASC Turk efetuada em 2010. Esta holding, constituída em julho de 2011 com a denominação social de ASC Bogazici Makina Yatirim Holding, aglutinará todos os investimentos do grupo ASC naquele território.

Em 2011, a Cotiac distribuiu reservas relativos a exercicios anteriores, no montante de 5.399 mil euros, à sócia única Auto-Sueco Coimbra, S.A. os quais se encontravam disponíveis na rubrica Reservas Livres.

Os principais réditos do exercício correspondem aos resultados gerados pelas sociedades por si detidas, no montante de 2.411 mil euros e reconhecidos nos resultados do período com base na aplicação do MEP (Método de Equivalência Patrimonial), e ainda aos juros e rendimentos similares obtidos no valor de 193 mil euros.

Na estrutura de custos, evidencia-se a rubrica Reduções de justo valor, relativa a perdas por imparidade no valor de 33 mil euros, sofridas durante o exercício e relativas à participação que a empresa detém no BCP.

O resultado líquido do exercício ascendeu a 2.519 mil euros por efeito da aplicação do MEP, ou seja, através da incorporação dos resultados positivos da subsidiária espanhola AMTA, registando assim um acréscimo de 49% relativamente ao resultado líquido de 2010 (1.289 mil euros).



07.2 - ESPANHA

07.2.1 - AMTA

A Auto Maquinaria Tea Aloya, S.L. (AMTA) é uma sociedade de gestão de participações sociais, constituída em 2000 segundo a legislação fiscal espanhola, podendo praticar também outras atividades comerciais.

A AMTA detém a totalidade do capital social da Volmaquinaria de Construcción de España, S.A. (VMCE), empresa do Grupo encarregue pela importação e distribui-

ção dos Equipamentos de Construção Volvo para todo o território Espanhol, detendo, por sua vez, participações em diversas empresas em Espanha.

Destaca-se, nos ativo da AMTA, uma participação financeira no Banco BPI, de cerca de 0,8%, correspondente a 7.878.702 ações, a qual não gerou dividendos em 2011.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	0	0
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	33 011	39 529
OUTROS ATIVO	5 755	3 800
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	179	68
OUTROS ATIVO	584	480
TOTAL ATIVO	39 529	43 877
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	38 702	43 146
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	0
PASSIVO CORRENTE	827	731
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	39 529	43 877

Milhares Euro

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	0	0
RESULTADOS OPERACIONAIS	5 417	3 147
RESULTADOS FINANCEIROS	0	558
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	5 417	3 705
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	101	113
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5 518	3 818

Milhares Euro

Em 2011, os dividendos distribuídos pela VMCE no montante de 5,8 milhões de euros, geraram um Resultado Líquido de cerca de 5,5 milhões de euros.

07.2.2 - VOLMAQUINARIA

A Volmaquinaria é a empresa do Grupo ASC responsável pela importação e distribuição dos Equipamentos de Construção Volvo para todo o território Espanhol. Através de uma vasta rede de agentes, e trabalhando diretamente em Madrid e Barcelona, a Volmaquinaria desenvolve a sua atividade oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços, sendo considerada pelos seus maiores clientes, como uma das detentoras de melhor qualidade em Espanha.

A Volmaquinaria representa hoje o núcleo do “cluster” das empresas espanholas pertencentes ao Grupo, do qual fazem parte a Tea Aloya Inmobiliaria, S.A., a Volrental, S.A.U., a Volrental Atlántico, S.A., a Volrental Cantábrico, S.A., a Volrental Córdoba, S.A., a Air-Rail, S.L., a Zephir, S.L., tendo ainda uma participação de 47,00% na corretora de seguros Amplitude Ibérica, S.A..

Em 2011, a Volmaquinaria procedeu à venda da totalidade da participação que detinha na Volrental Norte, S.A. (33,33%), e inaugurou, em março, as novas instalações em Valladolid, as quais foram financiadas na sua totalidade por capitais próprios.

Em termos de atividade, em 2011, a Volmaquinaria viu-se condicionada, pelo terceiro ano consecutivo, pelas condições adversas da economia, refletidas em fracos sinais de recuperação da economia espanhola.

Neste sentido, a Volmaquinaria centrou os seus esforços em três linhas de atuação:

1. Manutenção das quotas de mercado: GPE – 18%, CSE – 7% e Road Machinery – 6%;
2. Redução dos gastos operacionais: poupança de 500 milhares de euros face a 2010;
3. Maior controlo sobre o risco financeiro: o conjunto de medidas adoptado pela Volmaquinaria permitiu alcançar um nível de autonomia financeira na ordem dos 71% e prazos médios de recebimentos de 76 dias.

Apesar dos esforços de adaptação ao mercado levados a cabo pela Volmaquinaria, o Volume de Negócios sofreu um decréscimo de 10,4% face a 2010, situando-se nos 46,2 milhões de euros, refletindo assim a tendência de queda da atividade da construção e obras públicas ao longo de 2011. A repartição do Volume de Negócios evidencia o aumento do peso relativo da venda de equipamentos novos (de 38% em 2010 para 43% em 2011), do aluguer de equipamento (de 2% em 2010 para 3% em 2011) e da oficina (de 7% em 2010 para 9% em 2011), tendo-se assistido, por outro lado, à diminuição do peso dos equipamentos usados (de 13% para 8%) e da área de peças (de 40% para 37%).

Em 2011, o total do Ativo situou-se nos 68 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 14,7% face a 2010, essencialmente explicado pelo abrandamento da atividade e a consequente diminuição dos níveis de inventário e do saldo médio de clientes.

A diminuição do Capital Próprio em 9,5% face a 2010, resultou do decréscimo registado ao nível das reservas voluntárias.

As componentes do Passivo da Volmaquinaria ascenderam a 19 milhões de euros, refletindo um decréscimo de 25,3% face a 2010, em resultado, essencialmente, do vencimento da opção de compra do terreno e instalações de Ciempozuelos, o qual ascendia a 7,8 milhões de euros.

BALANÇO		
	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	20 518	21 409
ATIVO INTANGÍVEIS	3 031	3 079
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	15 258	15 285
OUTROS ATIVO	437	514
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	17 981	19 633
DÍVIDAS DE TERCEIROS	9 445	13 229
OUTROS ATIVO	1 549	6 784
TOTAL ATIVO	68 219	79 933
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	48 735	53 866
PASSIVO NÃO CORRENTE	10 083	8 512
PASSIVO CORRENTE	9 400	17 555
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	68 219	79 933

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	46 224	51 615
RESULTADOS OPERACIONAIS	1 571	301
RESULTADOS FINANCEIROS	-673	-1 172
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	898	-871
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-274	195
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	624	-676

07.2.3 - TEA ALOYA INMOBILIARIA

A Tea Aloya Inmobiliaria é a empresa do Grupo ASC dedicada à área imobiliária.

O valor de ativo fixos tangíveis corresponde a terrenos de que a empresa é proprietária e cujo fim é a obtenção de rendas a longo prazo.

Durante o exercício de 2010 procedeu-se à venda do terreno e instalações de Alcalá de Henares a um terceiro, independente do Grupo ASC, que até à data estava alugado à Volmaquinaria. Esta venda resultou num benefício de 286 milhares de euros.

Cabe destacar que a empresa não exerceu qualquer atividade operacional durante o ano de 2011.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	78	78
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0	0
OUTROS ATIVO	0	0
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	0	0
OUTROS ATIVO	696	992
TOTAL ATIVO	774	1 071
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	776	775
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	0
PASSIVO CORRENTE	-2	296
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	774	1 071

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	0	29
RESULTADOS OPERACIONAIS	-2	234
RESULTADOS FINANCEIROS	5	-8
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	3	226
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-1	-68
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2	158

07.2.4 - VOLRENTAL

A Volrental foi constituída no final de 2003 com o objetivo de desenvolver o negócio de aluguer de equipamentos de construção no mercado espanhol. O capital social inicial foi de 300 mil euros, totalmente subscrito e realizado pela Volmaquinaria.

Ao longo da sua história foram subscritos e realizados dois aumentos de capital pela VMCE – 2004 (1 milhão de euros), 2008 (1,3 milhões de euros) –, tendo em 2009 sido iniciada a venda de toda a maquinaria de bens de imobilizado

(equipamentos de construção para aluguer) à empresa do Grupo Volmaquinaria, tendo este processo ficado concluído em 2010. Paralelamente, as instalações onde a Volrental desenvolvia a sua atividade, pertencentes à Tea Aloya Inmobiliaria, S.A., foram alienadas a um terceiro.

Em consequência, a Volrental não exerceu qualquer atividade operacional ao longo do ano de 2011, tendo o Resultado Líquido sido negativo em 17 milhares de euros.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	0	0
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	0	0
OUTROS ATIVO	0	0
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	89	83
OUTROS ATIVO	805	787
TOTAL ATIVO	894	870
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	852	869
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	0
PASSIVO CORRENTE	42	1
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	894	870

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	0	-34
RESULTADOS OPERACIONAIS	-29	-88
RESULTADOS FINANCEIROS	6	4
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-23	-84
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	6	25
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-17	-59

07.2.5 - VOLRENTAL ATLÁNTICO

A Volrental Atlántico foi constituída em outubro de 2006, e, à semelhança da Volrental, dedica-se ao negócio do aluguer de equipamentos de construção. O Grupo ASC detém uma participação de cerca de 68,9% no seu capital social, através da sua participada Volmaquinaria de Construcción de España.

A 28 de abril de 2010 foi efetuada uma redução do capital social da empresa, de 450 milhares de euros, por forma a compensar as perdas acumuladas da sociedade e reestabelecer o equilíbrio patrimonial da mesma.

Em 2011 a Volrental Atlántico não exerceu qualquer atividade operacional, tendo o Resultado Líquido sido negativo em 7 milhares de euros.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	181	185
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	0	0
OUTROS ATIVO	0	0
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	0	0
OUTROS ATIVO	280	369
TOTAL ATIVO	460	554
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	460	467
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	59
PASSIVO CORRENTE	0	27
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	460	554

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	0	41
RESULTADOS OPERACIONAIS	-9	32
RESULTADOS FINANCEIROS	0	-3
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-10	29
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	3	-9
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-7	20

Milhares Euro

07.2.6 - VOLRENTAL CANTÁBRICO

A Volrental Cantábrico foi constituída em setembro de 2007 e iniciou a sua atividade no início de 2008, dedicando-se à comercialização e aluguer de equipamentos Industriais e maquinaria de construção, bem como à prestação de serviços de assistência técnica e venda de peças. A participação do Grupo ASC é feita através da Volmaquinaria (VMCE), a qual detém 100% do capital social da Empresa.

Em 2011 a Volrental Cantábrico apresentou um Resultado Líquido negativo de 130 milhares de euros.

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	0	716
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	0	0
OUTROS ATIVO	0	12
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	0	291
OUTROS ATIVO	352	191
TOTAL ATIVO	352	1 211
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	352	481
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	455
PASSIVO CORRENTE	0	275
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	352	1 211

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	-1	339
RESULTADOS OPERACIONAIS	-163	-152
RESULTADOS FINANCEIROS	-17	-38
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-180	-191
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	50	53
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-130	-138

Milhares Euro

07.2.7 - VOLRENTAL CÓRDOBA

A Volrental Córdoba, tal como a Volrental Cantábrico, foi também constituída em setembro de 2007, tendo iniciado a sua atividade nesse mesmo ano. A empresa desenvolve a sua atividade na região de Córdoba, nas áreas de negócio de comercialização e aluguer de equipamentos de construção e respetiva assistência técnica.

A participação do Grupo ASC é de 100%, através da VMCE. Em 2011 a Volrental Córdoba não exerceu qualquer atividade operacional, tendo o Resultado Líquido sido negativo em 16 milhares de euros.

BALANÇO		
	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	0	103
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	0	0
OUTROS ATIVO	0	7
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	0	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	0	125
OUTROS ATIVO	309	216
TOTAL ATIVO	309	450
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	308	325
PASSIVO NÃO CORRENTE	0	75
PASSIVO CORRENTE	0	50
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	309	450

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	0	3
RESULTADOS OPERACIONAIS	-24	-113
RESULTADOS FINANCEIROS	0	-8
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	-23	-122
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	7	36
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-16	-85

Milhares Euro

07.2.8 - AIR-RAIL

A Air-Rail foi constituída em maio de 1992, tendo o Grupo ASC adquirido em 2010 uma participação de 50%, consistindo a sua atividade principal na comercialização e distribuição de equipamentos para infra estruturas portuárias, aeroportuárias e ferroviárias.

Apesar de um acréscimo do Volume de Negócios de aproximadamente 36% face a 2010, a Air-Rail apresentou um Resultado Líquido positivo de 483 milhares de euros contra 961 milhares de euros registados no ano anterior (equivalente a -50%).

BALANÇO		
	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	6 124	4 204
ATIVO INTANGÍVEIS	12	22
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	87	50
OUTROS ATIVO	16	421
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	767	868
DÍVIDAS DE TERCEIROS	4 815	2 870
OUTROS ATIVO	3 349	1 949
TOTAL ATIVO	15 169	10 384
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	1 868	1 385
PASSIVO NÃO CORRENTE	2 465	2 440
PASSIVO CORRENTE	10 837	6 559
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	15 169	10 384

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	12 459	9 148
RESULTADOS OPERACIONAIS	1 032	1 595
RESULTADOS FINANCEIROS	-342	-219
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	689	1 376
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-207	-416
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	483	961

Milhares Euro

07.2.9 - ZEPHIR

A Zephir dedica-se à comercialização e distribuição de equipamentos para infra estruturas ferroviárias e respetiva assistência técnica.

Apesar da conjuntura económica, o ano de 2011 mostrou-se favorável para a atividade da Zephir, refletindo-se num Volume de Negócios de aproximadamente 800 milhares de euros (+9% face a 2010), e num Resultado Líquido positivo de 71 milhares de euros (+7,9x o resultado registado em 2010).

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	599	844
ATIVO INTANGÍVEIS	0	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	0	0
OUTROS ATIVO	3	3
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	125	0
DÍVIDAS DE TERCEIROS	549	416
OUTROS ATIVO	89	204
TOTAL ATIVO	1 365	1 467
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	259	188
PASSIVO NÃO CORRENTE	57	470
PASSIVO CORRENTE	1 050	809
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	1 365	1 467

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	803	739
RESULTADOS OPERACIONAIS	130	45
RESULTADOS FINANCEIROS	-36	-35
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	94	11
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-24	-1
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	71	9

Milhares Euro

07.2.10 - VOLRENTAL NORTE E AMPLITUDE IBÉRICA

Em 2011, a Volmaquinaria procedeu à venda da totalidade da participação que detinha na Volrental Norte, S.A. (33,33%).

No que concerne à Amplitude Ibérica, e uma vez que o Grupo Auto-Sueco Coimbra detém uma participação inferior a 50% nesta empresa, a mesma não foi incluída pelo método de consolidação integral.



07.3 - EUA (ASC USA)

A ASC CONSTRUCTION EQUIPMENT USA, INC., FOI CONSTITUÍDA EM 2004 APÓS A AQUISIÇÃO POR PARTE DO GRUPO ASC DOS ATIVOS DA SABA HOLDING (EMPRESA DO GRUPO VOLVO), EMPRESA QUE ENTÃO DETINHA A DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE CONSTRUÇÃO DA MARCA VOLVO PARA UMA VASTA ÁREA DO PAÍS, INTEGRANDO OS ESTADOS DA CAROLINA DO NORTE, CAROLINA DO SUL, ALABAMA, GEÓRGIA E TENNESSEE.

Com atividade nos segmentos de negócio relativos à comercialização, aluguer e serviço pós-venda dos equipamentos de construção Volvo, a ASC USA é reconhecida como o maior dealer da Volvo em solo Norte-Americano desde o ano de 2005, tendo recebido desde então, diversos prémios quer na área financeira, quer na área técnica, no âmbito do encontro de concessionários Volvo.

Após ter passado por uma contração severa nas vendas durante o período de 2007-2010, o Volume de Negócios da ASC USA apresentou, em 2011, um crescimento de aproximadamente 46% face a 2010, situando-se nos 127.988 milhares de euros. Este crescimento é em parte explicado pela recuperação gradual das condições de mercado que se tem vindo a sentir desde 2010, e também pela resiliência, visão e adaptabilidade da ASC USA.

Na repartição do Volume de Negócios, as vendas de equipamentos ascenderam a 85 milhões de euros, representando um crescimento face a 2010 de aproximadamente 89%, mantendo-se assim como a área de negócio preponderante nas operações da Empresa (peso relativo de 66%).

As vendas de equipamentos novos registaram um acréscimo significativo em 2011 comparativamente com 2010 na ordem dos 55%, devido essencialmente ao (i) aumento de confiança dos consumidores, ao (ii) acréscimo da procura por parte das empresas de aluguer as quais, encorajadas pelo aumento global da atividade de aluguer, decidiram repor a sua frota de aluguer e à (iii) antecipação das compras por parte de alguns clientes por forma a usufruir da vantagem do bônus de 100% do valor da depreciação do equipamento, o qual expirava no final de 2011.

Por sua vez as vendas de equipamentos usados ascenderam a 39 milhões de euros em 2011, refletindo um forte crescimento face a 2010 (+153%), explicado pelo (i) aumento de preços e um (ii) aumento da procura externa. Antecipando este cenário, a ASC USA foi capaz de alinhar a sua estratégia de negócio com as necessidades do mercado, e, com o suporte de uma equipa de gestão experiente, realizou uma prospeção do mercado no sentido de adquirir equipamento usado para, posteriormente, revender e/ou alugar com opção de compra. Desta forma, a ASC conseguiu que as suas vendas neste segmento aumentassem para níveis nunca antes alcançados.



No que concerne à quota de mercado da ASC USA, verificamos que, apesar do *upgrade* do mercado, a ASC USA manteve praticamente a quota de mercado registada em 2010, devido essencialmente à manutenção da estratégia adotada em 2010, focada na rentabilidade e não no volume. No entanto, apesar do ligeiro decréscimo da quota de mercado, a ASC USA aumentou a sua quota em cada um dos segmentos de mercado (GPE, CSE e *Road Machinery*). Esta aparente contradição, é explicada por uma mudança ao nível do *mix* de mercado da Empresa.

A evolução das Demonstrações Financeiras da ASC USA é apresentada em baixo:

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	35 567	39 350
ATIVO INTANGÍVEIS	3 446	4 121
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	0	0
OUTROS ATIVO	818	0
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	49 480	45 773
DÍVIDAS DE TERCEIROS	11 568	14 060
OUTROS ATIVO	5 099	3 397
TOTAL ATIVO	105 978	106 701
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	33 649	26 687
PASSIVO NÃO CORRENTE	45 756	48 365
PASSIVO CORRENTE	26 573	31 649
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	105 978	106 701

Milhares Euro
Taxa de câmbio EUR/USD : 31 de dezembro 2011 - 1,2939
31 de dezembro de 2010 - 1,3362

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	127 988	91 953
RESULTADOS OPERACIONAIS	11 271	3 751
RESULTADOS FINANCEIROS	-1 731	-2 426
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	9 540	1 325
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-3 879	-287
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	5 661	1 039

Milhares Euro
Taxa de câmbio EUR/USD : Média 2011 - 1,3920; Média 2010 - 1,3257

O ano de 2011 ficou também marcado pelo forte crescimento dos resultados operacionais da ASC USA (+3,0x os resultados verificados em 2010), que passaram de um resultado de 3.751 milhares de euros verificado em 2010, para um resultado de 11.271 milhares de euros em 2011, sendo este aumento devido, em grande parte, à venda de parte da concessão do território no Estado do Alabama.

zNo que concerne à estrutura financeira da ASC USA, o total do Ativo manteve-se praticamente inalterado face a 2010, situando-se em torno a 106 milhões de euros.





07.4 - TURQUIA

07.4.1 - ASC TURK-MAKINA

Em 30 de junho de 2010, o Grupo ASC adquiriu a duas subsidiárias da Volvo Construction Equipment A.B (VTC Holding Holland N.V e Volvo Automotive Holding B.V), as operações de importação e distribuição da Volvo CE para todo o território da Turquia. A empresa, agora denominada ASC Türk Makina Limited Sirketi, cobre toda a gama de produtos da Volvo CE, através de três unidades de negócio (duas em Istambul e uma em Ancara) e ainda uma rede de retalho de cinco agentes.

Em 2011, a procura por equipamentos de construção na Turquia, dentro do portefólio de produtos comercializados pela ASC Türk Makina, ascendeu a cerca de 8.436 unidades, refletindo assim um aumento significativo face ao número de unidades vendidas em 2010 (cerca de 6.100). Em termos de desempenho, a ASC Türk alcançou, em 2011, uma quota de mercado de 13%, posicionando-se desta forma no 4º lugar no ranking das empresas a operar no setor.

De seguida apresentam-se as demonstrações financeiras de 2011 da ASC Türk:

BALANÇO	2011	2010
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS	3 005	1 277
ATIVO INTANGÍVEIS	500	0
PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS	2	0
OUTROS ATIVO	321	591
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS	29 124	12 481
DÍVIDAS DE TERCEIROS	14 205	13 402
OUTROS ATIVO	12 416	12 587
TOTAL ATIVO	59 574	40 339
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO	42 162	30 232
PASSIVO NÃO CORRENTE	133	66
PASSIVO CORRENTE	17 278	10 041
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	59 574	40 339

Milhares Euro
Taxa de câmbio EUR/TRL: 31 de dezembro de 2011 - 2,4432
31 de dezembro de 2010 - 2,0491
Nota: Demonstrações Financeiras de 2010 incorporam apenas 6 meses de atividade

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	2011	2010
VOLUME DE NEGÓCIOS	194 148	85 537
RESULTADOS OPERACIONAIS	23 829	3 827
RESULTADOS FINANCEIROS	1 548	803
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	25 378	4 631
IMPOSTO S/ RENDIMENTO	-5 265	-1 002
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	20 112	3 629

Milhares Euro
Taxa de câmbio EUR/TRL: média 2011 - 2,3376
Média 2010 - 1,9655

Em 2011, a ASC Türk alcançou um volume de negócios de 194.148 milhares de euros e a sua margem EBITDA situou-se em torno aos 12%, representando um acréscimo de 6 pp face a 2010 (margem EBITDA de 6%).

07.4.2 - ASC BOGAZICI

A ASC Bogazici, que entretanto alterou a sua denominação social para Ascendum Makina Yatırım Holding Anonim Sirketi, é a holding do Grupo ASC na Turquia, constituída em 2011, detendo, deste modo, 99% do capital social da ASC Türk.

De seguida apresentam-se as demonstrações financeiras de 2011 da ASC Bogazici:

BALANÇO		2011
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS		0
ATIVO INTANGÍVEIS		0
INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS		48 763
OUTROS ATIVO		0
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS		0
DÍVIDAS DE TERCEIROS		0
OUTROS ATIVO		39
TOTAL ATIVO		48 802
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO		
		14 899
PASSIVO NÃO CORRENTE		
		0
PASSIVO CORRENTE		
		33 902
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		48 802

Milhares Euro
Taxa de câmbio EUR/TRL: 31 de dezembro de 2011 - 2,4432

07.4.3 - ART HAVA

Tendo iniciado a sua atividade em 2011, a Art Hava é a empresa do Grupo ASC (detida em 50% pela Air-Rail e em 5% pela ASC Türk) que se dedica à comercialização e distribuição de equipamentos para infra estruturas portuárias, aeroportuárias e ferroviárias na Turquia.

De seguida apresentam-se as demonstrações financeiras de 2011 da Art Hava:

BALANÇO		2011
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
ATIVO FIXOS TANGÍVEIS		0
ATIVO INTANGÍVEIS		0
INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS		0
OUTROS ATIVO		0
ATIVO CORRENTE		
INVENTÁRIOS		0
DÍVIDAS DE TERCEIROS		15
OUTROS ATIVO		45
TOTAL ATIVO		60
PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
CAPITAL PRÓPRIO		
		43
PASSIVO NÃO CORRENTE		
		0
PASSIVO CORRENTE		
		17
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		60

Milhares Euro
Taxa de câmbio EUR/TRL: 31 de dezembro de 2011 - 2,4432

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		2011
VOLUME DE NEGÓCIOS		
		0
RESULTADOS OPERACIONAIS		
		-93
RESULTADOS FINANCEIROS		
		-163
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		
		-256
IMPOSTO S/ RENDIMENTO		
		0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-256

Milhares Euro
Taxa de câmbio EUR/TRL: média 2011 - 2,3376
Média 2010 - 1,9655

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		2011
VOLUME DE NEGÓCIOS		
		0
RESULTADOS OPERACIONAIS		
		3
RESULTADOS FINANCEIROS		
		0
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		
		3
IMPOSTO S/ RENDIMENTO		
		0
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		2

Milhares Euro
Taxa de câmbio EUR/TRL: média 2011 - 2,3376
Média 2010 - 1,9655



POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE



08



NO GRUPO AUTO-SUECO COIMBRA ACREDITAMOS QUE CADA PASSO É JÁ EM SI UMA META, POR ISSO TRABALHAMOS DIARIAMENTE NA ÓTICA DE UMA POLÍTICA RESPONSÁVEL DE CRESCIMENTO DO GRUPO.

CRESCEMOS E QUEREMOS CONTINUAR A CRESCER DE UMA FORMA SUSTENTÁVEL POIS ACREDITAMOS QUE A SUSTENTABILIDADE É ENTENDIDA COMO O EQUILÍBRIO FUNDAMENTAL ENTRE OS PILARES ECONÓMICO, AMBIENTAL E SOCIAL.

POR ESSE MOTIVO, DESENVOLVEMOS DIARIAMENTE, COM RESPONSABILIDADE, O NOSSO COMPROMISSO COM A QUALIDADE E COM RESPEITO PELO AMBIENTE ASSENTE EM TODOS OS NOSSOS PROJETOS E SERVIÇOS.

08.1 - ECONOMIA E INOVAÇÃO

O Grupo ASC rege-se por padrões de excelência, trabalhando no sentido de estabelecer uma estreita relação com todos os seus clientes e parceiros, garantindo a satisfação total dos mesmos e acrescentando valor aos seus negócios. Tendo por objetivo crescer de forma sustentada, assegurando o equilíbrio financeiro do Grupo e a rentabilidade dos capitais investidos, o Grupo ASC avalia de forma contínua e sistémica, ao nível de todas as áreas de atuação, os seus resultados.

Paralelamente, o Grupo ASC, ao estar englobado na cadeia de valor do setor automóvel e máquinas, fundamentalmente como distribuidor de Veículos e Equipamentos de Construção, procura acompanhar o seu crescimento através de uma escolha rigorosa de parceiros e fornecedores que apresentem soluções inovadoras do ponto de vista da redução do

impacto ambiental na atividade do Grupo.

Exemplo disso é o caso da Volvo, que detém já em desenvolvimento nos equipamentos de construção com tecnologia híbrida, com motores Diesel eléctricos, os quais contribuem para a redução de emissões de CO2 e de consumo de combustível. Também ao nível de automóveis e camiões, a Volvo incorpora na sua gama versões que são mais ecológicas, correspondendo à sua longa tradição de preocupações de redução do impacto ambiental dos seus produtos, além de dar cumprimento às diretivas comunitárias, nomeadamente a norma Euro 5. Na área automóvel, todas as marcas que o Grupo ASC representa têm programas de redução do impacto ambiental.

08.2 - AMBIENTE

Em 2011, a Auto Sueco Coimbra prosseguiu com a concretização de medidas com vista à minoração do impacto ambiental das suas atividades, nomeadamente com a implementação de programas de formação de todos os colaboradores do Grupo de modo a garantir o seu envolvimento no Sistema de Gestão Ambiental - O ASC SYSTEM PROJECT (ações de sensibilização para os aspetos ambientais, utilização racional de recursos, formação na prevenção de acidentes ambientais e implementação de projetos que promovam as boas práticas).

Dentro deste âmbito durante o ano de 2011 recebeu a certificação energética por parte da Geoterme, foram efetuados planos de emergência pela XZ Consultores e foi atribuída a qualificação dos soldadores por parte do ISQ. Adicionalmente, o Grupo ASC promove, e promoverá,

a melhoria contínua na gestão e redução de resíduos perigosos, tendo já celebrado diversos protocolos com entidades credenciadas pelo governo português no domínio dos sistemas de gestão de pneus usados, embalagens recicláveis e gestão de óleos usados, tendo também duas ETAR's para tratamento de águas residuais, sendo que em 2011 foi realizada a reabilitação da ETAR da Unidade de Negócio da Leiria.

Paralelamente, o Grupo ASC celebrou, em 2009, um protocolo com a Valorcar, entidade que opera na gestão ambiental de baterias, quer introduzidas no mercado a título individual, quer quando incorporadas em veículos e equipamentos.

08.3 - QUALIDADE

O Grupo ASC trabalha com o objetivo de atingir a Qualidade dos seus serviços e cumpre todos os requisitos legais, normas e regulamentos aplicáveis para o desenvolvimento

da sua atividade, sendo certificado pela respetiva autoridade portuguesa (APCER) ao nível da Qualidade (NP EN ISSO 14001:2004) e do Ambiente (NP EN ISO 9001:2008).

08.4 - SOCIALMENTE RESPONSÁVEL

O Grupo ASC acredita que pode contribuir positivamente para o desenvolvimento das comunidades onde atua, tendo por princípio base o máximo respeito pelas culturas locais, acreditando que é sua obrigação avaliar o impacto (Ambiental, Social e Económico) da atividade desenvolvida nas várias zonas onde opera.

Por forma a assegurar a formação e sensibilização de todos os colaboradores, e de modo a garantir o seu envolvimento no Sistema de Gestão Ambiental e na adoção de comportamentos ambientalmente corretos, o Grupo ASC iniciou um

Plano Formativo transversal de atualização de competências técnicas, aderiu ao Programa Novas Oportunidades e desenvolveu Formação Externa para a alta direção numa vertente de *coaching* estratégico.

O Grupo ASC divulga ainda a clientes, fornecedores e partes interessadas a sua Política Ambiental, para que todos estejam conscientes das suas responsabilidades face aos compromissos acima assumidos, e conheçam os impactos ambientais do Grupo ASC.

RISCOS E INCERTEZAS



09



09.1 - RISCO DE LIQUIDEZ

O RISCO DE LIQUIDEZ É DEFINIDO COMO SENDO O RISCO DE FALTA DE CAPACIDADE PARA LIQUIDAR OU CUMPRIR AS OBRIGAÇÕES NOS PRAZOS DEFINIDOS E A UM PREÇO RAZOÁVEL.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ NO GRUPO AUTO - SUECO COIMBRA TEM POR OBJETIVO:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A ESTRATÉGIA ADOTADA PELO GRUPO ASC, PARA A GESTÃO DO RISCO DE LIQUIDEZ ASSENTA, ENTRE OUTROS, NOS SEGUINTE VETORES:

- (i) Planeamento financeiro e gestão financeira integrada do grupo, suportado nos orçamentos de tesouraria das várias empresas,
- (ii) Diversificação das fontes de financiamento e adequação da maturidade dos compromissos, com o ritmo de geração da liquidez,
- (iii) Adequação da maturidade dos compromissos financeiros, relativos a investimentos em ativo não correntes, com o ritmo de geração de liquidez dos mesmos.
- (iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, para fazer face a picos pontuais de necessidades de tesouraria.

Todo e qualquer excedente de liquidez é aplicado da forma que melhor sirva os objetivos de liquidez e rentabilidade do Grupo, que em aplicações financeira de curto prazo, quer na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 120.624.961 Euros e 113.832.958 Euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (nota 16) contratados junto de diversas instituições.

09.2 - RISCO CAMBIAL

O RISCO DE TAXA DE CÂMBIO REFLETE A POSSIBILIDADE DE REGISTRAR PERDAS OU GANHOS EM RESULTADO DE VARIAÇÃO DE TAXAS DE CÂMBIO ENTRE DIFERENTES DIVISAS.

A exposição ao risco taxa de câmbio do Grupo resulta da existência de subsidiárias localizadas em países em que a moeda funcional é diferente do Euro (nomeadamente EUA e Turquia), das operações realizadas entre essas subsidiárias e outras empresas do Grupo e da existência de transações efetuadas pelas empresas operacionais em moeda diferente da moeda de reporte do Grupo ASC.

Neste sentido, a exposição ao risco cambial do Grupo ASC decorre do facto de, no processo de preparação das demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, ser necessário a transposição das demonstrações financeiras das subsidiárias para o Euro.

Evolução das taxas de câmbio EUR/USD e EUR/TRL



Fonte: Bloomberg

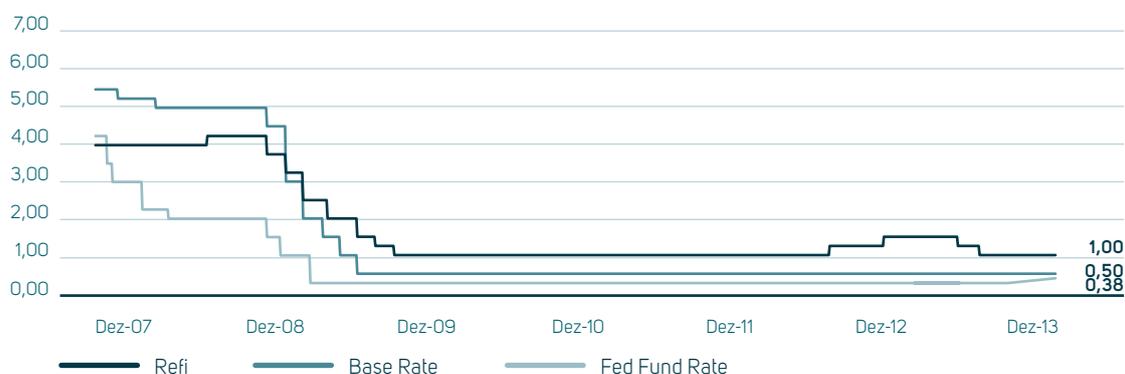
Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao euro irão afetar a conversão dos resultados atribuídos ao Grupo ASC e deste modo os resultados e a posição financeira do Grupo.

Neste enquadramento, e em face da incerteza quanto à evolução da cotação do dólar norte-americano e da lira turca face ao euro nos próximos anos, a política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo ASC terá como objetivo diminuir ao máximo a sensibilidade dos seus resultados a flutuações cambiais.

09.3 - RISCO DE TAXA DE JURO

O RISCO TAXA DE JURO TRADUZ A POSSIBILIDADE DE EXISTIREM FLUTUAÇÕES NO MONTANTE DOS ENCARGOS FINANCEIROS FUTUROS EM EMPRÉSTIMOS CONTRAÍDOS, DEVIDO À EVOLUÇÃO DO NÍVEL DAS TAXAS DE JURO DE MERCADO, QUE PODERÃO AFETAR NEGATIVAMENTE OS RESULTADOS DO GRUPO ASC.

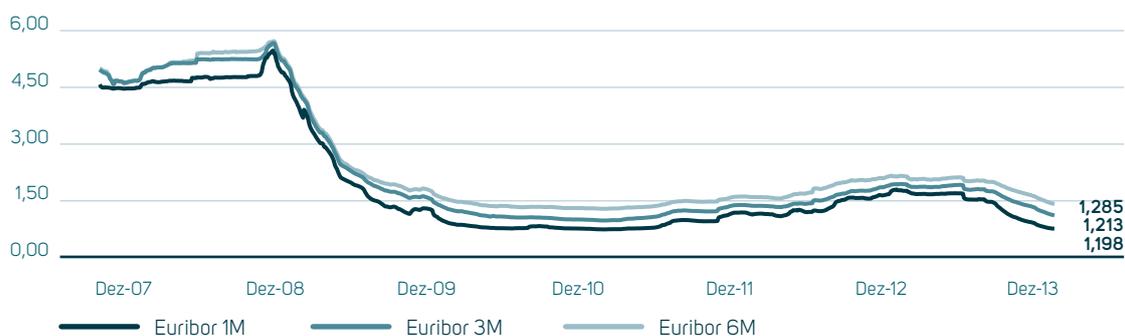
Perspetivas de evolução das taxas de juro de referência



Fonte: Bloomberg

A reconhecida dificuldade de financiamento dos bancos nacionais e a necessidade de melhoria dos rácios de capital, têm levado/levarão as instituições nacionais a serem mais restritivas na concessão de crédito aumentando o seu custo, sendo assim a função financeira potencialmente afetada por estes dois fatores.

Perspetivas de evolução das taxas Euribor 3M, 6M e 1M

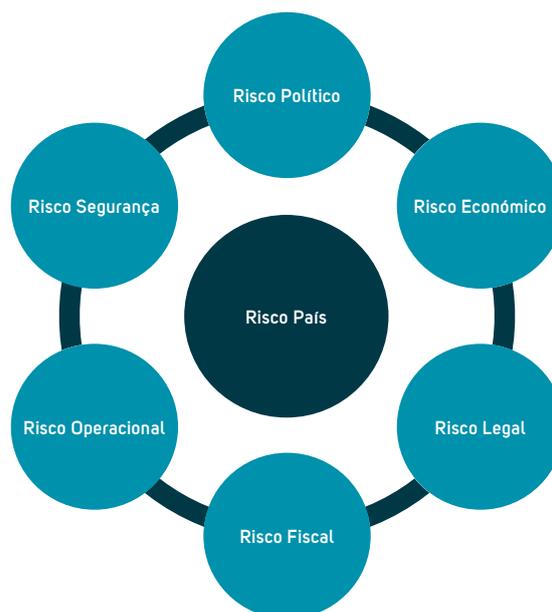


Fonte: Bloomberg

09.4 - RISCO PAÍS

O RISCO PAÍS É UM CONCEITO ECONÓMICO-FINANCEIRO QUE DIZ RESPEITO À POSSIBILIDADE DE MUDANÇAS NO AMBIENTE DE NEGÓCIOS DE UM DETERMINADO PAÍS IMPACTAREM NEGATIVAMENTE OS RESULTADOS OU O VALOR DOS ATIVOS DE EMPRESAS ESTRANGEIRAS ESTABELECIDAS NAQUELE PAÍS, BEM COMO OS LUCROS, DIVIDENDOS OU ROYALTIES QUE AS MESMAS ESPERAM OBTER DOS INVESTIMENTOS AÍ EFETUADOS.

O conceito risco-país engloba diversas categorias de risco que podem ser associadas a um país, são elas:



Neste contexto, e no que concerne à medição do risco país, surgem as agências de classificação de risco, de entre as quais se destacam a Moody's, a Standard & Poor's e a Fitch Ratings. A sua atividade principal consiste na atribuição de classificações ou *ratings* aos países em análise, por forma a indicar a segurança oferecida pelo governo e pelas empresas aos investidores estrangeiros que aplicam o seu dinheiro em títulos da dívida dos países em questão.

A política de gestão do risco país seguida pelo Grupo ASC tem como objetivo diminuir ao máximo a exposição a países cujo risco seja considerado elevado, efetuando sempre uma análise criteriosa e profunda de todos os mercados onde se pretende estabelecer, antes de efectivar qualquer decisão de investimento.

A 31 de dezembro de 2011, os *ratings* dos países onde o Grupo desenvolve diretamente a sua atividade (Portugal, Espanha, EUA e Turquia) eram os seguintes:

PAÍS	MOODY'S	S&P	FITCH
PORTUGAL	Ba2	BBB-	BB+
ESPAÑA	A1	AA-	AA-
EUA	Aaa	AA+u	AAA
TURQUIA	Ba2	BBB-	BB+

Fonte: Bloomberg

CONSIDERAÇÕES FINAIS

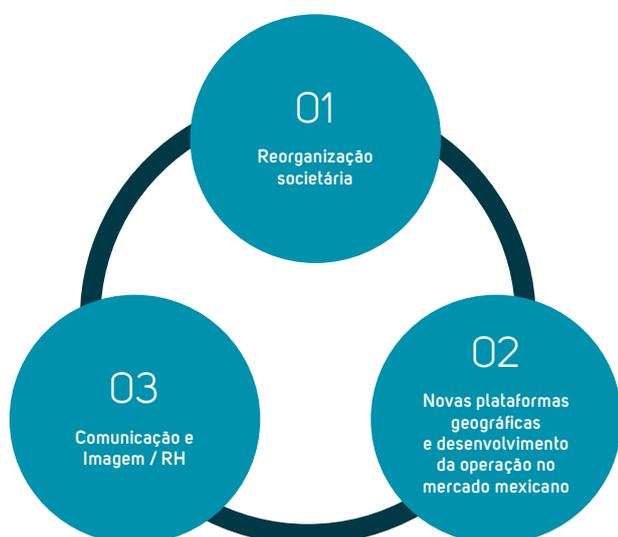


10



EM 2012, O GRUPO AUTO-SUECO COIMBRA CONTINUARÁ A FOCALIZAR-SE NO CRESCIMENTO FUTURO DA ORGANIZAÇÃO, ATRAVÉS DA PROSSECUÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DELINEADO EM 2009, EM PARALELO COM A CONCLUSÃO DA REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA DO GRUPO.

ASSIM SÃO 3 AS ÁREAS PRIORITÁRIAS DO GRUPO EM 2012:



10.1 - REORGANIZAÇÃO SOCIETÁRIA

Ao nível da reorganização societária do Grupo, será concluído o processo iniciado em 2011 através da implementação das seguintes etapas:

- **PORTUGAL:**
 - Concentração das participações das plataformas geográficas na ASC SA;
 - Concentração de todas as sociedades / unidades de negócio em Portugal anteriormente detidas pela ASC SA na plataforma geográfica de Portugal.
- **ESPAÑA:**
 - Concentração de todas as sociedades / unidades de negócio em Espanha anteriormente detidas pela VMCE na plataforma geográfica de Espanha;
 - Venda da participação detida pela VMCE na ASC USA à ASC SA.

10 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

10.2 - NOVAS PLATAFORMAS GEOGRÁFICAS E DESENVOLVIMENTO DA OPERAÇÃO NO MERCADO MEXICANO

Dentro da estratégia desenhada, o Grupo Auto Sueco Coimbra prosseguirá com os planos de expansão e consolidação do negócio de equipamentos de construção, sendo que por outro lado, não descuidará a diversificação das linhas de negócio e do portefólio de produtos.

Neste contexto, o Grupo pretende por um lado consolidar a sua presença em mercados maduros como o mercado norte-americano via aquisições e por outro prosseguir o processo de internacionalização para mercados emergentes como a América Latina, África e Europa de Leste, uma vez que estes poderão funcionar em contraciclo face a mercados mais maduros onde o Grupo já está presente.

Neste sentido, uma das apostas no ano de 2012 prende-se com o desenvolvimento da nova operação de distribuição de máquinas e equipamentos Industriais da Volvo Construction Equipment no México, operação essa desenvolvida de raiz (*start up*). Assim, assume especial importância a criação da rede de distribuição, formação da equipa, harmonização dos processos e/ou sistemas de informação, da implementação das melhores práticas desenvolvidas pelo Grupo e da “transmissão” da cultura e valores do Grupo à empresa sem deixar de potenciar as sinergias com as operações do Grupo ASC nos EUA e Espanha. Assegurada esta primeira etapa, o enfoque do Grupo passará pela criação de valor no mercado Mexicano, de modo a colocar a marca Volvo em patamares condizentes com o que o Grupo tem alcançado nos mercados onde atua.

10.3 - COMUNICAÇÃO E IMAGEM/ RECURSOS HUMANOS

No seguimento do processo de reestruturação do Grupo, e da introdução do novo modelo de governo, será desenvolvido um projeto de *rebranding* ao nível de todo o Grupo.

No decorrer de 2012 será implementada uma nova imagem corporativa, transversal a todas as plataformas geográficas, e que terá como corolário a alteração do nome da Empresa. Na área de Gestão de Talento do Grupo, no ano de 2012 será implementado um projeto decisivo para o desenvolvimento desta prática no Grupo.

EM SÍNTESE, SERÁ IMPLEMENTADO UM PROJETO COM 3 OBJETIVOS PRINCIPAIS:

- GESTÃO DE RETRIBUIÇÃO E DESEMPENHO;
- ASSESSMENT DAS SEGUNDAS LINHAS – MAPEAR COMPETÊNCIAS E GERIR SUCESSÃO;
- PLANOS DE DESENVOLVIMENTO INDIVIDUAL E PROGRAMAS DE *COACHING* ESPECÍFICOS.

Em suma, o Grupo em 2012 espera cumprir os objetivos a que se propõe, sem descuidar os resultados económico-financeiros e a solidez financeira.

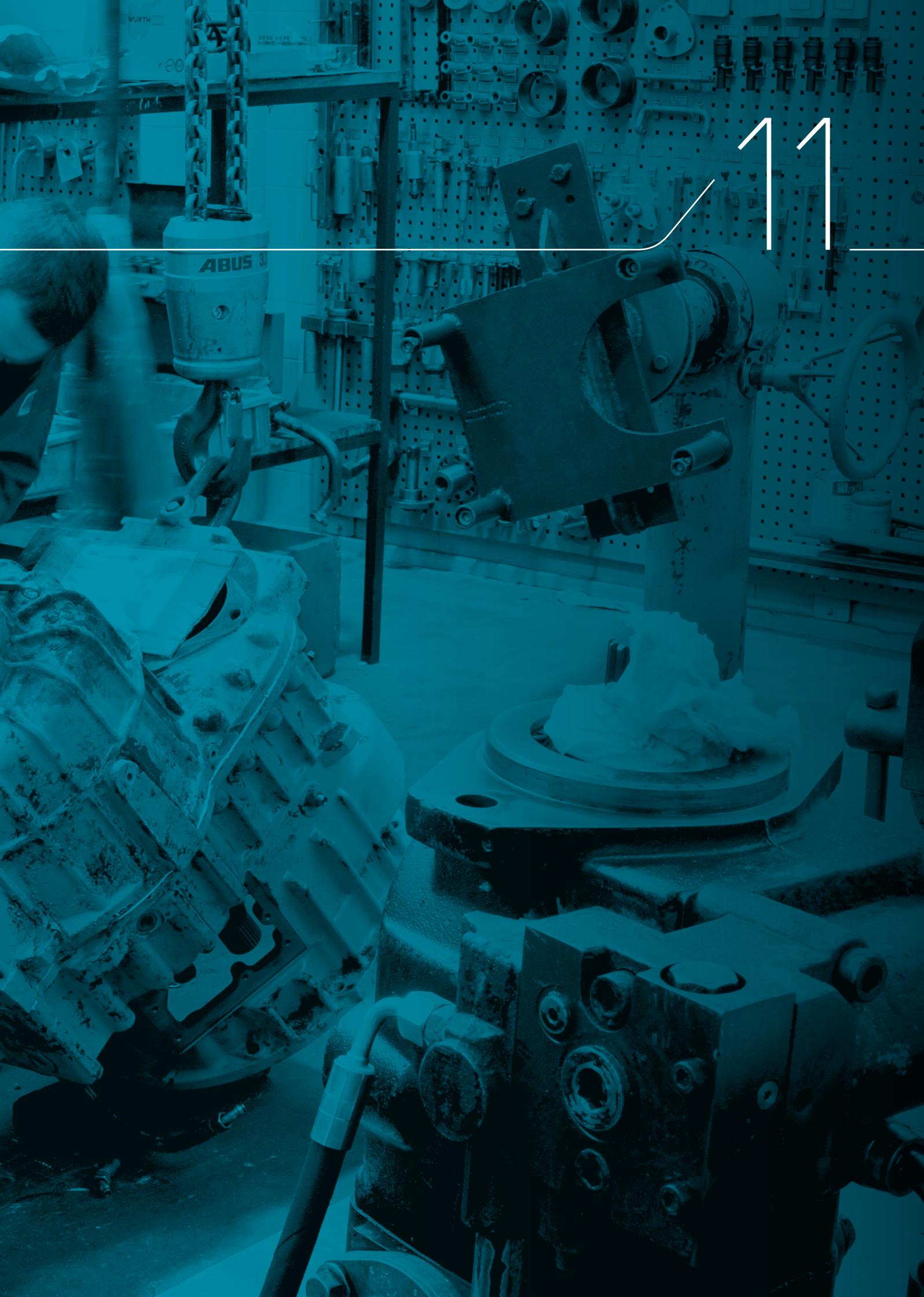
**DATA DO RELATÓRIO DE GESTÃO
11 DE MAIO DE 2012**

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



FACOM

VICTOR VIEIRA
1108 11



11

11 - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA DO GRUPO AUTO-SUECO COIMBRA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Valores em unidades de euros

	Notas	2011	2010
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativo fixos tangíveis	7 e 32	96 917 547	86 889 300
Propriedades de investimento	8	2 740 092	2 576 033
Goodwill	9	31 218 468	33 963 429
Ativo intangíveis	6	4 629 314	4 453 809
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial		40 614	0
Participações financeiras - outros métodos	10.2	4 081 671	10 174 510
Outras contas a receber		14 454	661 995
Outros ativo financeiros	10.3	246 139	2 500 000
Ativo por impostos diferidos	15	11 237 756	8 152 217
		151 126 056	149 371 294
Ativo corrente			
Inventários	11 e 32	138 604 760	102 905 754
Clientes	12 e 32	81 817 426	77 846 882
Adiantamentos a fornecedores	13	1 248 744	1 795 376
Estado e outros entes públicos	23	1 985 301	1 259 941
Outras contas a receber	13 e 32	4 765 427	3 325 168
Diferimentos	14	710 705	804 263
Outros ativo financeiros	10.3	6 542 588	0
Caixa e depósitos bancários	16	23 290 158	25 518 466
		258 965 109	213 455 850
Total do ativo		410 091 164	362 827 144
Capital Próprio e Passivo			
Capital Próprio			
Capital social		15 000 000	15 000 000
Reservas legais		3 000 000	3 000 000
Excedentes de revalorização		8 294 084	8 279 779
Res. Transitados e Ajust. em Invest.		59 378 869	67 397 420
Reservas de justo valor		(44 032)	4 277 293
Outras reservas		23 279 229	19 435 130
		108 908 149	117 389 623
Resultado líquido do exercício		26 801 159	6 907 949
		135 709 308	124 297 572
Interesses não controlados	18 e 19	4 101 564	1 280 142
Total do capital próprio		139 810 872	125 577 714
Passivo não corrente			
Provisões	25 e 32	1 590 225	729 529
Financiamentos obtidos	20 e 32	71 271 715	101 012 887
Passivos por impostos diferidos	15	14 507 399	10 381 153
Outras contas a pagar	22 e 32	25 381 984	4 719 274
		112 751 324	116 842 842
Passivo corrente			
Fornecedores	21 e 32	52 235 530	33 567 077
Adiantamentos de clientes		2 796 320	3 120 116
Estado e outros entes públicos	23	5 768 416	4 169 681
Financiamentos obtidos	20 e 32	79 185 992	58 025 186
Outras contas a pagar	22 e 32	14 932 129	18 905 311
Diferimentos	24	2 610 580	2 619 217
		157 528 968	120 406 588
Total do passivo		270 280 291	237 249 430
Total do capital próprio e do passivo		410 091 164	362 827 144

O Técnico de Contas
Luis AlmeidaConselho de Administração
Ernesto Gomes Vieira (Presidente)
Ricardo José de Pinho Mieiro
Angela Maria Silva Vieira Lança de Morais
Carlos José Gomes Vieira
João Manuel de Pinho Mieiro
José Manuel Bessa Leite de Faria
Paulo Jervell
Paulo Vieira do Nascimento Mieiro
Rui António Faustino
Tomás Jervell

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO GRUPO AUTO-SUECO COIMBRA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Valores em unidades de euros

	Notas	2011	2010
Rendimentos e gastos			
Vendas e serviços prestados	32	487 826 442	350 941 775
Subsídios à exploração		2 140	
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos		12 897	(31 789)
Variação nos inventários da produção	11	236 840	(125 636)
Trabalhos para a própria entidade		248 635	464 716
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11 e 32	(354 585 277)	(258 844 251)
Fornecimentos e serviços externos	32 e 40	(43 300 221)	(28 005 817)
Gastos com o pessoal	31, 32 e 41	(43 611 297)	(37 271 988)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	25	(855 018)	19 072
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	25	(2 508 641)	(902 120)
Provisões (aumentos/reduções)	25	(294 492)	(7 544)
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	9	(23 334)	0
Aumentos / reduções de justo valor	10.1	(33 199)	0
Outros rendimentos e ganhos	32 e 33	25 441 975	6 444 176
Outros gastos e perdas	32 e 42	(8 166 711)	(1 947 609)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		60 390 740	30 732 985
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6 e 7	(17 657 344)	(18 143 826)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		0	
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		42 733 396	12 589 159
Juros e rendimentos similares obtidos	35	3 392 270	4 552 519
Juros e gastos similares suportados	35	(9 368 651)	(7 997 609)
Resultado antes de impostos		36 757 015	9 144 069
Imposto sobre o rendimento do período	28	(9 627 264)	(1 840 818)
Resultado líquido do exercício	32	27 129 751	7 303 251
Resultado de Operações em Descontinuação			
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da empresa-mãe		26 801 159	6 907 949
Interesses não controlados	19	328 592	395 302
	32	27 129 751	7 303 251
Resultado básico por ação	29	1.81	

O Técnico de Contas
Luís AlmeidaConselho de Administração
Ernesto Gomes Vieira (Presidente)
Ricardo José de Pinho Meiro
Angela Maria Silva Vieira Lança de Morais
Carlos José Gomes Vieira
João Manuel de Pinho Meiro
José Manuel Bessa Leite de Faria
Paulo Jervell
Paulo Vieira do Nascimento Meiro
Rui António Faustino
Tomás Jervell

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA DO GRUPO AUTO-SUECO COIMBRA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Valores em unidades de euros

	Notas	2011	2010
Atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes		513 822 354	393 725 637
Pagamentos a Fornecedores		-423 308 290	-301 132 250
Pagamentos ao Pessoal		-39 635 601	-30 433 845
Cash Flow Gerado pelas Operações		50 878 463	62 159 542
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento		-9 678 497	-6 363 998
Pagamentos relacionados com IVA : Imposto sobre o Valor Acrescentado		-13 583 027	-12 187 233
Outros Recebimentos / Pagamentos		10 198 037	-18 813 442
Cash Flow de Atividades Operacionais (1)		37 814 977	24 794 869
Atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de Investimentos Ativo Fixos Tangíveis		-13 913 592	-20 865 860
Aquisição de Investimentos Ativo Intangíveis		-585 360	-335 344
Aquisição de Investimentos Financeiros		-2 870 400	-55 120 984
Aquisição de Outros Ativos		-2 102 025	-431 532
Dividendos		0	0
Juros e proveitos similares		0	0
Pagamentos de Atividades de Investimento		-19 471 377	-76 753 720
Recebimentos provenientes de:			
Desinvestimentos Ativos Fixos Tangíveis		4 059 811	1 076 707
Desinvestimentos Ativos Intangíveis		6 172 467	4 055
Desinvestimentos Financeiros		0	435 000
Desinvestimentos Outros Ativo		0	12 871
Juros e Rendimentos Similares		750 695	238 448
Dividendos		0	557 999
Recebimentos de Atividades de Investimento		10 982 973	2 325 080
Cash Flow de Atividades de Investimentos (2)		-8 488 404	-74 428 640
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		5 372 871	69 313 425
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0	0
Cobertura de Prejuízos		0	22 000
Subsídios e Doações		0	0
Vendas de acções próprias		0	0
Outras operações de financiamento		0	912 940
Recebimentos de Atividades de Financiamento		5 372 871	70 248 364
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-21 611 872	-2 585 805
Leasings Operacionais e Financeiros		-1 859 487	-716 546
Juros e gastos similares		-8 301 056	-7 525 582
Dividendos		-3 000 000	-3 000 000
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		0	0
Outras operações de financiamento		-971 405	-5 062 534
Pagamentos de Atividades de Financiamento		-35 743 820	-18 890 467
Cash Flow de Atividades de Financiamento (3)		-30 370 949	51 357 897
Variação Líquida em Caixa e seus Equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		-1 044 376	1 724 126
Variação de Perímetro		740 601	12 278 868
Efeito Cambial Líquido		-1 924 533	-525 790
Caixa Líquida e seus Equivalentes - Início do Período	16	25 518 466	12 041 263
Caixa Líquida e seus Equivalentes - Fim do Período	16	23 290 158	25 518 466

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

Montantes expressos em Euros

	Reservas			
	Capital social	Reservas legais	Excedentes de revalorização	Res. Transitados e Ajust. em Invest.
Saldos em 31 de dezembro de 2009	15.000.000	3.000.000	8.287.776	62 741 024
Aplicação do resultado consolidado de 2009:				
Dividendos distribuídos				
Transferência para Resultados Transitados				578 293
Rendimento integral consolidado do exercício				(1 073 211)
Outros	-	-	(7.997)	5 151 314
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.000.000	3.000.000	8.279.779	67 397 420
Saldos em 31 de dezembro de 2010	15.000.000	3.000.000	8.279.779	67 397 420
Aplicação do resultado consolidado de 2010:				
Dividendos distribuídos				(3 000 000)
Transferência para Resultados Transitados				3 000 000
Rendimento integral consolidado do exercício				(7 811 326)
Outros			14.305	(207 226)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	15.000.000	3.000.000	8.294.084	59 378 869

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Montantes expressos em Euros

Reservas de justo valor	Reservas		Interesses não controlados	Resultado líquido	Total
	Outras reservas	Total de reservas			
7 956 044	27 433 700	109 418 545	573 394	578 293	125 570 232
		-			
	(3 000 000)	(3 000 000)			(3.000.000)
		578 293		(578 293)	-
(3 678 751)	398 150	(4 353 812)	395 307	6 907 949	2 949 444
	(5 396 720)	(253 403)	311 442		58 039
4 277 293	19 435 130	102 389 623	1 280 143	6 907 949	125 577 714
4 277 293	19 435 130	102 389 623	1 280 143	6 907 949	125 577 714
		-			
		(3 000 000)			(3.000.000)
	3 907 949	6 907 949		(6 907 949)	-
(4 321 325)	(127 978)	(12 260 629)	328 592	26 801 159	14 869 122
	64 129	(128 793)	2 492 830		2 364 037
(44 032)	23 279 229	93 908 149	4 101 564	26 801 159	139 810 872

As notas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2011.

O Técnico de Contas
Luis Almeida

Conselho de Administração
Ernesto Gomes Vieira (Presidente)
 Ricardo José de Pinho Mieiro
 Angela Maria Silva Vieira Lança de Moraes
 Carlos José Gomes Vieira
 João Manuel de Pinho Mieiro
 José Manuel Bessa Leite de Faria
 Paulo Jervell
 Paulo Vieira do Nascimento Mieiro
 Rui António Faustino
 Tomás Jervell

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

Montantes expressos em Euros

	2011	2010
Resultado consolidado líquido do exercício, incluindo interesses não controlados	27 129 751	7 303 256
Componentes de outro rendimento integral consolidado do exercício, líquido de imposto:		
Variação do justo valor de investimentos disponíveis para venda	(4 321 325)	(3 678 751)
Diferenças de conversão de Goodwill	(3 387 046)	(1 215 185)
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras	(4 424 280)	141 974
Diferenças de conversão de operações de cobertura	(127 978)	398 150
Rendimento integral consolidado do período	14 869 122	2 949 444
Atribuível a:		
acionistas da empresa mãe	14 540 530	2 554 137
Interesses não controlados	328 592	395 307

As notas fazem parte integrante desta demonstração para o exercício de 31 de dezembro de 2011.

O Técnico de Contas
Luis Almeida

Conselho de Administração
Ernesto Gomes Vieira (Presidente)
 Ricardo José de Pinho Mieiro
 Angela Maria Silva Vieira Lança de Moraes
 Carlos José Gomes Vieira
 João Manuel de Pinho Mieiro
 José Manuel Bessa Leite de Faria
 Paulo Jervell
 Paulo Vieira do Nascimento Mieiro
 Rui António Faustino
 Tomás Jervell

ANEXOS



VOLVO

12



12 - ANEXOS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo AUTO - SUECO COIMBRA é constituído por um conjunto de empresas localizadas em Portugal, Espanha, Estados Unidos da América e Turquia. A sociedade mãe – AUTO - SUECO COIMBRA S.A., foi constituída em 1959 e teve a sua sede social em Coimbra, até finais de 2011. Entretanto no dia 28 de novembro de 2011 os sócios deliberaram a transformação da sociedade, em sociedade anónima tendo igualmente deliberado a mudança da sua sede social para a Praça Marquês de Pombal, n.º 3-A, 5º

andar em LISBOA – PORTUGAL. O Grupo exerce a sua atividade, sobretudo, na importação e venda de equipamentos para a construção civil e obras públicas e em Portugal é ainda representante dos veículos das marcas Volvo, Jaguar, Land Rover, Mazda e Mitsubishi, para uma parte do território. Importa e vende ainda peças e componentes e tem oficinas de reparação para os equipamentos e veículos que representa.

Em 31 de dezembro de 2011, as Empresas que constituem o Grupo AUTO - SUECO COIMBRA, suas respetivas sedes e abreviaturas utilizadas, são:

Empresas	Sigla	Sede	Percentagem participação
Com sede em Portugal			
AUTO SUECO (COIMBRA), S.A.	ASC	Praça Marquês de Pombal nº 3 A - 5º, 1250-161 LISBOA - PORTUGAL	
ARNADO - Sociedade de Exploração e Administração de Imóveis S.A.	ARNADO	R. João Ruão 12 - 3000-229 COIMBRA - PORTUGAL	5%
ASCENDUM PORTUGAL, Unipessoal, LDA.	ASCENDUM PORTUGAL	Estrada Nacional 1, Alto do Vieiro, LEIRIA - PORTUGAL	100%
COTIAC - SGPS, Unipessoal, LDA.	COTIAC	Praça Marquês de Pombal nº 3 A - 5º, 1250-161 LISBOA - PORTUGAL	100%
GLOMAK SGPS, S.A.	GLOMAK	R. Vilar de senhor, 461, 4455-213, Lavra, Matosinhos - PORTUGAL	99,3%
AUTO-SUECO (COIMBRA), 2 VEHICLES, Unipessoal, LDA	ASC VEÍCULOS	R. Manuel Madeira, Marcos da Pedrulha, 3020-199 COIMBRA - PORTUGAL	100%
AUTO-SUECO (COIMBRA), Máquinas e Equipamentos Industriais, Unipessoal, LDA	ASC MÁQUINAS	R. Vasco da Gama, nº 15, 2685-244 PORTELA, SACAVÉM - PORTUGAL	100%
AIR-RAIL (PORTUGAL), Sociedade Unipessoal, LDA.	AIR-RAIL	Estrada Nacional 10, Apartado 2094,2696-801 São João da Talha, Loures - PORTUGAL	50%
TRACTORRASTOS - Sociedade vendedora de acessórios, LDA.	TRACTORRASTOS	Estrada Nacional 116, 2615-907 ALVERCA - PORTUGAL	100%
VOLRENT, Aluguer de máquinas e equipamentos, Unipessoal, LDA.	VOLRENT	R. Vasco da Gama, 15, 2685-244 SACAVÉM - PORTUGAL	100%
Com sede noutros países			
ASC CONSTRUCTION EQUIPMENT, INC.	ASC USA	9115 Harris Corner Parkway, suite 450, CHARLOTTE, NC 28269 - USA	100%
ASC TÜRK MAKINA, LIMITED SIRKETI	ASC TÜRK	Fatih Mahallesi Katip Çelebi Caddesi, nº 43, 34940 - Tuzla, ISTANBUL - TURQUIA	100%
ASC BOGAZICI MAKINA YATIRIM HOLDING A.S	ASC BOGAZICI	Fatih Mahallesi Katip Çelebi Caddesi, nº 43, 34940 - Tuzla, ISTANBUL - TURQUIA	100%
ART HAVA VE RAY EKIPMANLARI LTD. STI	ARTHAVA	Fatih Mahallesi Katip Çelebi Caddesi, nº 43, 34940 - Tuzla, ISTANBUL - TURQUIA	92,5%
AUTO MAQUINARIA TEA ALOYA, S.L.	AMTA	Parque Empresarial San Fernando, Edificio Munich, Planta 3, 28830 MADRID - ESPAÑA	100%
VOLMAQUINARIA DE CONSTRUCCIÓN DE ESPAÑA, S.A.	VMCE	Parque Empresarial San Fernando, Edificio Munich, Planta 3, 28830 MADRID - ESPAÑA	100%
VOLRENTAL ATLÁNTICO, S.A.U.	VOLRENTAL ATLÁNTICO	Carretera de Castilla nº 167, BETANZOS (La Coruña) - ESPAÑA	68,89%
VOLRENTAL CANTÁBRICO, S.A.	VOLRENTAL CANTÁBRICO	Polígono Industrial Abra, E-14, 2º, ABANTO-ZIÉRBANA (Vizcaya) - ESPAÑA	100%
VOLRENTAL CORDOBA, S.A.	VOLRENTAL CORDOBA	Parque Empresarial San Fernando, Edificio Munich, Planta 3, 28830 MADRID - ESPAÑA	100%
VOLRENTAL, S.A.U.	VOLRENTAL	Parque Empresarial San Fernando, Edificio Munich, Planta 3, 28830 MADRID - ESPAÑA	100%
TEA ALOYA INMOBILIARIA, S.A.U.	TAISA	Parque Empresarial San Fernando, Edificio Munich, Planta 3, 28830 MADRID - ESPAÑA	100%
AMPLITUDE IBERICA, S.L.	AMPLITUDE IBERICA	C/ Venezuela 9 bajo, Costada, MADRID - ESPAÑA	47%
AIR-RAIL, S.L.	AIR-RAIL	Calle Alsasua, 16, 28023 MADRID, ESPAÑA	50%
Importadora Distribuidora de Maquinaria Industrial ZEPHIR, S.L.	ZEPHIR	Calle Alsasua, 16, 28023 MADRID, ESPAÑA	50%

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros (com arredondamento à unidade). As operações estrangeiras que utilizam moeda funcional diferente do Euro, são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita no ponto 2.2 d).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas são as seguintes:

2.1 BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas do Grupo AUTO – SUECO COIMBRA, e foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS”), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – IFRIC e SIC, emitidas, respetivamente, pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e pelo Standing Interpretation Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia, em vigor para os exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2011.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e com aplicação obrigatória nos exercícios económicos iniciados em ou após 1 de janeiro de 2011, foram adotadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2011:

a) Normas e Interpretações que se tornaram de aplicação efetiva a 1 de janeiro de 2011:

(i) Normas:

- IAS 32 (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Apresentação – classificação de direitos emitidos’. Esta alteração refere-se à contabilização de direitos emitidos denominados em moeda diferente da moeda funcional do emitente. Se os direitos forem emitidos pro-rata aos acionistas por um montante fixo em qualquer moeda, considera-se que se trata de uma transação com acionistas a classificar em Capitais próprios. Caso contrário, os direitos deverão ser registados como instrumentos derivados passivos. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 1 (alteração), ‘Adoção pela primeira vez das IFRS’. Esta alteração permite às entidades que adotem IFRS pela primeira vez, usufruírem do mesmo regime transitório da IFRS 7 – ‘Instrumentos financeiros – Divulgações’, o qual permite a isenção na divulgação dos comparativos para a classificação do justo valor pelos três níveis exigidos pela IFRS 7, desde que o período comparativo termine até de 31 de dezembro de 2009. Esta alteração não tem impacto nas demonstrações financeiras da Entidade por já aplicar as IFRS.

- IAS 24 (alteração) ‘Partes relacionadas’. A alteração à norma elimina os requisitos gerais de divulgação de partes relacionadas para as entidades públicas sendo contudo obrigatória a divulgação da relação da Entidade com o Estado e quaisquer transações significativas que tenham ocorrido com o Estado ou entidades relacionadas com o Estado. Adicionalmente a definição de parte relacionada foi alterada para eliminar inconsistências na identificação e divulgação das partes relacionadas. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

- Melhoria anual das normas em 2010, a aplicar maioritariamente para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2011. O processo de melhoria anual de 2010 afecta as normas: IFRS 1, IFRS 3, IFRS 7, IAS 1, IAS 27, IAS 34 e IFRIC 13. Estas melhorias foram adotadas pela Entidade, quando aplicáveis, exceto quanto às melhorias à IFRS 1 por a Entidade já aplicar IFRS.

(ii) Interpretações:

- IFRIC 14 (Alteração) ‘IAS 19 - Limitação aos ativo decorrentes de planos de benefícios definidos e a sua interação com requisitos de contribuições mínimas’. Esta alteração clarifica que quando é apurado um saldo ativo resultante de pagamentos antecipados voluntários por conta de contribuições mínimas futuras, o excesso positivo pode ser reconhecido como um ativo. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRIC 19 (nova), ‘Regularização de passivos financeiros com instrumentos de capital’. Esta interpretação clarifica qual o tratamento contabilístico a adotar quando uma entidade renegoceia os termos de uma dívida que resulta no pagamento do passivo através da emissão de instrumentos de capital próprio (ações) ao credor. Um ganho ou uma perda é reconhecido nos resultados do exercício, tomando por base o justo valor dos instrumentos de capital emitidos e comparando com o valor contabilístico da dívida. A mera reclassificação do valor da dívida para o capital não é permitida. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

b) Novas normas e alterações a normas existentes, que apesar de já estarem publicadas, a sua aplicação apenas é obrigatória para períodos anuais que se iniciem a partir de 1 de julho de 2011 ou em data posterior:

(i) Normas:

- IFRS 1 (alteração), ‘Adoção pela primeira vez das IFRS’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração visa incluir uma isenção específica para as entidades que operavam anteriormente em economias hiperinflacionárias, e adoptam pela primeira vez as IFRS. A isenção permite a uma Enti-

dade optar por mensurar determinados ativo e passivos ao justo valor e utilizar o justo valor como “custo considerado” na demonstração da posição financeira de abertura para as IFRS. Outra alteração introduzida refere-se à substituição das referências a datas específicas por “data da transição para as IFRS” nas exceções à aplicação retrospectiva da IFRS. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.

- IFRS 7 (alteração), ‘Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferência de ativo financeiros (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2011). Esta alteração à IFRS 7 refere-se às exigências de divulgação a efetuar relativamente a ativo financeiros transferidos para terceiros mas não desconhecidos do balanço por a entidade manter obrigações associadas ou envolvimento continuado. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 12 (alteração), ‘Impostos sobre o rendimento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que uma Entidade mensure os impostos diferidos relacionados com ativo dependendo se a Entidade estima recuperar o valor líquido do ativo através do uso ou da venda, exceto para as propriedades de investimento mensuradas de acordo com o modelo do justo valor. Esta alteração incorpora na IAS 12 os princípios incluídos na SIC 21, a qual é revogada. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IAS 1 (alteração), ‘Apresentação de demonstrações financeiras’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012). Esta alteração está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração requer que as Entidades apresentem de forma separada os itens contabilizados como Outros rendimentos integrais, consoante estes possam ser reciclados ou não no futuro por resultados do exercício e o respetivo impacto fiscal, se os itens forem apresentados antes de impostos. Esta alteração não tem impacto nas Demonstrações financeiras da Entidade.
- IFRS 9 (novo), ‘Instrumentos financeiros – classificação e mensuração’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2015). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 9 refere-se à primeira parte da nova norma sobre instrumentos financeiros e prevê duas categorias de mensuração: o custo amortizado e o justo valor. Todos os instrumentos de capital são mensurados ao justo valor. Um instrumento financeiro é mensurado ao custo amortizado apenas quando a Entidade o detém para receber os cash-flows contratuais e os cash-flows representam o nominal e juros. Caso contrário os instrumentos financeiros, são valorizados ao justo valor por via de resultados. A Entidade aplicará a IFRS 9 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IFRS 10 (novo), ‘Demonstrações financeiras consolidadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 10 substitui todos os princípios associados ao controlo e consolidação incluídos na IAS 27 e SIC 12, alterando a definição de controlo e os critérios aplicados para determinar o controlo. O princípio base de que o consolidado apresenta a empresa mãe e as subsidiárias como uma entidade única mantém-se inalterado. A Entidade aplicará a IFRS 10 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IFRS 11 (novo), ‘Acordos conjuntos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 11 centra-se nos direitos e obrigações dos acordos conjuntos em vez da forma legal. Acordos conjuntos podem ser Operações conjuntas (direitos sobre ativo e obrigações) ou Empreendimentos conjuntos (direitos sobre o ativo líquido por aplicação do método da equivalência patrimonial). A consolidação proporcional deixa de ser permitida. A Entidade aplicará a IFRS 11 no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IFRS 12 (novo) – ‘Divulgação de interesses em outras entidades’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta norma estabelece os requisitos de divulgação para todos os tipos de interesses em outras entidades, incluindo empreendimentos conjuntos, associadas e entidades de fim específico, de forma a avaliar a natureza, o risco e os impactos financeiros associados ao interesse da Entidade. Uma Entidade pode efetuar algumas ou todas as divulgações sem que tenha de aplicar a IFRS 12 na sua totalidade ou as IFRS 10 e 11 e as IAS 27 e 28. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IFRS 13 (novo) – ‘Justo valor: mensuração e divulgação’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IFRS 13 tem como objetivo aumentar a consistência, ao estabelecer uma definição precisa de justo valor e constituir a única fonte dos requisitos de mensuração e divulgação do justo valor a aplicar de forma transversal por todas as IFRS. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IAS 27 (revisão 2011) ‘Demonstrações financeiras separadas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 27 foi revista após a emissão da IFRS 10 e contém os requisitos de contabilização e divulgação para investimentos em subsidiárias, e empreendimentos conjuntos e associadas quando uma Entidade prepara demonstrações financeiras

separadas. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

- IAS 28 (revisão 2011) 'Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. A IAS 28 foi revista após a emissão da IFRS 11 e prescreve o tratamento contabilístico dos investimentos em associadas e estabelece os requerimentos para a aplicação do método da equivalência patrimonial. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IAS 19 (revisão 2011), 'Benefícios aos empregados' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta revisão introduz diferenças significativas no reconhecimento e mensuração dos gastos com benefícios definidos e benefícios de cessação de emprego, bem como nas divulgações a efetuar para todos os benefícios concedidos aos empregados. Os desvíos atuariais passam a ser reconhecidos de imediato e apenas nos "Outros rendimentos integrais (não é permitido o método do corredor). O custo financeiro dos planos com fundo constituído é calculado na base líquida da responsabilidade não fundeada. Os Benefícios de cessação de emprego apenas qualificam como tal se não existir qualquer obrigação do empregado prestar serviço futuro. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IFRS 7 (alteração), 'Divulgações – compensação de ativo e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de "compensação de ativo e passivos" do IASB e introduz novos requisitos de divulgação sobre os direitos de compensação (de ativo e passivos) não contabilizados, os ativo e passivos compensados e o efeito destas compensações na exposição ao risco de crédito. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.
- IAS 32 (alteração) 'Compensação de ativo e passivos financeiros' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014). Esta norma está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta alteração é parte do projeto de "compensação de ativo e passivos" do IASB a qual clarifica a expressão "deter atualmente o direito legal de compensação" e clarifica que alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) podem ser equivalentes à compensação por montantes líquidos. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

(ii) Interpretações:

- IFRIC 20 (nova), 'Custos de remoção na fase de produção de uma mina de superfície' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013). Esta interpretação está ainda sujeita ao processo de adoção pela União Europeia. Esta interpretação refere-se ao registo dos custos de remoção de resíduos na fase inicial de uma mina de superfície, como um ativo, considerando que a remoção dos resíduos gera dois benefícios potenciais: a extracção imediata de recursos minerais e a abertura de acesso a quantidade adicionais de recursos minerais a extrair no futuro. A Entidade aplicará esta norma no exercício em que a mesma se tornar efetiva.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativo e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4).

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativo e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2 PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de acionistas ou Sócios e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de

terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, na rubrica "Interesses não controlados". As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

As perdas acumuladas de uma subsidiária são atribuídas aos interesses não controlados, nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controlados negativos.

Na aquisição de empresas é seguido o método da compra. Os ativo e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativo e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como um goodwill (Nota 2.2 c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativo e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como ganho nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses dos detentores de interesses não controlados são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativo e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas, por

contrapartida de ganhos ou perdas do período, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativo e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como goodwill e mantidas no valor da rubrica "Participações financeiras – Método da Equivalência Patrimonial" (Nota 2.2 c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados "Outros Rendimentos e Ganhos", após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

c) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, acrescido da quota-parte dos interesses não controlados no justo valor dos ativo e passivos adquiridos (incluindo os passivos contingentes), ou alternativamente, acrescido do justo valor da participação dos interesses não controlados na filial adquirida, e o justo valor dos ativo e passivos líquidos totais da filial adquirida, quando positivas, são registadas na rubrica "goodwill" (Nota 9), e quando negativas, são registadas como ganhos diretamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas associadas e o montante atribuído ao justo valor dos ativo e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas, são registadas na própria rubrica "Participações financeiras – Método de Equivalência Patrimonial (MEP)", e quando negativas, são registadas como ganhos diretamente na demonstração dos resultados, após reconfirmação do justo valor atribuído.

O valor do goodwill não é amortizado sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se espera que surjam do uso continuado do ativo. As perdas por imparidade do goodwill registadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica "Imparidades em investimentos não depreciáveis".

As perdas por imparidade relativas ao goodwill não podem ser revertidas.

d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativo e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os gastos e os rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no período. A diferença cambial gerada após 1 de janeiro de 2010 é registada no capital próprio.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

Nos exercícios de 2011 e 2010, as taxas de câmbio utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais estrangeiras foram as seguintes:

						2011
Empresa	Moeda	Câmbio Final 2011	Câmbio Histórico Médio 2011	Data Constituição / Aquisição	Câmbio Final 2010	
ASC CONSTRUCTION EQUIPMENT, INC.	USD	1,2939	1,3920	1,3621	1,3362	
ASC TÜRK MAKINA, LIMITED SİRKETİ	TRL	2,4432	2,3376	1,937	2,0491	
ASC BOGAZICI MAKINA YATIRIM HOLDING A.S	TRL	2,4432	2,3376	1,937	2,0491	
ART HAVA VE RAY EKİPMANLARI LTD. STİ	TRL	2,4432	2,3376	1,937	2,0491	

						2010
Empresa	Moeda	Câmbio Final 2010	Câmbio Histórico Médio 2010	Data Constituição / Aquisição	Câmbio Final 2009	
ASC CONSTRUCTION EQUIPMENT, INC.	USD	1.3362	1.3257	1.3621	1.4406	
ASC TÜRK MAKINA, LIMITED SİRKETİ	TRL	2.0491	1.9655	1.937	2.1547	

2.3 PRINCIPAIS CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS

Os principais critérios valorimétricos usados pelo Grupo AUTO – SUECO COIMBRA, na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas são os seguintes:

a) Ativo fixos tangíveis

Os ativo fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativo fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativo fixos tangíveis são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Imparidade de Investimentos Depreciáveis/ Amortizáveis" da demonstração dos resultados.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os bens estejam em condições de utilização, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	20-50
Equipamento básico	7-16
Equipamento de transporte	4-5
Ferramentas e utensílios	4-14
Equipamento administrativo	3-14
Outras imobilizações corpóreas	4-8

As despesas com reparação e manutenção do ativo fixo tangível são consideradas como gasto do período em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens, são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativo fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativo são transferidos para ativo fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativo subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativo fixos tangíveis são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Ativo intangíveis

Os ativo intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativo intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativo intangíveis.

Os ativo intangíveis são amortizados, pelo método das quotas constantes, durante um período de três a cinco anos,

exceto os relacionados com os direitos de concessão, os quais se consideram de vida útil indefinida, e como tal, não são amortizados, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade.

As amortizações do período dos ativo intangíveis são registadas na demonstração dos resultados, na rubrica "Gastos de depreciação e amortização".

c) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que correspondem a ativo imobiliários detidos para obtenção de rendimento através do seu arrendamento ou para valorização do capital, e não para uso na produção ou fornecimento de bens e serviços ou para fins administrativos, são registadas ao custo de aquisição, sendo o respetivo justo valor objeto de divulgação (Nota 8).

As propriedades de investimento adquiridas até 1 de janeiro de 2009 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao seu "deemed cost", o qual corresponde ao seu custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (e nos países das respetivas subsidiárias do Grupo) até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As propriedades de investimento adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade acumuladas.

Sempre que o justo valor destes ativo se revele inferior ao seu respetivo valor escriturado é registada uma perda de imparidade no período em que esta é estimada, por contrapartida da rubrica "Imparidades em investimentos depreciáveis/amortizáveis" na demonstração dos resultados. No momento em que as perdas por imparidade acumuladas registadas se deixem de verificar, são imediatamente revertidas por contrapartida da rubrica "Outros rendimentos e ganhos" na demonstração dos resultados até ao limite do montante que teria sido determinado, líquido de amortizações ou depreciações, se nenhuma perda de imparidade tivesse sido reconhecida em períodos anteriores.

O justo valor das propriedades de investimento que é objeto de divulgação foi determinado com base em avaliações imobiliárias efetuadas por entidades especializadas independentes.

d) Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação; e como (ii) locações operacionais, se

através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os bens adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no ativo fixo tangível e as correspondentes responsabilidades são registadas como contas a pagar a fornecedores de investimentos. As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital, sendo os encargos financeiros imputados aos exercícios durante o prazo de locação, tendo em consideração uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo, sendo o ativo fixo tangível depreciado conforme descrito na Nota 2.3.a.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam (Nota 34).

e) Inventários

As mercadorias pertencente aos grupos dos equipamentos de construção e veículos são valorizadas ao custo específico de aquisição, as peças, as componentes e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição, os quais são inferiores ao respetivo valor de mercado.

Os trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado. Os custos de produção incluem o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra direta, gastos gerais de fabrico e serviços executados no exterior.

As perdas de imparidade acumuladas refletem a diferença entre o custo de aquisição e/ou de produção e o valor realizável líquido de mercado dos inventários.

f) Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas "Outras contas a pagar" sendo reconhecidos como ganho na demonstração dos

resultados, proporcionalmente às amortizações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

g) Imparidade de ativo, exceto goodwill e direitos de concessão

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativo detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. Para avaliar os indícios de imparidade dos ativos o Grupo usa as fontes externas e internas disponíveis, que se mostrem mais adequadas, tais como (i) a diminuição significativamente superior ao esperado, no período, do valor de mercado e um ativo (ii) alteração do ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal, com uma incidência direta no ativo ou na própria entidade (iii) a quantia escriturada do ativo é superior à sua capitalização de mercado (iv) está disponível evidência de obsolescência ou dano físico do ativo (v) existe evidência de que o desempenho económico de um ativo é, ou será significativamente inferior ao esperado.

Em particular as evidências da existência de imparidade nas contas a receber surgem quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo

de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários os quais são posteriormente revistos e ajustados pelos departamentos responsáveis de forma a garantir que o valor dos inventários não excede o seu valor realizável líquido.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida, tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como "Outros ganhos operacionais". Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (liquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

h) Encargos financeiros

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos (juros, prémios, custos acessórios e juros de locações financeiras) são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período em que são incorridos, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

i) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa do seu justo valor a essa data (Nota 25).

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

j) Instrumentos financeiros

i) Investimentos

O Grupo classifica os investimentos financeiros nas seguintes categorias: 'Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados', 'Investimentos detidos até à maturidade' e 'Investimentos disponíveis

para venda'. A classificação depende da intenção subjacente à aquisição do investimento.

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Esta categoria divide-se em duas subcategorias: 'ativo financeiros detidos para negociação' e 'investimentos mensurados ao justo valor através de resultados'. Um ativo financeiro é classificado nesta categoria se for adquirido com o propósito de ser vendido no curto prazo ou se a adoção da valorização através deste método elimine ou reduza significativamente um desfazamento contabilístico. Os instrumentos derivados são também classificados como detidos para negociação, exceto se estiverem afetos a operações de cobertura. Os ativos desta categoria são classificados como ativo correntes no caso de serem detidos para negociação ou se for expectável que se realizem num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo AUTO - SUECO COIMBRA não detinha instrumentos financeiros inseridos nas categorias "ativo financeiros detidos para negociação" e "instrumentos mensurados ao justo valor através de resultados".

Investimentos detidos até ao vencimento

Esta categoria inclui os ativos financeiros, não derivados, com reembolsos fixos ou variáveis, que possuem uma maturidade fixada e relativamente aos quais é intenção do Conselho de Administração, a manutenção dos mesmos até à data do seu vencimento. Estes investimentos são classificados como ativo não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Investimentos disponíveis para venda

Incluem-se aqui os ativos financeiros, não derivados, que são designados como disponíveis para venda ou aqueles que não se enquadram nas categorias anteriores. Esta categoria é incluída nos ativos não correntes, exceto se o Conselho de Administração tiver a intenção de alienar o investimento num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo AUTO - SUECO COIMBRA detinha investimentos classificados nesta categoria que correspondem a ações de entidades cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext Lisboa).

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago; no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e

investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira correspondente à sua cotação em bolsa de valores, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Os investimentos financeiros disponíveis para venda representativos de partes de capital em ações de empresas não cotadas são registados ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição.

Todas as compras e vendas de investimentos financeiros são reconhecidas à data da transação, isto é, na data em que o Grupo assume todos os riscos e obrigações inerentes à compra ou venda do ativo. Os investimentos são todos inicialmente reconhecidos ao justo valor mais custos de transação, sendo a única exceção os "investimentos registados ao justo valor através de resultados". Neste último caso, os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos são desreconhecidos quando o direito de receber fluxos financeiros tiver expirado ou tiver sido transferido e, conseqüentemente, tenham sido transferidos todos os riscos e benefícios associados.

Os "investimentos disponíveis para venda" e os "investimentos registados ao justo valor através de resultados" são posteriormente mantidos ao justo valor por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os "Investimentos detidos até à maturidade" são registados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos "Investimentos registados ao justo valor através de resultados" são registados na demonstração dos resultados do período. Os ganhos e perdas, realizados ou não, provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos não monetários classificados como disponíveis para venda, são reconhecidos no capital próprio, até ao momento do investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

O justo valor dos investimentos financeiros disponíveis para venda é baseado nos preços correntes de mercado. Se o mercado em que os investimentos estão inseridos não for um mercado ativo/ líquido (investimentos não cotados), o Grupo regista ao custo de aquisição, tendo em consideração a existência ou não de perdas por imparidade. É convicção do Conselho de Administração do Grupo que o justo valor destes investimentos não difere significativamente do seu custo de aquisição. O justo valor dos investimentos cotados é calculado com base na cotação de fecho do mercado bolsista onde os mesmos são transaccionados, à data da demonstração da posição financeira.

O Grupo efetua avaliações à data de cada demonstração da posição financeira sempre que exista evidência objectiva de que um ativo financeiro possa estar em imparidade. No caso de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do seu justo valor para níveis inferiores ao seu custo, num contexto de estabilidade do mercado, é indicativo de que o ativo se encontra em situação de imparidade. Se existir alguma evidência de imparidade para "Investimentos disponíveis para venda", as perdas acumuladas – calculadas pela diferença entre o custo de aquisição e o justo valor deduzido de qualquer perda de imparidade anteriormente reconhecida na demonstração dos resultados – são retiradas do capital próprio e reconhecidas na demonstração dos resultados.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

ii) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros que não vençam juros são registadas pelo seu valor nominal, deduzido de eventuais perdas por imparidade para que as mesmas reflitam o seu valor presente realizável líquido. Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

As dívidas de terceiros que vençam juros (nomeadamente as respeitantes a vendas de viaturas a prestações) são registadas no ativo pelo seu valor total, sendo a parcela respeitante aos juros registada no passivo, como um rendimento a reconhecer e reconhecida na demonstração dos resultados em função do seu vencimento.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

iv) Dívidas a terceiros

As dívidas a terceiros são registadas pelo seu valor nominal. Estes montantes não são descontados por não se considerar material o efeito da sua atualização financeira.

v) Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem como política a utilização de instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de reduzir a sua exposição a esses riscos. Os instrumentos financeiros derivados normalmente utilizados correspondem a “Swaps” de taxa de juro (“Cash flow hedges”) e visam a cobertura do risco de variação da taxa de juro em empréstimos obtidos.

Estes instrumentos derivados, embora contratados com os objetivos atrás referidos (fundamentalmente derivados sob a forma ou incluindo opções de taxa de juro), em relação aos quais a empresa não aplicou “hedge accounting”, são inicialmente registados pelo seu custo, que corresponde ao seu justo valor e posteriormente reavaliados ao seu justo valor, cujas variações, calculadas através de avaliações efetuadas pelas entidades bancárias com quem o Grupo celebra os respetivos contratos, afetam diretamente as rubricas de resultados financeiros, da demonstração consolidada dos resultados.

Em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 o grupo não tinha operações deste tipo abertas.

vi) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

k) Ativo e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativo contingentes são possíveis ativo que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativo contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

l) Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativo e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativo e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativo são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como perdas ou ganhos do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

m) Consolidação fiscal

Os impostos sobre o rendimento do exercício são calculados em Portugal com base no Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades ("RETGS"), o qual inclui as empresas com sede em Portugal, nas quais a AUTO - SUECO COIMBRA S.A., detém há mais de um ano uma percentagem de detenção igual ou superior a 90%, a saber: Auto-Sueco Coimbra S.A., Cotiac SGPS, Lda., Volrent Aluguer de Máquinas e Equipamentos, Unipessoal, Lda., Auto-Sueco Coimbra 2 Vehcles, Unipessoal, Lda., Auto-Sueco Coimbra Máquinas e Equipamentos de Construção, Unipessoal, Lda., Ascendum Portugal Serviços de Gestão, S.A., Tractorrastos Sociedade Vendedora de Acessórios, Lda.

Em Espanha os impostos sobre o rendimento das filiais - Auto Maquinária Tea Aloya, S.L., Volmaquinaria de Construcción España, S.A., e Tea Aloya Inmobiliaria, S.A.U., são apurados de forma consolidada.

As restantes empresas do Grupo são tributadas em base individual e em conformidade com a legislação aplicável.

n) Especialização de exercícios e Rédito

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são regista-

das nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas "Outros contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos".

Os ganhos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Gerência /Administração, das empresas do Grupo. O rédito é reconhecido líquido de impostos e descontos comerciais, pelo justo valor do montante recebido ou a receber, sendo que:

- O rédito da venda é reconhecido na demonstração dos resultados quando parte significativa dos riscos e benefícios inerentes à posse dos ativo seja transferida para o comprador, seja provável que benefícios económicos fluam para o Grupo e que o montante dos referidos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado;
- O rédito da prestação de serviços corresponde ao preço pago pelas reparações efetuadas nos equipamentos e veículos dos clientes.

O gasto destas reparações inclui os materiais e mão-de-obra incorporados, sendo o custo final e concomitantemente o preço a pagar pelos clientes conhecido apenas na data da conclusão das reparações, com a emissão da respetiva fatura e entrega do bem reparado ao cliente, sendo também esse o momento em que o respetivo rédito é reconhecido.

Os equipamentos adquiridos pelos clientes através de contratos de locação, por eles negociados junto de entidades financeiras, nos quais exista um compromisso de retoma, são reconhecidos como rédito, no momento da entrega dos mesmos aos clientes, sempre que são transferidos para o cliente os riscos e vantagens inerentes à posse do bem. Este tipo de contratos é reconhecido como leasing operacional se os riscos não são transferidos.

Os dividendos são reconhecidos como rédito no exercício em que são atribuídos.

o) Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

A legislação comercial Espanhola estabelece que pelo menos 10% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva enquanto não atingir o limite mínimo de 20% do capital social só pode

ser utilizada para cobertura de prejuízos e desde que não existam outras reservas disponíveis para o efeito.

A legislação Americana não prevê a exigência da constituição de qualquer reserva legal.

A legislação comercial Turca estabelece que do resultado líquido anual, seja constituída uma primeira reserva de 5% adicionada de uma segunda reserva de 10% sobre 90% do resultado líquido anual, representando uma reserva total de 14% que deve ser retirada aos respetivos lucros anuais.

p) Classificação de demonstração da posição financeira

Os ativo realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativo e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativo e os passivos por impostos diferidos.

q) Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativo e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e perdas na demonstração consolidada dos resultados do período.

r) Informação por localização geográfica

Em cada exercício é identificado a informação dos negócios por geografia relativa ao Grupo AUTO – SUECO COIMBRA.

A informação relativa ao rédito, é incluída na Nota 32.

s) Ativo não correntes detidos para venda

Os ativo não correntes (e o conjunto de ativo e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda, e não do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativo e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativo não correntes (e o conjunto de ativo e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabi-

lístico ou justo valor, deduzido de custos com a sua venda.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não existiam ativo não correntes detidos para venda.

t) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 incluem:

- a) Vidas úteis dos ativo tangíveis e intangíveis;
- b) Registo de ajustamentos aos valores do ativo (contas a receber e inventários) e provisões;
- c) Testes de imparidade realizados ao goodwill;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

u) Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado (incluindo risco de taxa de câmbio, risco de taxa de juro e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração tem definido os principais princípios de gestão de risco global e bem assim políticas específicas para algumas áreas, como sejam o risco de taxa de juro e o risco de crédito.

i) Risco de taxa de câmbio

Conforme mencionado na Nota 2.2.d), os ativo e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio existentes à data de demonstração da posição financeira e as perdas e ganhos dessas demonstrações financeiras são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média do exercício. A diferença cambial resultante é registada no capital próprio na rubrica "Resultados Transitados e Ajustamentos em Investimentos".

	Ativo		Passivos	
	Dec-11	Dec-10	Dec-11	Dec-10
Lira Turca (TL)	71 523 504	12 032 251	41 914 888	10 106 502
Dolar Americano (USD)	81 016 980	78 932 399	70 418 048	78 627 438
Total do Balanço Consolidado- IFRS	410 091 164	362 827 144	270 280 291	237 249 430

ii) Risco de preço

O risco de preço traduz o grau de exposição de uma empresa às variações de preço formado em mercados de plena concorrência, relativamente às mercadorias que integrem, em cada momento, os seus inventários, bem assim de outros ativo e instrumentos financeiros que a empresa possua, com a intenção de venda futura.

- 1) A gestão do risco de preço do Grupo relacionado com as mercadorias em armazém é essencialmente controlado pelos departamentos comerciais de cada uma das empresas, de acordo com políticas aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo. Nesse sentido, o Conselho de Administração emana orientações visando antecipar as tendências de variação dos preços das mercadorias comercializadas e adequando a política de compras e gestão de stocks da forma mais adequada às circunstâncias. É convicção do Conselho de Administração do Grupo AUTO - SUECO COIMBRA, que o risco de preço relacionado com as mercadorias em armazém está razoavelmente controlado.

O investimento global de 23.900.000 USD efetuado nos Estados Unidos, foi financiado com recurso a empréstimo bancário, tendo sido designado como instrumento de cobertura o montante de 11.900.000 USD, de forma a compensar as variações simétricas de taxa de câmbio, relacionadas com o investimento no capital social da subsidiária, no valor de 11.900.000 USD.

À data de 31 de dezembro de 2011, a parcela designada como instrumento de cobertura do investimento no capital social da subsidiária, era de 4.950.000 USD.

O montante de ativo e passivos incluídos no Balanço Consolidado, em euros, com origem na transposição de Demonstrações Financeiras em moeda diferente do Euro, pode ser resumido da seguinte forma:

- 2) A gestão do risco de preço relacionado com outros ativo e instrumentos financeiros apresenta um nível de exposição maior, e os mecanismos para o controlar/ minimizar podem implicar a utilização de instrumentos de cobertura mais sofisticados.

O Grupo detinha em 31 de dezembro de 2011 uma carteira de títulos disponível para venda representativos de instrumentos de capital próprio de empresas cotadas na Bolsa de Valores de Lisboa, conforme se apresenta:

- 7.878.702 Ações do Banco Português de Investimento,
- 82.648 Ações do Banco Millennium BCP

A sensibilidade do Grupo a variações da cotação nos referidos Investimentos disponíveis para venda face à cotação registada a 30 de dezembro de 2011, pode ser resumida como se segue (aumentos/ (diminuições)):

2011				
Investimentos disponíveis para venda	Variação	Resultados	Capital Próprio	Total
BPI	-10%		(378 178)	(378 178)
	-20%		(756 355)	(756 355)
	10%		378 178	378 178
	20%		756 355	756 355
BCP	-10%		(1 124)	(1 124)
	-20%		(2 248)	(2 248)
	10%		1 124	1 124
	20%		2 248	2 248

Nota: Valores sem o efeito fiscal

iii) Risco de taxa de juro

O endividamento do Grupo encontra-se sobretudo indexado a taxas de juro variáveis, expondo o custo da dívida a um risco elevado de volatilidade. O impacto desta volatilidade nos resultados ou no capital próprio do Grupo não é significativo pelo efeito dos seguintes fatores: (i) possível correlação entre o nível de taxas de juro de mercado e o crescimento económico, com este a ter efeitos positivos em outras linhas dos resultados consolidados (nomeadamente operacionais) do Grupo, por essa via parcialmente compensando os custos financeiros acrescidos ("natural hedge"); e (ii) existência de liquidez ou disponibilidades consolidadas igualmente remuneradas a taxas variáveis.

O Conselho de Administração do Grupo aprova os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado, é responsável pela decisão sobre a contratação pontual de instrumentos financeiros derivados destinados à cobertura do risco de taxa de juro.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/ (diminuições)):

2011				2010	
	Variação	Resultados	Capital Próprio	Resultados	Capital Próprio
Empréstimos bancários	1 p.p	1 504 577		1 393 514	
Empréstimos bancários	(1 p.p)	(1 504 577)		(1 393 514)	

iv) Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez no Grupo AUTO – SUECO COIMBRA tem por objetivo:

- (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respetivas datas de vencimento bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos;
- (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e
- (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que as Empresas maximizam o valor / minimizam o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A estratégia adotada pelo GRUPO, para a gestão do risco de liquidez assenta, entre outros, nos seguintes vetores:

- (i) Planeamento financeiro e gestão financeira integrada do grupo, suportado nos orçamentos de tesouraria das várias empresas;
- (ii) Diversificação das fontes de financiamento e adequação da maturidade dos compromissos, com o ritmo de geração da liquidez;
- (iii) Adequação da maturidade dos compromissos financeiros, relativos a investimentos em ativo não correntes, com o ritmo de geração de liquidez dos mesmos;
- (iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, para fazer face a picos pontuais de necessidades de tesouraria.

Todo e qualquer excedente de liquidez é aplicado da forma que melhor sirva os objetivos de liquidez e rentabilidade do Grupo, que em aplicações financeira de curto prazo, quer na amortização de dívida de curto prazo, de acordo com critérios de razoabilidade económico-financeira.

A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada nas Notas 20 e 22, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 120.624.961 Euros e 133.519.608 Euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 20) e caixa e equivalentes de caixa (Nota 16) contratados junto de diversas instituições.

O Grupo dispõe de linhas de crédito no valor de 122 milhões de euros que poderão ser utilizadas em caso de necessidade.

v) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional.

A gestão deste risco tem por objetivo garantir a efetiva cobrança dos créditos nos prazos estabelecidos sem afetar o equilíbrio financeiro do Grupo. Este risco é monitorizado de forma regular, sendo que o objetivo da gestão é (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando prazos médios de recebimento de clientes, grupos homogêneos de clientes e individualmente por cliente, (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido e (iii) efetuar análises de imparidade aos montantes a receber numa base regular.

O Grupo obtém garantias de crédito, sempre que a situação financeira de um cliente assim o recomende.

O Grupo recorre igualmente a agências de avaliação de crédito e possui departamentos específicos de controlo de crédito, cobrança e de gestão de processos em contencioso, que contribuem para mitigar tal risco.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 encontram-se divulgados na Nota 25.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 25.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

vi) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÃO DE ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas nem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

4. EMPRESAS DO GRUPO INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como se segue:

Empresas	Percentagem de participação efetiva		Consolidação
	Dez-11	Dez-10	
AUTO SUECO (COIMBRA), S.A.		Empresa-mãe	Integral
AIR-RAIL, S.L.	50%	50%	Integral
AMPLITUDE IBERICA, S.L.	47%	47%	Eq. Patrimonial
ASC CONSTRUCTION EQUIPMENT, INC.	100%	100%	Integral
ASC TÜRK MAKINA, LIMITED SIRKETI	100%	100%	Integral
ASCENDUM MAKINA YATIRIM HOLDING A.S	100%	n/a	Integral
ART HAVA VE RAY EKIPMANLARI LTD. STI	92,5%	n/a	Integral
ASCENDUM PORTUGAL, Unipessoal, LDA.	100%	100%	Integral
AUTO MAQUINARIA TEA ALOYA, S.L.	100%	100%	Integral
GLOMAK SGPS, S.A.	99,3%	n/a	Integral
COTIAC - SGPS, Unipessoal, LDA.	100%	100%	Integral
AUTO-SUECO (COIMBRA), 2 VEHICLES, Unipessoal, LDA	100%	100%	Integral
AUTO-SUECO (COIMBRA), Máquinas e Equipamentos Industriais, Unipessoal, LDA	100%	100%	Integral
AIR-RAIL (PORTUGAL), Sociedade Unipessoal, LDA.	50%	50%	Integral
Importadora Distribuidora de Maquinaria Industrial ZEPHIR, S.L.	50%	50%	Integral
TEA ALOYA INMOBILIARIA, S.A.U.	100%	100%	Integral
TRACTORRASTOS - Sociedade vendedora de acessórios, LDA.	100%	100%	Integral
VOLMAQUINARIA DE CONSTRUCCIÓN DE ESPAÑA, S.A.	100%	100%	Integral
VOLRENT, Aluguer de máquinas e equipamentos, Unipessoal, LDA.	100%	100%	Integral
VOLRENTAL NORTE, S.A.	a)	33%	Eq. Patrimonial
VOLRENTAL ATLÁNTICO, S.A.U.	68,89%	68,89%	Integral
VOLRENTAL CANTÁBRICO, S.A.	100%	60%	Integral
VOLRENTAL CORDOBA, S.A.	100%	52%	Integral
VOLRENTAL, S.A.U.	100%	100%	Integral

a) A participação na Volrental Norte S.A foi vendida durante o exercício de 2011

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método da consolidação integral, conforme estabelecido pelo IAS 27 – “Demonstrações financeiras consolidadas e separadas” (controlo da subsidiária através da maioria dos direitos de voto, ou de outro mecanismo, sendo titular de capital da empresa – Nota 2.2 a)).

5. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação:

- **Adição de novas empresas por subscrição de capital social:**
 - Glomak, SGPS, S.A.
- **Adição de novas empresas por subscrição do capital social constitutivo:**
 - ASC Bogazici Makina Yatirim Holding Anonim Sirketi, que entretanto alterou a sua designação social para Ascendum Makina Yatirim Holding Anonim Sirketi.
 - Art Hava Ve Ray Ekipmanlari Ltd.
- **Supressão de empresas:**
 - A empresa Volmaquinaria de Construcción España, S.A., vendeu a sua participação na Volrental Norte, S.A.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, verificaram-se as seguintes variações na composição do perímetro de consolidação:

- **Adição de novas empresas por aquisição das respetivas partes sociais:**
 - Air Rail, S.L.
 - ASC Turk Makina. Limited Sirketi
 - Importadora, Distribuidora de Máquinaria Industrial, ZEPHIR, S.L.

- Adição de novas empresas por subscrição do capital constitutivo:

- Iber Rail – Equipamentos para aeroportos, portos e ferrovias, Sociedade Unipessoal, Lda., que entretanto alterou a sua designação social para Air-Rail (Portugal), Sociedade Unipessoal, Lda.

- Supressão de empresas:

- Com efeitos contabilísticos reportado a 01 de janeiro de 2010, procedeu-se a uma operação de fusão de que resultou a incorporação das sociedades ESCAT e AÇORCAT, na sociedade TRACTORRASTOS. Daqui resultou a supressão em 2010 do perímetro da consolidação das sociedades incorporadas tendo os ativo líquidos à data a que se reportou a fusão sido incorporados no balanço da sociedade TRACTORRASTOS.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativo intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2011	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Programas de Computador	Ativo Intangíveis em Curso	Total
Ativo bruto						
Saldo inicial de 2011	0	0	4 988 188	14 636	53 332	5 056 155
Entradas no perímetro (Glomak)	0	0	365 365	0	2 276	367 641
Adições	0	0	0	577 338	8 022	585 360
Alienações	0	0	(733 172)	0	0	(733 172)
Transferências e abates	0	0	113 080	61 354	(61 354)	113 080
Saldo final em 31 de dezembro de 2011			4 733 461	653 328	2 276	5 389 064
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial 2011	0	0	(601 950)	(396)	0	(602 346)
Entradas no perímetro (Glomak)	0	0	(4 916)	0	(1 908)	(6 824)
Amortização do exercício	0	0	(9 607)	(141 125)	152	(150 580)
Alienações, abates e transferências	0	0	0	0	0	0
Saldo final em 31 de dezembro de 2011	0	0	(616 473)	(141 521)	(1 756)	(759 750)
Valor líquido	0	0	4 116 988	511 807	520	4 629 314

2010	Despesas de Instalação	Despesas de Desenvolvimento	Propriedade Industrial e outros direitos	Programas de Computador	Ativo Intangíveis em Curso	Total
Ativo bruto						
Saldo inicial de 2010	14.677	0	4.398.156	0	0	4.412.832
Adições	0	0	286.639	11.723	53.332	351.694
Alienações	0	0	0	0	0	0
Transferências e abates	(14.677)	0	303.393	2.913	0	291.629
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	0	0	4.988.188	14.636	53.332	5.056.155
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Saldo inicial 2010	(11.211)	0	(389.284)	0	0	(400.495)
Amortização do exercício	(1.733)	0	(201.927)	(396)	0	(204.056)
Alienações, abates e transferências	12.944	0	(10.739)	0	0	2.205
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	0	0	(601.950)	(396)	0	(602.346)
Valor líquido	0	0	4.386.238	14.240	53.332	4.453.809

A alienação constante do mapa de Ativo Intangíveis, decorre essencialmente da venda da parte correspondente ao Estado do Alabama nos EUA, no contrato de concessão (Dealership Agreement) existente.

Esta alienação enquadra-se no contexto mais vasto de venda da operação do Estado do Alabama, pelo montante de 7,7 milhões de dólares, ocorrida em 2011, tendo gerado um ganho de 4,7 milhões de euros (nota 33).

Durante o exercício de 2011, as adições de programas de computador, eram maioritariamente compostas por

adquisições de software na ASC Turk, nomeadamente a licenças do SAP, licenças do Office, e outras licenças, como por exemplo Symantec.

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nos ativo fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

2011	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativo Fixos Tangíveis	Ativo Tangíveis em Curso	Total
Ativo bruto								
Saldo inicial de 2010	17 293 607	36 766 513	56 163 247	7 447 645	16 689 667	7 369 862	3 697 813	145 428 354
Entradas no perímetro (Glomak)	5 040 383	6 673 975	5 194 817	1 217 216	965 605	145 826	139 782	19 377 604
Adições	92 464	608 572	11 078 709	1 293 902	919 248	2 659 865	210 975	16 863 736
Alienações, abates e transferências	0	(227 583)	(13 742 577)	(1 629 084)	(473 802)	(10 260)	0	(16 083 304)
Transferências	0	3 135 768	0	0	0	30 344	(3 166 112)	0
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	22 426 454	46 957 245	58 694 196	8 329 679	18 100 719	10 195 637	882 459	165 586 389
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial 2010	0	(15 150 835)	(28 596 154)	(5 307 365)	(7 879 203)	(1 605 497)	0	(58 539 054)
Entradas no perímetro (Glomak)	0	(1 698 579)	(1 340 299)	(944 880)	(760 121)	(30 369)	0	(4 774 248)
Amortização do exercício	0	(2 074 393)	(12 961 112)	(1 024 371)	(1 064 867)	(382 021)	0	(17 506 764)
Alienações, abates e transferências	0	128 163	10 615 656	1 134 068	270 090	3 246	0	12 151 223
Perda por Imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	0	(18 795 643)	(32 281 909)	(6 142 549)	(9 434 100)	(2 014 641)	0	(68 668 843)
Valor líquido	22 426 454	28 161 602	26 412 287	2 187 130	8 666 619	8 180 996	882 459	96 917 547

2010	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativo Tangíveis em Curso	Total
Ativo bruto								
Saldo inicial de 2010	16.888.005	33.658.243	36.595.776	6.286.621	7.608.023	2.077.157	694.155	103.807.980
Adições	1.010.748	3.804.577	22.723.308	1.277.247	9.081.644	5.292.705	2.809.000	45.999.229
Alienações e abates	(728.750)	(696.307)	(3.155.837)	(116.222)	0	0	194.658	(4.502.458)
Transferências	123.603	0	0	0	0	0	0	123.603
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	17.293.607	36.766.513	56.163.247	7.447.645	16.689.667	7.369.863	3.697.813	145.428.354
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas								
Saldo inicial 2010	0	(12.833.591)	(16.316.993)	(4.163.029)	(5.217.599)	(1.284.468)	0	(39.815.679)
Amortização do exercício	0	(2.752.622)	(11.060.178)	(1.144.337)	(2.661.604)	(321.029)	0	(17.939.770)
Alienações, abates e transferências	0	435.377	(1.218.983)	0	0	0	0	(783.606)
Saldo final em 31 de dezembro de 2010	0	(15.150.835)	(28.596.154)	(5.307.365)	(7.879.203)	(1.605.497)	0	(58.539.054)
Valor líquido	17.293.607	21.615.678	27.567.093	2.140.279	8.810.465	5.764.365	3.697.813	86.889.300

8. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Propriedades de investimento" corresponde a ativo imobiliários detidos pelo Grupo que se encontram a gerar rendimento através do respetivo arrendamento ou para valorização. Estes ativo encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo revalorizado na data da primeira aplicação das IFRS (01-01-2009).

As propriedades de investimento foram objeto de avaliação efetuada por peritos independentes, com referência a 31 de dezembro de 2011 e 2010. Os valores globais que resul-

taram destas avaliações permitiram sustentar os valores evidenciados na Demonstração consolidada da posição financeira do Grupo, aquela data.

Os pressupostos da avaliação usados pelos peritos foram os valores de mercado comparado, ou o valor de mercado.

As propriedades de investimento evidenciadas no balanço consolidado de 2011 e 2010, representavam terrenos que o grupo detém com intenção de valorização futura.

Apresenta-se no quadro seguinte a posição das propriedades de investimento no final de 2011 e 2010:

	dezembro 2010		dezembro 2011	
	Saldo Inicial	Aumentos	Entrada de Perímetro	Saldo Final
AIR RAIL, S.L.	0	8 065	0	8 065
AUTO-SUECO (COIMBRA), S.A.	2 576 033	0	0	2 576 033
GLOMAK, S.G.P.S, Lda.	0	0	77 734	77 734
TEA ALOYA INMOBILIARIA, S.A.	0	78 260	0	78 260
Total	2 576 033	86 325	77 734	2 740 092

Durante o exercício de 2010 e 2011 não se verificou quaisquer rendas ou gastos relacionados com as propriedades de investimento.

9. GOODWILL

Durante o exercício de 2011 a sociedade-mãe – Auto Sueco (Coimbra) S.A., reforçou a sua participação no capital social da sociedade GLOMAK, SGPS, S.A., tendo como consequência, assumido o controlo da referida entidade, à data de 01 de setembro de 2011.

Esta operação foi registada nas contas da participante de acordo com o normativo previsto na IFRS 3 – Concentração das Atividades Empresariais, do qual não resultou o reconhecimento de qualquer goodwill. Esta operação encontra-se mais detalhada na nota 33.

Não obstante, a posição financeira líquida da participada, à data da tomada do controlo, incluía Trespases no montante global de 1.329.953 euros, dos quais um deles com vida útil definida e com amortizações acumuladas no montante de 664.534 euros, cujos montantes foram adicionados à rubrica do goodwill da Demonstração consolidada da posição financeira de 2011 como resultado da variação do respetivo perímetro. O goodwill aportado pela incorporação da GLOMAK originou ainda uma amortização no exercício de 2011 no montante de 23.334 euros.

No exercício de 2011, o goodwill foi ainda diminuído no montante de 3.387.046 euros em resultado do ajustamento, por efeito da variação cambial EUR/TL, do Goodwill relacionado com a aquisição em 2010 da unidade de equipamentos de construção que a Volvo possuía na Turquia e que após a aquisição passou a denominar-se ASC – Turk Makina, Limited, Sirketi.

As variações ocorridas no exercício de 2010 resultaram das seguintes aquisições:

AIR Rail, S.L.:

A AIR RAIL, S.L. é uma sociedade de direito espanhol, e tem como objeto social a comercialização de equipamentos para portos, aeroportos e ferrovias.

De acordo com as condições acordadas, a presidência do Conselho de Administração da AIR RAIL, passou a ser exercida pelo representante da Volmaquinaria o qual tem voto de qualidade nas deliberações tomadas por aquele órgão. A percentagem de participação detida pela Volmaquinaria e o lugar da presidência do Conselho de Administração, preenchem os requisitos para que a AIR RAIL, integre o perímetro da consolidação, pelo método integral.

A aquisição reportou-se a 30 de março de 2010, tendo sido para o efeito elaborado um balanço especial que determinou, face ao preço pago pela aquisição, um Goodwill no montante de € 6.053.838.

Importadora, Distribuidora de Maquinaria Industrial, ZEPHIR, S.L.:

A ZEPHIR, S.L. é uma sociedade de direito Espanhol, e tem como objeto social a comercialização de equipamentos para ferrovias.

De acordo com as condições acordadas, a presidência do Conselho de Administração da ZEPHIR, passou a ser exercida pelo representante da Volmaquinaria o qual tem voto de qualidade nas deliberações tomadas por aquele órgão. A percentagem de participação detida pela Volmaquinaria e o lugar da presidência do Conselho de Administração, preenchem os requisitos para que a ZEPHIR, integre o perímetro da consolidação, pelo método integral.

A aquisição reportou-se a 30 de março de 2010, tendo sido para o efeito elaborado um balanço especial que determinou, face ao preço pago pela aquisição, um Goodwill no montante de € 2.620.298.

ASC – Turk Makina Limited, Sirketi:

Durante o exercício económico de 2010, o Grupo adquiriu a duas subsidiárias da Volvo Construction Equipment A.B (VTC Holding Holland N.V e Volvo Automotive Holding B.V) a unidade de negócios de equipamentos de construção que esta detinha na Turquia, integrada na sociedade de direito Turco, denominada Volvo Otomotive Turk Limited Sirketi (VOT).

A data a que se reportou a aquisição foi 30/06/2010, tendo a Auto-Sueco Coimbra, S.A., adquirido 99% do capital social e os restantes 1% adquiridos pela subsidiária Cotiac, SGPS, Lda.

A aquisição reportou-se a 30/06/2010, tendo sido para o efeito elaborado um balanço especial que determinou, face ao preço pago pela aquisição, um Goodwill no montante de 22.213 milhares de euros, o qual foi ainda reduzido no montante de 1.215.205 euros como resultado do ajustamento, por efeito da variação cambial EUR/TL ocorrida entre a data da aquisição e o final do exercício.

No quadro seguinte divulga-se os saldos iniciais, finais e variações ocorridas nos exercícios de 2011 e 2010 na rubrica do goodwill.

Goodwill	2011	2010
Ativo bruto		
Saldo inicial	34 727 747	4 684 939
Adições	0	31 258 013
Alienações	0	0
Transparências, abates e ajustamentos	(3 387 046)	(1 215 205)
Variações de perímetro	1 329 953	0
Saldo final	32 670 654	34 727 747
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas		
Saldo inicial	(764 318)	(1 130 339)
Amortização do exercício	(23 334)	0
Alienações, abates e transferências	0	366 021
Variações de perímetro	(664 534)	0
Saldo final	(1 452 186)	(764 318)
Valor líquido	31 218 468	33 963 429

Apresenta-se seguidamente de forma discriminada o valor global do goodwill em 31 de dezembro de 2011 e 2010, bem como o método e pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade, associadas a cada um deles:

2011	ASC Máquina	ASC TURK	TRACTORRASTOS	ASCENDUM PORTUGAL	GLOMAK S.G.P.S	AIR-RAIL ESPANHA	GRANADA ESPANHA	ZEPHIR	VOLCATALAN (Barcelona)	Total
Goodwill	7.923	17.610.749	1.135.850	155.000	642.085	6.053.838	2.255.828	2.620.298	736.897	31.218.468
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos									
Taxa de Crescimento (1)	2%	2%	2%	2%	1%	2%	2%	2%	2%	
Taxa de desconto utilizada (2)	13,80%	11,02%	9,69%	13,80%	9,40%	10,83%	10,30%	10,83%	10,30%	

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan
(2) Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados

2010	ASC Máquina	ASC TURK	TRACTORRASTOS	ASCENDUM PORTUGAL	AIR-RAIL ESPANHA	GRANADA ESPANHA	ZEPHIR	VOLCATALAN (Barcelona)	Total
Goodwill	7.923	20.997.795	1.135.850	155.000	6.053.838	2.255.828	2.620.298	736.897	33.963.429
Período Utilizado	Projeções de cash flows para 5 anos								
Taxa de Crescimento (1)	2%	2%	2%	0%	0%	1%	0%	0%	
Taxa de desconto utilizada (2)	12%	12,92%	12%	8,8%	10,4%	10,4%	10,4%	10,4%	

(1) Taxa de crescimento usada para extrapolar os cash flows para além do período considerado no business plan
(2) Taxa de desconto aplicada aos cash flows projetados

O Conselho de Administração, suportado no valor dos fluxos de caixa previsionais, descontados à taxa considerada aplicável, concluiu que, em 31 de dezembro de 2011, o valor contabilístico dos ativos líquidos, incluindo o goodwill, não excede o seu valor recuperável.

As projeções dos fluxos de caixa basearam-se no desempenho histórico e nas expectativas de melhoria de eficiência. Os responsáveis destes segmentos acreditam que uma possível alteração (dentro de um cenário de normalidade) nos principais pressupostos utilizados no cálculo do valor recuperável não irá originar perdas de imparidade.

10. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

10.1 INVESTIMENTOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o grupo manteve disponível para venda a seguinte carteira de títulos (nº de ações):

	2011	2010
BPI	7 878 702	7 162 457
BCP	82 648	71 234

O aumento do número de ações verificado no BPI em 2011, deriva da deliberação dos acionistas em Assembleia Geral, que aprovaram os aumentos de capital social por incorporação de reservas, com distribuição de novas ações a título gratuito aos acionistas.

Os movimentos ocorridos na rubrica “Investimentos disponíveis para venda” em cada um dos exercícios, foi como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Justo valor em 1 de janeiro	9 999 771	15 247 100
Aquisições durante o Ano	0	0
Alienações durante o Ano	0	0
Aumento/(diminuição) no justo valor - Capital	(6 172 609)	(5 247 329)
Aumento/(diminuição) no justo valor - Resultados	(33 199)	0
Outras regularizações	0	0
Justo valor em 31 de dezembro	3 793 963	9 999 771
Ativo Não corrente	3 793 963	9 999 771
Ativo Corrente	0	0
Total	3 793 963	9 999 771

Adicionalmente, o efeito no capital próprio e nas perdas de imparidade nos exercícios de 2011 e 2010 do registo dos

“Investimentos disponíveis para venda” ao seu justo valor pode ser resumido como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Reconhecimento em Resultados pela Alienação	0	0
Variação no justo valor	(6 172 609)	(5 247 329)
Imposto diferido ativo (nota 15)	1 851 284	1 568 578
Efeito no capital próprio	(4 321 325)	(3 678 751)
Perda de imparidade	(33 199)	0

10.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS – OUTROS MÉTODOS

Os montantes indicados no quadro acima estão incluídos na linha das “Participações Financeiras – Outros Métodos” apresentada no Balanço, (2011 - € 4.081.671 e 2010 - € 10.174.511) a qual inclui ainda outras participações financeiras residuais.

	% de participação	Dez-11 Valor global	Dez-10 Valor global
Volrental Norte, S.A.U	33,33%		
Amplitude Ibérica, S.L	47%		
Arnado, Lda	5%	275 563	174 739
Garval - Soc. Garantia Mutua S.A	-		
Vortal, SGPS S.A.	1,23%		

10.1 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2011	2010
Não corrente	246 139	2 500 000
Corrente	6 542 588	0

O saldo apresentado em 2011 no não corrente (246.139 euros), corresponde basicamente a cauções relacionadas com as nossas instalações em Espanha (Volmaquinaria e Air-Rail) e Turquia (Freezone). Em 2010, o montante de 2.500.000 euros era relativo a suprimentos efetuados à Glomak, S.G.P.S, Lda.

No corrente, em 2011 o valor refere-se a bilhetes do tesouro emitidos pelo Estado Turco, e subscritos pela participada ASC Turk (2.102.025 euros), cujo vencimento é superior a 3 meses face à data de balanço, ainda que mobilizável no prazo de 12 meses.

Esta rubrica inclui ainda um depósito a prazo no montante de 4.440.563 euros mobilizável no prazo de 12 meses, que foi constituído como colateral numa operação de financiamento.

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-11	Dez-10
Matérias-primas, Subsidiárias, e de Consumo	0	0
Produtos e Trabalhos em curso	1 320 147	495 607
Produtos acabados e Intermédios	29 816	26 077
Mercadorias	143 400 849	107 123 315
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 25)	(6 146 052)	(4 739 246)
Total	138 604 760	102 905 754

O custo das vendas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi apurado como se segue:

	Dez-11			Dez-10		
	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventários Iniciais	107 123 315	0	107 123 315	91 864 942	0	91 864 942
Compras Líquidas	390 862 810	0	390 862 810	274 102 624	0	274 102 624
Inventários Finais	143 400 849	0	143 400 849	107 123 315	0	107 123 315
Total	354 585 277	0	354 585 277	258 844 251	0	258 844 251

A variação da produção nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi apurada como se segue:

	Produtos acabados, intermédios e produtos e trabalhos em curso	
	Dez-11	Dez-10
Inventários finais	1 349 962	521 684
Regularização de existências	591 438	(344 508)
Inventários iniciais	521 684	991 828
Total	236 840	(125 636)

12. CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Ativo	
	Dez-11	Dez-10
Cientes, conta corrente	74 767 719	76.942.449
Cientes, letras a receber	10 760 782	2.819.882
Cientes cobrança duvidosa	16 020 135	11.235.127
	101 548 636	90.997.458
Perdas de imparidade acumuladas em clientes (Nota 25)	(19 731 210)	-13.150.576
	81 817 426	77.846.882

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se liquidados das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, de acordo com a política contabilística adotada e divulgada e ainda com base na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas na data de demonstração da posição financeira. A concentração de risco de crédito é limitada, uma vez que a base de clientes é abrangente e não relacional. Assim, o Conselho de Administração entende que os valores contabilísticos das contas a receber de clientes se aproximam do seu justo valor.

Os montantes dos saldos dos clientes inscritos no ativo não estão influenciados pelos adiantamentos, por estes efetuados, por conta de serviços e mercadorias a adquirir, os quais são apresentados no passivo, na rubrica de "Adiantamento de Clientes" e que no final de 2011 e 2010 correspondiam a € 2.796.320 e € 3.120.116 respetivamente.

Tendo em conta as condições de venda aplicadas pelas empresas do Grupo, e o facto das transações com pagamentos diferidos a m/l prazo serem realizadas através de instituições financeiras, o montante global da rubrica de clientes representa créditos com vencimentos acordados até 12 meses.

13. OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Dez-11	Dez-10
Adiantamentos a fornecedores	1 248 744	1 795 376
Outras contas a receber	3 751 516	3 144 959
Acréscimos de rendimentos	1 013 911	180 209
Total	6 014 171	5 120 544

Na rubrica de acréscimos de rendimentos, estão essencialmente incluídos juros, garantias, e bónus.

Em outros devedores, consta um valor de 2.174.392 euros relativo a um saldo de interesses não controlados, com origem na participada Air-Rail de Espanha.

14. DIFERIMENTOS - (ATIVO)

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Gastos a reconhecer	Dez-11	Dez-10
Seguros	122 907	0
Rendas	117 453	0
Outros	470 345	804 263
Total	710 705	804 263

O grupo reconhece os gastos de acordo com a especialização económica dos mesmos independentemente de seu pagamento. No final do exercício são diferidos nesta rubrica despesas já pagas mas que apenas devem afetar economicamente o(s) exercício(s) seguinte(s). Os montantes divulgados no quadro supra dizem respeito a pagamentos de seguros, rendas, juros, etc. que em obediência ao princípio contabilístico do acréscimo não deviam afetar os resultados de cada um dos respetivos exercícios.

15. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) O detalhe dos montantes e natureza dos ativo e passivos por impostos diferidos registrados nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem ser resumidos como se segue:

2011	Dez-10	Variação de Perímetro	Impacto e resultados (Nota 28)	Impacto em capitais próprios	Dez-11
Impostos diferidos ativo					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	3 220 016	0	(1 293 249)	50 865	1 977 632
Prejuízos fiscais reportáveis	575 601	1 754 792	54 733	0	2 385 126
Amortizações não aceites fiscalmente	295 213	0	0	0	295 213
Eliminação de margens intra grupo	14 099	530 511	317 424	0	862 034
Diferimentos tributáveis	0	0	0	0	0
Imparidades em Propriedades de investimento	66 944	0	0	0	66 944
Imparidades em investimentos financeiros	3 799 522	0	0	1 851 284	5 650 806
Custos de concentrações empresariais	180 822	0	0	(180 822)	0
	8 152 217	2 285 304	(921 092)	1 721 327	11 237 756
Passivos por impostos diferidos					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(783 998)	0	(464 105)	(82 992)	(1 331 095)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(8 365 446)	0	(1 663 697)	(572 078)	(10 601 221)
Revalorizações de terrenos (AFT e PI)	(1 231 709)	(61 899)	(1 281 475)	0	(2 575 083)
	(10 381 153)	(61 899)	(3 409 277)	(655 070)	(14 507 399)
Efeito líquido	(2 228 936)	2 223 405	(4 330 369)	1 066 257	(3 269 642)

2010	Dez-09	Variação de Perímetro	Impacto e resultados (Nota 28)	Impacto em capitais próprios	Dez-10
Impostos diferidos ativo					
Provisões constituídas e não aceites como custos fiscais	2.504.241	591.000	46.563	78.213	3 220 016
Prejuízos fiscais reportáveis	0	0	575.601	0	575.601
Amortizações não aceites fiscalmente	366.467	0	(71.254)	0	295.213
Eliminação de margens intra grupo	23.522	0	(9.424)	0	14.099
Diferimentos tributáveis	0	0	0	0	0
Imparidades em Propriedades de investimento	66.944	0	0	0	66.944
Imparidades em investimentos financeiros	2.230.945	0	0	1.568.577	3.799.522
Custos de concentrações empresariais	0	0	180.822	0	180.822
	5.192.119	591.000	722.309	1.646.790	8.152.217
Passivos por impostos diferidos					
Amortizações resultantes de reavaliações legais e livres	(473.409)	0	(207.886)	(102.703)	(783.998)
Efeito do reinvestimento de mais valias geradas com alienações de imobilizações	(6.762.133)	0	(834.494)	(768.819)	(8.365.446)
Revalorizações de terrenos (AFT e PI)	(1.231.709)	0	0	0	(1.231.709)
	(8.467.252)	0	(1.042.380)	(871 522)	(10.381.153)
Efeito líquido	(3.275.133)	591.000	(320.071)	775 268	(2.228.935)

Em 2011, os Impostos Diferidos acima apresentados incorporaram movimentos no Ativo relativos essencialmente a:

- (i) Prejuízos fiscais da Glomak S.G.P.S;
- (ii) Redução de imposto de provisões não aceites fiscalmente;
- (iii) Aumento de ativo por imposto diferido relativo à desvalorização das ações do BPI.

Do lado dos passivos por impostos diferidos, ocorreu:

- (i) Um aumento dos passivos por impostos diferidos relacionados com o reinvestimento de mais-valias;
- (ii) Revalorizações de terrenos (Glomak S.G.P.S). Refira-se o montante de 1,3 milhões de euros que deriva da operação de tomada de controlo desta participada, tendo sido reconhecido como uma redução do Goodwill negativo apurado (Nota 33).

b) Prejuízos fiscais reportáveis:

Empresa	Prejuízos fiscais reportáveis	Limite para a utilização do reporte do prejuízo
ASC - 2011	3 215 058	2015
AMTA - 2009	376 204	2024
AMTA - 2010	1 047 004	2025
ASC USA - 2010	11 024 669	2030
ASC USA - 2011	9 132 543	2031

Não foram reconhecidos Ativo por impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais apurados no exercício de 2011 na ASC, S.A, na medida em que à data do balanço não estavam satisfeitos todos os requisitos do parágrafo 34 da IAS – 12.

Nos termos da legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos (6 anos para exercícios findos até 31 de dezembro de 2009 e 4 anos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e 2011) após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período de reporte até 75% do lucro tributável.

Em Espanha, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 15 anos.

Nos Estados Unidos, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de 20 anos.

Na Turquia, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de cinco anos.

As empresas do Grupo AUTO - SUECO COIMBRA sedeadas em Portugal, detidas numa percentagem igual ou superior a 90% há mais de um ano, são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades ("RETGS") previsto nos artigos 70º e 71º do Código do IRC. Para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2011, ao lucro tributável apurado em excesso de 2.000.000 €, acresce uma Derrama Estadual de 2,5%.

De acordo ainda com a legislação em vigor, as declarações fiscais o Grupo AUTO - SUECO COIMBRA e empresas sedeadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, as empresas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

As empresas do Grupo AUTO - SUECO COIMBRA sedeadas em Espanha a seguir indicadas são tributadas de forma consolidada:

- Auto Maquinaria Tea Aloya, S.L.
- Tea Aloya Inmobiliaria S.A.U.
- Volmaquinaria de Construcción España, S.A.
- Volrental S.A.U.

As restantes empresas do grupo sedeadas em Espanha são tributadas de forma individual de acordo com os respetivos lucros tributáveis.

De acordo ainda com a legislação em vigor, as declarações fiscais do Grupo AUTO - SUECO COIMBRA e empresas sedeadas em Espanha estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de quatro anos.

Nos Estados Unidos as declarações fiscais da sociedade do grupo – ASC Construction Equipment Inc., estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de três anos.

Na Turquia as declarações fiscais da sociedade do grupo – ASC Turk Makina Limited Sirketi, estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de 5 anos.

Taxa de Imposto por país:	2011	2010
Portugal	26,50%	26,50%
Espanha	25,00%	25,00%
Estados Unidos da América	30,00%	30,00%
Turquia	20,00%	20,00%

16. CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	Dez-11	Dez-10
Numerário	143 478	93 858
Depósitos bancários	23 146 679	25 424 608
Total	23 290 158	25 518 466

O Grupo tem disponível linhas de crédito em 31 de dezembro de 2011 no montante de, aproximadamente, 122 Milhões de Euros que poderão ser utilizadas para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos financeiros, não havendo qualquer restrição à utilização dessa facilidade.

17. COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2011, o capital da empresa-mãe – AUTO SUECO (COIMBRA), S.A., totalmente subscrito e realizado, está titulado por 15.000.000 de ações nominativas de € 1,00 cada, totalmente subscritas e realizadas.

A identificação das pessoas colectivas com mais de 20% do capital subscrito é a seguinte:

- Ernesto Vieira & Filhos, S.A.	50%
- Auto Sueco, Lda.	50%

18. CAPITAL PRÓPRIO DA SOCIEDADE-MÃE (AUTO-SUECO (COIMBRA), S.A.)

Dividendos

A política de dividendos é da competência da Assembleia Geral dos acionistas.

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Sócios realizada em 30 de junho de 2011, foram distribuídos dividendos no montante de 3.000.000 Euros.

Em relação ao exercício de 2011, o Conselho de Administração transferiu para a conta de Resultados transitados, os Resultados líquidos do exercício, até que os acionistas deliberem sobre a sua aplicação final.

O pagamento dos dividendos que venha a ser deliberado pelos acionistas, não terá quaisquer impactos fiscais para o Grupo.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital da Empresa. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Excedente de valorização

As reservas de revalorização dizem respeito ao montante da reserva de revalorização de Activo fixos tangíveis, líquido de impostos diferidos.

Outras reservas

Compreende as quantias de todas e quaisquer reservas disponíveis, cuja afetação decorre da deliberação dos detentores de capital.

Reservas de justo valor

As reservas de justo valor refletem as variações de justo valor dos instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Resultados transitados e ajustamentos em investimentos

Nesta rubrica são registados os resultados líquidos, provenientes do exercício anterior. É movimentada subsequentemente de acordo com a aplicação de lucros, ou a cobertura de prejuízos que for deliberada, bem como das apropriações dos resultados e anos anteriores provenientes da aplicação do método de equivalência patrimonial.

As reservas disponíveis para distribuição aos acionistas, são apuradas com base nas Demonstrações Financeiras individuais da Auto-Sueco Coimbra, S.A.

19. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

O movimento desta rubrica durante os exercícos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Saldo inicial em 1 de janeiro	1 280 142	573 393
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	328 592	395 302
Varição resultante da aquisição de participação	2 492 831	311 446
Saldo final em 31 de dezembro	4 101 564	1 280 142

20. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

O movimento desta rubrica durante os exercícos findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como se segue:

	Dez-11			Dez-10		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	6 783 613	15 656 758	22 440 371	10 002 690	9 195 790	19 198 481
Contas correntes caucionadas/ descobertos bancários	50 277 212	0	50 277 212	27 788 900	0	27 788 900
Floor Plan	4 176 911	8 568 927	12 745 838	10 489 019	29 530 862	40 019 881
Papel comercial	14 782 800	40 264 286	55 047 086	7 198 531	52 951 239	60 149 770
Outros empréstimos-leasings, etc.	3 165 456	6 781 744	9 947 200	2 546 046	9 334 996	11 881 042
	79 185 992	71 271 715	150 457 707	58 025 186	101 012 887	159 038 073

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe dos empréstimos bancários, descobertos bancários, outros empréstimos e Programas de Papel Comercial, é como se segue:

		2011
Descrição	Montante utilizado	Limite
Não corrente		
Empréstimos bancários	15 656 758	
Contas correntes caucionadas/descobertos bancários	0	
Floor Plan	8 568 927	
Papel comercial	40 264 286	
Outros empréstimos	6 781 744	
Corrente		
Empréstimos bancários	6 783 613	
Contas correntes caucionadas/descobertos bancários	50 277 212	102 798 008
Floor plan	4 176 911	69 557 153
Papel comercial	14 782 800	16 782 800
Outros empréstimos	3 165 456	5 500 000

2010		
Descrição	Montante utilizado	Límite
Não corrente		
Empréstimos bancários	9 195 790	
Contas correntes caucionadas/descobertos bancários	0	
Papel comercial	52 951 239	
Outros empréstimos	9 334 996	
Floor plan	29 530 862	
Corrente		
Empréstimos bancários	10 002 690	
Contas correntes caucionadas/descobertos bancários	27 788 900	67 178 719
Floor plan	10 489 019	90 000 000
Papel comercial	7 198 531	
Outros empréstimos	2 546 046	

A rubrica "Outros empréstimos" (corrente e não corrente) inclui responsabilidades do Grupo como locatário, em contratos de locação financeira, relativos à aquisição de

instalações e de bens de equipamento. O detalhe desta rubrica, bem como o plano de pagamentos pode ser resumido como se segue:

2011				
Empresa	Bem locado	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Total
VOLRENT, Aluguer de máquinas e equipamentos, Unipessoal, Lda.	Equipamento Básico			
	Capital	1 602 746	2 116 992	3 719 738
	Juros	82 770	73 989	156 759
AUTO MAQUINARIA TEA ALOYA, S.L.	Instalações			
	Capital	1 555 000	2 154 000	3 709 000
	Juros	0	0	0
Total de Capital		3 157 746	4 270 992	7 428 738
Total de Juros		82 770	73 989	156 759

2010				
Empresa	Bem locado	Curto Prazo	Médio/Longo Prazo	Total
VOLRENT, Aluguer de máquinas e equipamentos, Unipessoal, Lda.	Equipamento Básico			
	Capital	1.829.255	3.690.395	5.519.650
	Juros	105.656	145.634	251.290
AUTO MAQUINARIA TEA ALOYA, S.L.	Instalações			
	Capital	1.751.000	4.277.000	6.028.000
	Juros			0
Total de Capital		3 580 255	7.967.395	11.547.650
Total de Juros		105.656	145.634	251.290

O justo valor das responsabilidades por locações financeiras é semelhante ao justo valor dos ativos locados.

21. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

De acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade, o risco financeiro designa o risco de uma possível alteração futura numa ou mais taxas de juro, preços de instrumentos financeiros, preços de mercadorias, taxas de câmbio, índices de preços ou taxas, notações de crédito ou índices de crédito ou outra variável especificada, desde que, no caso de uma variável não financeira, a variável não seja específica de uma parte do contrato.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o saldo agregado da rubrica de fornecedores não estava condicionado com

planos de pagamento que incorporassem pagamento de juros e desta forma o risco financeiro relacionado com alterações de taxas de juro é aqui residual.

Por outro lado as relações que as diversas empresas do grupo têm com os seus principais fornecedores encontram-se estabelecidas em contratos e protocolos devidamente formalizados, pelo que o risco de preço de mercadoria, ou de crédito está razoavelmente controlado e monitorizado pelo Conselho de Administração do Grupo, garantindo por isso a continuidade normal das operações e desenvolvimento das diversas atividades e negócios.

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Passivos Correntes		Passivos Não Correntes	
	Dez-11	Dez-10	Dez-11	Dez-10
Credores por acréscimos de gastos	8 537 900	8 895 174	0	0
Fornecedores de investimento - frota de aluguer	4 213 837	6 194 678	8 062 726	2 480 095
Outros credores	2 180 392	3 815 459	17 319 258	2 239 179
	14 932 129	18 905 311	25 381 984	4 719 274

Em 2011, passou a ser divulgado na rubrica de outros credores, na componente não corrente, o montante do Floor Plan não remunerado, e que justifica a variação desta rubrica em 2011, face a 2010.

Na rubrica acréscimos de gastos, estão incluídos acréscimos relativos a remunerações e encargos com pessoal, juros a liquidar, impostos e taxas, e outros gastos operacionais diversos.

23. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" pode ser detalhada como se segue:

	Ativo		Passivo	
	Dez-11	Dez-10	Dez-11	Dez-10
Retenção de impostos sobre o Rendimento	0	0	487 376	193.368
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1 725 263	1.226.600	2 774 784	3.274.440
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	222 399	0	1 710 124	412.822
Contribuições para a Segurança Social	0	0	621 929	289.052
Outros	37 639	33.342	174 203	0
	1 985 301	1.259.941	5 768 416	4.169.681

24. DIFERIMENTOS – (PASSIVO)

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Diferimentos” pode ser detalhada como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Proveitos a reconhecer		
Vendas e prestações de serviços a reconhecer	2 441 573	2 494 499
Outros	169 007	124 717
Total	2 610 580	2 619 217

O grupo reconhece os réditos de acordo com a especialização económica do exercício independentemente de seu recebimento. No final do exercício são diferidos nesta rubrica transações já faturadas relativamente às quais, à data de 31 de dezembro, não estavam cumpridos todos

os requisitos para o seu reconhecimento como réditos do próprio exercício, designadamente por não terem sido transferidos, até àquela data, todos os direitos inerentes à posse dos bens objeto de transação.

25. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi o seguinte:

						2011
Rubricas	Saldos iniciais	Variação de Perímetro	Reforço	Reversão	Utilizações/Regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	13 150 575	4 875 609	2 755 133	(246 492)	(803 615)	19 731 210
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	4 739 246	466 587	3 321 618	(2 466 600)	85 200	6 146 052
Provisões	729 529	160 696	502 545	(208 053)	405 508	1 590 225

						2010
Rubricas	Saldos iniciais	Variação de Perímetro	Reforço	Reversão	Utilizações/Regularizações	Total
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 12)	11 448 753	709 390	1 285 762	(383 642)	90 312	13 150 575
Perdas de imparidade acumuladas em inventários (Nota 11)	5 051 862	533 000	1 077 422	(1 096 494)	(826 544)	4 739 246
Provisões	1 325 393	0	73 653	(66 108)	(603 408)	729 529

	Dez-11	Dez-10
Provisões para garantias	499 896	655 876
Processos judiciais em curso	116 696	0
Outras Provisões	973 633	73 653
Total	1 590 225	729 529

O Grupo divulga na rubrica Provisões para Garantias, as melhores estimativas das obrigações presentes de temporidade incerta, relacionadas com garantias prestadas a clientes, decorrentes do fluxo normal das operações.

Na rubrica de Processos Judiciais em Curso, são igualmente divulgadas as melhores estimativas do montante global de exfluxos, que possam vir a ocorrer no futuro decorrente de ações entrepostas nos tribunais por terceiros.

Nas Outras Provisões, são divulgados todo um conjunto de estimativas de outras obrigações presentes de temporidade incerta, não compreendidos nas outras duas categorias acima indicadas.

Dada a imprevisibilidade do momento de reversão das provisões e dada a natureza a que se destinam, o Grupo não procedeu à atualização financeira das mesmas.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de taxa de juro

O Conselho de Administração avalia regularmente o grau de exposição do Grupo aos diversos riscos inerentes à atividade das diversas empresas, designadamente, o risco de preço, risco de taxa de juro, risco de taxa de câmbio.

À data de 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo não contratou quaisquer instrumentos de fixação de taxa de juro. Por outro lado e ainda que uma parcela cada vez maior do Balanço Consolidado passe a estar sujeito aos impactos da variações de taxa de câmbio (Euro/Dólar e Euro/Lira Turca) (ver Nota 2.3.(u)(i)), o grau de exposição foi ainda considerado limitado.

Dai que à data de 31 de dezembro de 2011 e 2010 o grupo não tivesse negociado qualquer tipo de instrumento financeiro derivado.

Existia contudo no final do exercício de 2011 um empréstimo em USD no montante de 4.950.000 que foi designado como cobertura natural do investimento líquido na participada americana ASC USA, cujo capital próprio em 31 de dezembro de 2011 era de 43.538.670 USD.

Dez-11					
Contabilidade da cobertura por cada natureza do risco que esteja a ser coberto	Elementos cobertos			Instrumentos de cobertura	
	Descrição	Quantias escrituradas	Descrição	Total	Parcela designada como instrumento de cobertura
Risco de taxa de câmbio no investimento líquido em subsidiárias estrangeiras	Investimento no Capital Social da ASC USA, Inc.	11 900 000	Empréstimo bancário no BPI expresso em USD	4 950 000	4 950 000
Totais		11 900 000		4 950 000	4 950 000

Dez-10					
Contabilidade da cobertura por cada natureza do risco que esteja a ser coberto	Elementos cobertos			Instrumentos de cobertura	
	Descrição	Quantias escrituradas	Descrição	Total	Parcela designada como instrumento de cobertura
Risco de taxa de câmbio no investimento líquido em subsidiárias estrangeiras	Investimento no Capital Social da ASC USA, Inc.	11 900 000	Empréstimo bancário no BPI expresso em USD	9 950 000	2 150 000
Totais		11 900 000		9 950 000	2 150 000

O Conselho de Administração do Grupo AUTO-SUECO (COIMBRA), monitoriza regularmente o nível de exposição do Grupo à variabilidade das taxas de câmbio, tendo avaliados relatórios sobre esta matéria, os quais poderão no futuro a justificar a negociação de instrumentos de cobertura que se mostrem adequados à tipologia dos respetivos riscos.

27. COMPROMISSOS FINANCEIROS ASSUMIDOS E NÃO INCLUÍDOS NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o Grupo AUTO - SUECO COIMBRA tinha assumido os seguintes compromissos financeiros:

Responsabilidades	Dez-11	Dez-10
por letras descontadas	0	0
por créditos abertos	0	0
por compromissos de recompra de equipamentos vendidos	11 909 517	9 637 514
por fianças prestadas	0	0
Total	11 909 517	9 637 514

Tipos	Dez-11	Dez-10
Garantias prestadas aos importadores das marcas representadas	1 419 000	1 763 546
Garantias prestadas em concursos públicos	366 730	34 371
Garantias para fornecimento de água, electricidade, combustíveis e similares	78 418	77 018
Garantias diversas	811 961	1 038 128
Total	2 676 110	2 913 063

28. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Imposto corrente	6 596 807	1 520 746
Imposto diferido (Nota 15)	3 030 457	320 071
Total	9 627 264	1 840 818

29. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação, podem ser expressos numa ótica de "resultado básico" ou "resultado diluído".

O resultado por ação básico é calculado dividindo os lucros ou prejuízos do exercício, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

O resultado por ação diluído é calculado, dividindo os lucros ou prejuízos do exercício, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período, adicionado do número de ações ordinárias que podem ser emitidas, em resultado da conversão de outros instrumentos emitidos pela entidade.

Por deliberação dos sócios, tomada no dia 28 de novembro de 2011, a sociedade-mãe, Auto Sueco (Coimbra) foi transformada em sociedade anónima de responsabilidade limitada, tendo o seu capital social, no montantes 15.000.000 de euros, sido titulado por 15.000.000 de ações de valor nominal de 1 (um) euro cada.

Durante o exercício de 2011 não se verificou qualquer outro movimento de emissão /redução ou amortização de ações pelo que o número médio de ações ordinárias em circulação durante o exercício foi de 15.000.000.

Também não ocorreu qualquer emissão /amortização de quaisquer instrumentos suscetíveis de serem convertíveis em ações ordinárias.

Não existem ações com direitos especiais e/ou limitados. Divulga-se seguidamente o resultado por ação:

	Dez-11	Dez-10
Resultado líquido do período	27 129 751	7 303 251
N.º médio de ações ordinárias	15 000 000	(a)
N.º médio de instrumentos convertíveis em ações	0	0
Resultado por ação básico	1,81	(a)
Resultado por ação diluído	1,81	(a)

(a) No exercício de 2010 a Sociedade era do tipo Sociedade por quotas.

30. INFORMAÇÃO POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ATIVIDADE

A principal informação relativa aos mercados geográficos e atividade em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é a que se divulga na Nota 32.

32. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS E ATIVIDADE

O detalhe das vendas e prestações de serviços por mercados geográficos, realizados pelas empresas do grupo a partir das suas localizações, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foi como se segue:

Mercado	Dez-11		Dez-10	
	Valor	%	Valor	%
Portugal	105 620 746	21,65%	112.062.089	31,93%
Espanha	59 265 662	12,15%	61.388.442	17,49%
Estados Unidos da América	127 240 677	26,08%	91.954.352	26,20%
Turquia	195 699 357	40,12%	85.536.892	24,37%
Total	487 826 442	100%	350.941.775	100,00%

Nos quadros seguintes, divulgamos as principais rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados, igualmente desagregados pelos mercados geográficos, onde o Grupo ASC opera, para o ano de 2011:

2011	Portugal	Espanha	Estados Unidos da América	Turquia	Total
Ativo não corrente					
Ativo fixos tangíveis	31 140 539	27 413 742	35 567 127	2 796 138	96 917 547
Ativo corrente					
Inventários	41 816 111	18 862 476	48 801 950	29 124 223	138 604 760
Clientes e outras contas a receber	45 979 826	15 993 705	10 422 258	14 172 611	86 568 399
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	50 843 415	11 836 554	8 568 927	22 819	71 271 715
Outros passivos	5 130 372	767 993	35 581 243	0	41 479 608
Passivo corrente					
Fornecedores e outras contas a pagar	3 484 199	11 530 096	12 735 745	39 417 619	67 167 659
Financiamentos obtidos	58 864 527	7 490 019	12 358 147	473 299	79 185 992

31. NÚMERO MÉDIO DE PESSOAL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi o seguinte:

	Dez-11	Dez-10
Gerência + Pessoal Gestão	27	26
Administrativos	312	241
Comercial	137	159
Após-Venda	620	625
Total	1 096	1 051

De notar que durante o ano de 2011, a aquisição da Glomak e suas sociedades dependentes, representou um acréscimo de 122, no número médio de trabalhadores do grupo.

2010	Portugal	Espanha	Estados Unidos da América	Turquia	Total
Ativo não corrente					
Ativo fixos tangíveis	18 877 835	27 538 767	39 348 261	1 124 437	86 889 300
Ativo corrente					
Inventários	24 455 659	20 501 027	45 467 588	12 481 480	102 905 754
Clientes e outras contas a receber	38 959 172	16 607 024	13 108 029	12 497 825	81 172 050
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	60 200 061	11 281 964	29 530 861	0	101 012 887
Outros passivos	3 481 106	738 420	11 610 429	0	15 829 955
Passivo corrente					
Fornecedores e outras contas a pagar	16 483 306	10 170 678	17 913 149	7 905 256	52 472 388
Financiamentos obtidos	28 148 154	11 678 610	18 078 296	120 126	58 025 186

2011	Portugal	Espanha	Estados Unidos da América	Turquia	Total
Vendas e serviços prestados	105 620 746	59 265 662	127 240 677	195 699 357	487 826 442
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(76 733 168)	(39 177 183)	(89 835 297)	(148 839 629)	(354 585 277)
Fornecimentos e serviços externos	(12 562 500)	(11 054 363)	(4 352 455)	(15 330 903)	(43 300 221)
Gastos com o pessoal	(15 471 055)	(8 184 063)	(13 356 793)	(6 599 386)	(43 611 297)
Outros ganhos/perdas	8 313 442	5 337 108	3 522 497	102 217	17 275 264
Resultado líquido do exercício	800 447	765 644	5 700 955	19 862 705	27 129 751

2010	Portugal	Espanha	Estados Unidos da América	Turquia	Total
Vendas e serviços prestados	112 062 089	61 388 442	91 954 352	85 536 892	350 941 775
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(83 094 864)	(43 995 962)	(57 844 871)	(73 908 553)	(258 844 251)
Fornecimentos e serviços externos	(10 888 597)	(6 698 269)	(5 146 342)	(5 272 608)	(28 005 817)
Gastos com o pessoal	(13 556 310)	(8 384 666)	(12 173 938)	(3 157 075)	(37 271 988)
Outros ganhos/perdas	1 827 141	2 887 698	(838 904)	620 633	4 496 567
Resultado líquido do exercício	1 592 321	893 394	1 052 849	3 764 688	7 303 252

Adicionalmente, a repartição das vendas e após-venda (peças e prestação de serviços) por atividade é como se segue:

Atividade	Dez-11		Dez-10	
	Valor	%	Valor	%
Equipamentos de construção	441 302 442	90,46%	289 511 775	82,50%
Automóveis	31 214 000	6,40%	45 227 000	12,89%
Camiónes	15 310 000	3,14%	16 203 000	4,62%
Total	487 826 442	100%	350 941 775	100%

33. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" era a seguinte:

Descrição	Dez-11	Dez-10
Descontos de pronto pagamento	28 751	13 934
Mais-valias na alienação de Ativo fixos tangíveis	4 886 282	796 119
Excesso de estimativa de imposto	0	218 471
Juros obtidos	0	1 040 873
Correções relativas a exercícios anteriores	50 749	0
Diferenças de câmbio favoráveis	7 152 993	554 094
Ganhos em inventários	0	79 678
Sinistros	111 256	0
Outros	13 211 943	3 741 007
Total	25 441 975	6 444 176

O crescimento do valor global desta rubrica em 2011, face o registado no ano anterior ficou a dever-se fundamentalmente às seguintes situações não recorrentes:

(i) No exercício de 2011 a filial americana – ASC USA, vendeu parte da sua representação no Estado do Alabama pelo preço global de 7,7 milhões de dólares do qual resultou uma mais-valia de 4,7 milhões de euros.

(ii) A rubrica das diferenças de câmbio favoráveis, que no exercício de 2011 ascenderam a 7,1 Milhões de euros, resultaram fundamentalmente, de diferenças operacionais originadas na operação da Turquia.

(iii) Em 2011, o montante de 13 milhões de euros, da rubrica "Outros" inclui duas componentes não recorrentes:

- a). 4,5 Milhões de euros, relativo ao Goodwill negativo apurado com a tomada de controlo da sociedade GLOMAK, SGPS, S.A. a que já se fez referência na nota 9 do presente anexo.

O controlo resultou da subscrição de um aumento de capital desta sociedade, no montante de 7 milhões de euros, o qual apenas foi subscrito e realizado pela Auto-Sueco Coimbra, S.A. tendo em consequência desse aumento, a participação do grupo ASC no capital social daquela sociedade, passado de 12% para 99,2%.

Concomitantemente com a tomada de controlo precedeu-se à elaboração de um balanço especial que serviu de suporte ao reconhecimento da compra, o qual apresentou um capital próprio ajustado de 11,6 milhões de euros do qual a Auto Sueco (Coimbra) S.A se

apropriou no montante de 11,5 milhões de euros e como reflexo o reconhecimento de um Goodwill negativo no montante de 4,5 milhões de euros.

- b). 5,7 Milhões de euros, diz respeito a apoios pontuais creditados pela Volvo para fazer face às condições económicas adversas da conjuntura económica na Península Ibérica e apoia ao desenvolvimento dos negócios na Turquia.

34. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Os compromissos assumidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 com contratos de locação operacional são como se segue:

Pagamentos mínimos de locação operacional:	Dez-11	Dez-10
Não mais de um ano	1 030 271	501 637
Mais de um ano e não mais de cinco	2 579 118	544 516
Total	3 609 388	1 046 153

35. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Gastos e Perdas Financeiras	Dez-11	Dez-10
Juros suportados	7 334 738	5 369 026
Diferenças de câmbio	2 033 913	2 628 584
Total	9 368 651	7 997 609

Rendimentos e Ganhos Financeiros	Dez-11	Dez-10
Juros obtidos	2 540 104	1 365 264
Outros Rendimentos e ganhos financeiros	0	558 672
Diferenças de câmbio	852 166	2 628 584
Total	3 392 270	4 552 519

36. ENTIDADES RELACIONADAS

Entidade relacionada é uma parte que controla ou é controlada pela outra parte, ou que tem uma influência significativa sobre a mesma, tiver um controlo conjunto, for membro do pessoal chave da gestão, ou membro íntimo das pessoas que controlam a entidade ou do pessoal chave da gestão, ou ainda a parte for um plano de benefícios pós-emprego dos empregados da entidade.

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias ou entre as subsidiárias, que são entidades relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo AUTO - SUECO COIMBRA S.A., e as entidades relacionadas, pode ser resumido como se segue:

Dívidas comerciais ou outras	A receber	A pagar
Pessoal Chave da gestão	429 763	0

Saldo pendentes com partes relacionadas	
Em clientes/outras contas a receber:	
Auto-Sueco, Lda	159 245
Ernesto Vieira & Filhos	0
Em fornecedores/outras contas a pagar:	
Auto-Sueco, Lda	2 055 168
Ernesto Vieira & Filhos	0

Transações com partes relacionadas

Auto-Sueco, Lda.	
Vendas	212 135
Prestações de Serviços	836 945
Compras	10 628 249
Outros Gastos	696 978
Outros Rendimentos	3 220

As relações com a entidade Ernesto Vieira & Filhos são de significado muito reduzido, consistindo basicamente na distribuição de dividendos, débito de despesas relacionadas com pessoal cedido, e débito de rendas por espaços ocupados.

A compra e venda de bens e prestação de serviços a entidades relacionadas foram efetuadas a preços de mercado.

37. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Para além dos passivos e outras obrigações contingentes divulgadas nas Notas 27 e 34, no final do ano de 2011, a totalidade das ações representativas do capital social da empresa ASC TURK MAKINA, estavam dadas como colateral do financiamento utilizado para a aquisição daquela participação obtido junto do Banco Português de Investimentos (BPI), no montante global de 32 milhões de euros.

38. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

As remunerações dos membros dos órgãos sociais do Grupo AUTO - SUECO COIMBRA S.A., nos exercícios de 2011 e 2010 foram como se segue:

Órgãos Sociais	Dez-11	Dez-10
Conselho de Gerência/ Administração		
Portugal	756 637	821 728
Espanha	322 954	310 724
Estados Unidos da América	384 457	280 606
Turquia	326 212	35 323
Total	1 790 260	1 448 381

39. REMUNERAÇÃO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Os honorários pagos à sociedade de Revisores oficiais de contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda., no exercício de 2011 e 2010 foi como se segue:

	Dez-11	Dez-10
Portugal	54 100	53 750
Espanha	70 963	63 688
Estados Unidos da América	129 067	113 148
Turquia	55 255	34 000
Total	309 385	264 586

40. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os fornecimentos e serviços externos têm a seguinte composição:

	Dez-11	Dez-10
Subcontratos/ Trabalhos especializados	16 830 570	9 757 198
Publicidade e propaganda	1 083 712	974 414
Vigilância e segurança	487 564	173 931
Conservação/reparação/ferramentas	1 456 390	1 965 744
Material de escritório/documentação técnica	369 231	187 429
Eletricidade/combustíveis/água/outros fluidos	1 455 272	1 647 346
Deslocações e estadas/pessoal	2 709 663	1 599 529
Transportes de mercadorias	1 015 853	1 674 732
Rendas e alugueres	7 158 250	6 482 038
Comunicações	966 984	619 021
Seguros	1 308 579	938 533
Limpeza higiene e conforto	654 783	407 361
Fornecimentos e serviços diversos	7 803 369	1 578 541
Total	43 300 221	28 005 817

41. PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de pessoal tem a seguinte composição:

	Dez-11	Dez-10
Vencimentos	24 503 877	24 313 910
Encargos sobre remunerações	4 071 971	6 711 882
Seg. acid trabalho	623 576	76 622
Subsídios	1 492 906	0
Comissões	1 671 702	0
Prêmios e gratificações	4 892 282	2 550 990
Indemnizações	1 990 738	524 599
Outros gastos com o pessoal	4 364 245	3 093 985
Total	43 611 297	37 271 988

42. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de outros gastos e perdas tem a seguinte composição:

	Dez-11	Dez-10
Diferenças de câmbio desfavoráveis	4 503 223	94 545
Impostos e taxas	1 266 294	692 817
Juros e gastos bancários	866 074	28 060
Insuficiência da estimativa para impostos	253 572	214
Correções relativas a exercícios anteriores	219 388	10 166
Donativos	39 295	62 150
Quotizações	10 132	6 649
Outros gastos	1 008 732	1 053 010
Total	8 166 711	1 947 609

43. INFORMAÇÃO RELATIVA À ÁREA AMBIENTAL

O Grupo adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

O Conselho de Administração do Grupo, em 2011 não estima que existam riscos relacionados com a proteção e melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contra-ordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2011.

44. EVENTOS SUBSEQUENTES

No dia 10 de fevereiro de 2012 foi constituída uma nova sociedade com domicílio fiscal no México, e sede social na cidade do México, totalmente detida pelo grupo, com o capital inicial de 50.000 pesos mexicanos, subscrito e realizado pelas seguintes sociedades do Grupo:

- **Auto-Sueco Coimbra, S.A..... 49.000 Pesos**
- **Auto Maquinaria Tea Aloya, S.L.....1.000 Pesos**

Esta nova sociedade irá assumir a representação dos equipamentos de construção da Volvo para todo o território mexicano, e irá desenvolver a sua atividade a partir de delegações regionais, a serem progressivamente criadas com o desenvolvimento da própria atividade.

Em 13 de abril de 2012, foi realizado um aumento do capital social desta sociedade no montante de 21.540.000 pesos mexicanos, totalmente subscrito pela Auto-Sueco Coimbra, S.A., com o objetivo de dotar a nova sociedade das condições financeiras necessárias ao desenvolvimento do negócio.

45. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de maio de 2012. Adicionalmente, as demonstrações financeiras anexas em 31 de dezembro de 2011, estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que as mesmas virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS _____



13





Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1 Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Auto-Sueco (Coimbra), S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um total de 410.091.164 euros e um total de capital próprio de 139.810.872 euros, o qual inclui interesses não controlados de 4.101.564 euros e um resultado líquido de 26.801.159 euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2 É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação do Relatório consolidado de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4 O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
o/Porto Bessa Leite Complex, Rua António Bessa Leite, 1430 - 5º, 4150-074 Porto, Portugal
Tel +351 225 433 000 Fax +351 225 433 499, www.pwc.com/pt
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.
Sede: Pelédo Sottomayer, Rua Sousa Martins, 7 - 3º, 1000 - 310 Lisboa, Portugal
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o nº 9077

5 O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

6 Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

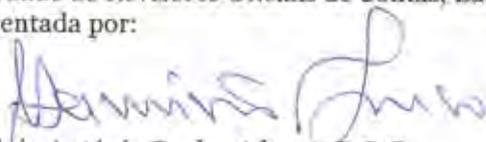
7 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Auto-Sueco (Coimbra), S.A., em 31 de dezembro de 2011, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8 É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

1 de junho de 2012

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Hermínio António Paulos Afonso, R.O.C.



www.ascendumgrupo.com

CENTRO CORPORATIVO:

ASCENDUM S.A.
Praça Marquês de Pombal, 3ª – 5ª
1250-161 Lisboa
T. 00 351 213 808 600

PORTUGAL

ASCENDUM Portugal
E.N. 10 - Apartado 2094
2696-801 S. João da Talha
Lisboa
T. 00 351 219 946 500

ESPAÑA

Volmaquinaria de Construcción España, S.A.
Parque Empresarial San Fernando
Edificio Munich, Planta 3
28830 San Fernando de Henares
Madrid
T. 00 34 916 559 340

EUA

ASC Construction Equipment, INC.
9115 Harris Corners Parkway,
suite 450
Charlotte - NC 28269
T. 00 1704 494 81 00

TURQUIA

ASC Türk Makina
Fatih Mah. Katip Çelebi Cad.
No:43 34956 Tuzla Istanbul /
Turkey
T: 00 90 216 581 80 00

MÉXICO

ASCENDUM México
Carretera México
Querétaro, Km 32.5
Lechería - Tultitlan
54940 Estado de México | México
Tel: 01 800 062 2720